MARCUS CAETANO DOMINGOS

**D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de
Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822**

São Paulo

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

2007

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Berbel

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de
Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822**

Marcus Caetano Domingos

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Doutor em História Social.**

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Berbel

2007

RESUMO

O presente estudo analisa a eleição do décimo quarto deputado da bancada de Minas Gerais para as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, reunidas em Lisboa durante os anos de 1821 e 1822. Procura-se determinar os motivos que levaram à eleição tardia de um representante dos habitantes da comarca de Paracatu: o Vigário de Desemboque D. Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick.

A pesquisa analisa as dificuldades vividas na condução da crise política durante esses anos na província de Minas Gerais e na comarca de Paracatu. Com esta análise, pretende-se contribuir para a compreensão da transição do regime absolutista ao liberal na província de Minas Gerais e no Brasil. Para isto, observam-se os diferentes momentos do processo eleitoral em Minas, procurando compreender a construção da unidade na província e no país durante o processo que levou à separação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

ABSTRACT

The present study analyses the election of the fourteenth representative from Minas Gerais to the Extraordinary General and Constitutional *Cortes* (Courts) of the Portuguese Nation, assembled in Lisbon during the years of 1821 and 1822. The aim is to determine the motives which led to the late election of a representative amongst the inhabitants of the Paracatu *comarca* (district): Sir Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick, vicar of Desemboque.

The research analyses the difficulties lived in the conduction of the political crisis during these years in the province of Minas Gerais and in the *comarca* (district) of Paracatu. With this analysis, the intention is to contribute to the comprehension of the transition from an absolutist to a liberal regime in the province of Minas Gerais and in Brazil. Thus, different moments of the electoral process in Minas are observed to comprehend the construction of the provincial and national unity which led to the separation of the United Kingdom of Portugal, Brazil e Algarves.

ÍNDICE

CAPÍTULO I. AS MINAS TÃO GERAIS: A DIVERSIDADE E AS UNIDADES DESEJADAS.....7

1. O décimo quarto deputado mineiro e Varnhagem.....10
2. Os deputados, Minas Gerais e a Independência.....15
3. A diversidade e as unidades desejadas.20
4. As eleições de comarca em Minas.....27
5. Adesão no Brasil.....31

CAPÍTULO II. O CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO.....40

PRIMEIRA PARTE O contexto revolucionário.

1. Os acontecimentos do Porto.....40
2. 26 de fevereiro de 1821.....46
3. 24 de abril de 1821.....55
4. 5 de junho de 1821.....59

SEGUNDA PARTE

As Eleições dos deputados constituintes e da Junta Governativa mineira

1. As eleições constituintes.....61
2. Eleições de freguesia – Cronologia, legislação e ritos.....64
3. Eleições de comarca.....67
4. A província de Minas Gerais.....78
5. Eleição dos deputados constituintes.....91
6. A eleição da Junta Governativa.....96

CAPÍTULO III. O 14º DEPUTADO: SUA TRAJETÓRIA. A ELEIÇÃO DA JUNTA GOVERNATIVA E DA DEPUTAÇÃO DE MINAS.....106

1. Revoltas em Paracatu.....110
2. Formação e atuação da Junta Governativa de Minas Gerais.....120
3. Outros problemas.....125
4. O Ouvidor de Paracatu e a eleição de D. Hermógenes.....133
5. D. Hermógenes, sua região e seu tempo.....138

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	3
ÍNDICE.....	4
SUMÁRIO.....	5
CAPÍTULO I.....	7
CAPÍTULO II.....	40
CAPÍTULO III.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161

CAPÍTULO 1

Capítulo I

As Minas tão Gerais: da diversidade e das unidades desejadas.

A três de janeiro de 1822 a Câmara da vila de Paracatu enviou um ofício ao “*Governo Provisional*” da província de Minas Gerais informando que “*os Eleitores de Paróquia reunidos repentinamente em sessão permanente*” entre os dias 20 e 22 de dezembro de 1821, haviam nomeado “*hum deputado que representará a Comarca nas Cortes, visto que fora excluída da nomeação da província e se considerava hum representante legítimo, cujo character fosse conferido desses comarcões outorgantes*”¹.

Nesse ofício a Câmara de Paracatu anunciou ao Governo Provisional de Minas Gerais que exerceria o direito de se ver representada nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, as Cortes de Lisboa. No ofício, os camaristas declararam que a comarca se vira excluída da “*eleição de província*”² que elegera a deputação mineira entre 16 e 19 de setembro de 1821, em Vila Rica, e, por isso, teriam elegido um representante da comarca de Paracatu às Cortes Constituintes. Agindo assim, teriam dado cumprimento ao decreto das Cortes de 24 de abril de 1821³, no qual, segundo o Ouvidor de Paracatu Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa⁴, “*se ordena que as Comarcas distantes da Província posão nomiar Seo Deputado*”⁵.

Na proposta que o Ouvidor de Paracatu fez em 25 de novembro aos eleitores das freguesias da sua comarca para elegerem seu deputado a 15 de janeiro de 1822, pode-se ter acesso a toda sua versão dos acontecimentos ocorridos na província e na comarca, os quais teriam definido a exclusão dos representantes da comarca na eleição provincial e

¹ Certidão passada em requerimento de Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick, vigário da paróquia de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, no qual solicita cópia da correspondência sobre a junta eleitoral da comarca de Paracatu. São 17 páginas onde estão copiados, um após o outro, em ordem cronológica, todos os documentos relativos à eleição constituinte na comarca de Paracatu. A ata da eleição não foi encontrada. Todos os documentos citados que pertencerem a esse conjunto serão identificados como “*Coleção IHGB*”, estão confiados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro.

² Terceiro nível das complexas eleições que escolheram a deputação do Reino Unido de Portugal e Brasil. O primeiro nível correspondia às eleições de paróquia (ou freguesias), o segundo, à eleição nas comarcas (que em Minas Gerais eram cinco), e, por fim, a eleição provincial, que ocorreu, no caso mineiro, em Vila Rica, entre 16 e 19 de setembro de 1821.

³ O referido decreto estabeleceu alguns princípios para a legitimação das Juntas Governativas que estavam sendo criadas nas províncias, ordenou que houvesse as eleições para deputados constituintes, previu critérios para o fornecimento dos recursos necessários para a viagem e estadia dos constituintes em Lisboa. Um dos artigos do decreto regulava as eleições nas comarcas “*mais distantes*” das províncias. Este foi o princípio legal que o Ouvidor de Paracatu usou para justificar a realização de eleições tardias em sua comarca. Referência: documentos da Coleção IHGB.

⁴ Foi eleito deputado titular às Cortes de Lisboa pela província de Minas em 19 de setembro de 1821.

⁵ Coleção IHGB. “*Proposta que o Ouvidor da comarca de Paracatu fez aos eleitores de freguesia de sua comarca, datada de em 25 de novembro, para elegerem seu deputado a 15 de janeiro de 1822*”.

que justificariam a eleição tardia de um deputado de Paracatu. Na sua proposta aos eleitores o Ouvidor explicou a fundamentação legal desta eleição tardia que acabou “adiantada”, acontecendo “*repentinamente*” entre os dias 20 a 22 de dezembro de 1821⁶.

Esses documentos citados, possivelmente inéditos, elucidam porque, como e quando se deu a eleição de um quase desconhecido deputado às Cortes de Lisboa pela província mineira: o Vigário de Desemboque, D. Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick.

Esses documentos relacionados à eleição na comarca de Paracatu do Vigário D. Hermógenes foram as principais descobertas documentais desta pesquisa. Como são “desconhecidos”, esses documentos fornecem dados que permitem preencher lacunas na documentação já conhecida das eleições para deputados constitucionais em Minas Gerais, especialmente acerca das eleições nas comarcas mineiras⁷. Com esta descoberta, novas questões se tornaram latentes.

Os documentos reunidos foram revelando um conturbado processo nas eleições em Minas. Eleições que foram longas, tumultuadas e complexas. Iniciadas nas freguesias da província em junho e concluídas na comarca de Paracatu, como vimos, em 22 de dezembro de 1821. Eleições que envolveram pessoas e poderes situados em Lisboa, Rio de Janeiro, Vila Rica, Paracatu e na sua freguesia de Desemboque onde era pároco, o vigário Hermógenes. A trajetória desta pesquisa na procura dos documentos que comprovariam a eleição desse pároco às Cortes de Lisboa levou-a à descoberta de lacunas na documentação das eleições e às controvérsias em torno dessa deputação.

⁶ Coleção IHGB. Documento 20.

⁷ CARVALHO, Theophilo Feu. *Comarcas e Termos (1709, 1915)*, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1922. A instalação das Comarcas em Minas Gerais no início da Mineração, “não foi para distribuir a justiça, nem para promover a comodidade dos povos, porém, para cuidar da arrecadação dos Quintos de Ouro” (Theophilo Feu de Carvalho). Com este fim foram criadas, antes de 1713, as Comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e em 1720, Serro do Frio. A organização judiciária da Colônia seguia o modelo da Metrópole. O território era dividido em: a) Distritos da Relação (no Brasil havia as Relações da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco). b) Os Distritos da Relação em Comarcas, nas quais as principais autoridades eram os Corredores, Juizes de 2ª Instância em relação aos Juizes de Fora, nomeados pelo Rei. Havia, também, os Provedores, que tinham competência para conhecer causas testamentárias. c) As Comarcas em Termos ou Julgados, chefiados por Juizes de Fora ou Juizes Ordinários, estes eleitos pelo povo. Em cada Termo ou Julgado havia uma Câmara Municipal que exercia o governo econômico e administrativo do município e funcionava como Tribunal de Justiça para conhecer pequenos delitos. d) Os Termos ou Julgados em Vintenas, para atender povoações distantes de mais de légua da sede do Termo, sob responsabilidade de um Juiz denominado pedâneo, com competência para causas de pequeno valor. A quinta Comarca criada em Minas Gerais, um século mais tarde, foi a de Paracatu, em 1815. A ela foram incorporados as regiões do Triângulo e Alto Paranaíba quando da anexação a Minas, em 1816.

Como veremos adiante, antes de localizarmos os documentos relativos à eleição na comarca de Paracatu, já nutríamos dúvidas acerca da composição da bancada mineira. Desde o princípio, tornou-se uma necessidade para essa pesquisa, definir o número de deputados, nomes, data e a forma da sua eleição. Para atingir esse objetivo nos lançamos à procura das atas eleitorais. Muitas não foram encontradas. As atas reunidas pela pesquisa se encontravam dispersas em arquivos de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Lisboa. Seria preciso localizar muitos documentos, pois a lei previa eleições em três níveis: primeiro, nas freguesias da província de Minas. Depois, em suas cinco comarcas: Serro, Sabará, São João del Rei, Vila Rica e Paracatu; por fim, o pleito final, a eleição provincial que se deu em Vila Rica entre 16 e 19 de setembro de 1821.

As atas das eleições de freguesia foram bastante preservadas, estão no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte⁸. Das eleições nas cinco comarcas mineiras, somente foi encontrada no IHGB, no Rio de Janeiro, a ata da comarca de Paracatu cuja eleição tardia elegeu o vigário de Desemboque Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick. Todas as demais atas das eleições nas comarcas de Minas Gerais não foram localizadas pela pesquisa.

As atas da eleição de terceiro grau, de província, ocorridas em Vila Rica, entre 16 e 19 de setembro de 1821, não foram encontradas junto às demais atas existentes no APM. Elas foram encontradas no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino (sediado em Lisboa), anexadas aos documentos da eleição da Junta Governativa Provisória de Minas⁹. Com essas descobertas, acreditamos ter definido a composição da bancada mineira e identificado problemas que ocorreram no processo eleitoral.

Além das atas, outras fontes documentais forneceram importantes informações: avisos, comunicados, reclamações, representações vilarengas, memórias, cartas, discursos, ofícios e outros documentos do período, publicados ou não, os quais a pesquisa reuniu. Junto às atas do APM, junto à ata do IHGB, e às atas do AHU, encontramos diversos documentos acerca dessas eleições e de seu entorno. De posse desses documentos procuramos confirmar acertos e dirimir dúvidas, enganos e desencontros que encontramos na historiografia acerca dos trâmites das eleições constitucionais em Minas, no segundo e terceiro capítulos desta dissertação.

⁸ Os documentos das eleições de 1821 encontrados no APM serão citados como “Coleção APM”. Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte.

⁹ Estes documentos formam um conjunto que citaremos como “Coleção AHU”. Arquivo Histórico Ultramarino: Lisboa. Versão Digital.

Por último, focaremos aspectos da atuação dessa bancada cuja primeira ação, um dia após eleita, em 20 de setembro de 1821, foi eleger, sob pressão de tropas postadas na praça principal de Vila Rica, a Junta Governativa Provisória da província¹⁰.

Há diversas dúvidas acerca da composição da bancada constitucional mineira. Essa composição é discutida diferentemente por diversos autores. Há divergências na historiografia acerca do número e dos nomes dos deputados. Às vezes doze, e, normalmente, treze foi o número de deputados que se considerava para a província interiorana¹¹. Em suas anotações Francisco Adolfo Varnhagem chegou a cogitar a eleição de quinze deputados em Minas, como veremos adiante.

Pudemos comprovar com as atas dessas eleições que alguns nomes os quais figuram nas relações nominais da deputação constitucional mineira jamais teriam sido eleitos representantes dos mineiros às Cortes de Lisboa. Outros, relacionados como deputados titulares foram eleitos como suplentes.

Essas atas encontradas nos acervos do IHGB, APM e AHU comprovaram que foram eleitos treze deputados em 19 de setembro de 1821 em Vila Rica, além de quatro suplentes, o que veremos no segundo capítulo. Comprovou ainda a eleição de um décimo quarto deputado e seu suplente, ocorrida em 22 de dezembro de 1821 em Paracatu, assunto do terceiro capítulo. Encontramos então o número de dezenove deputados eleitos pela província de Minas Gerais, quatorze titulares e cinco suplentes, eleitos oficialmente e extra oficialmente.

1

O décimo quarto deputado mineiro e Varnhagem.

Foi em Francisco Adolfo Varnhagem que encontramos uma pista documental que problematizou nossa pesquisa acerca da eleição às Cortes de Lisboa em Minas. Trata-se de uma pequena nota que acompanha a relação nominal dos deputados

¹⁰ SILVA, Wlamir. “Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência”. Revista de História Regional. Ano 10. Nº 1. Verão, 2005. Pp. 53-94.

¹¹ “Em diversas publicações officiaes se indicam apenas doze quando foram treze os deputados eleitos em Villa Rica às Cortes constituintes de Portugal, e mais quatro suplentes”. RAPM, Anno I – Fascículo 1º - Janeiro a Março de 1896, p. 23.

mineiros. Nessa nota, redigida pelo Barão do Rio Branco, estão imortalizadas anotações de Varnhagem acerca da composição da bancada mineira. A nota tem o seguinte teor:

“No original estão numerados 11 nomes, como se vê acima; dois outros não estão numerados e dois trazem uma interrogação. À margem há esta nota do autor: - “Eram 11 e com estes 2 = 13, todos filhos de Minas”. Há, acima desta, outra nota riscada: - “Eram 13, fora os de Paracatu”¹².

Com a morte de Varnhagem, essa obra ficara incompleta. A pedido de sua viúva, o barão do Rio Branco leu os manuscritos e iniciou uma revisão que nunca concluiria. Na “nota”, Rio Branco revelou um processo de crítica documental relegado ao esquecimento por Varnhagem¹³.

Além de levantar dúvidas em torno do número de deputados eleitos e sobre os trâmites de sua eleição, essas anotações permitem também levantar questões acerca do processo de escrita da história por Varnhagem.

Percebemos que o historiador entrara em contato com alguma informação a qual o levou a cogitar que quinze deputados pudessem ter sido eleitos e, principalmente, que o processo de eleições constituintes às Cortes de Lisboa em Minas Gerais teria sido fracionado em mais de uma eleição final. Varnhagem registrou em suas anotações questionamentos que fizera sobre essa eleição, ou melhor, essas eleições, já que pelas duas anotações que fez em seus manuscritos deixa entender que houve mais de uma eleição.

Em seu texto, Varnhagem não comentou as dúvidas que tivera acerca dessas eleições fracionadas e sobre o tamanho da bancada mineira. Possivelmente não quis revelar as disputas que percebeu e que somente complicariam seu projeto de escrita da história do Brasil; projeto que foi marcado pelo caráter de transição que deu ao processo de Independência¹⁴. Varnhagem desconsiderara os conflitos do processo de eleição nas províncias do Brasil. Em suas obras, o Príncipe D. Pedro era tratado já como Imperador,

¹² VARNHAGEM, Francisco Adolfo. *História da Independência do Brasil*. Capítulo II. Reunião das Cortes de Lisboa, suas primeiras resoluções até fins de 1821 e nomes dos deputados do Brasil, p. 94. Divisão Européia do Livro:1968.

¹³ Idem. Ler a introdução.

¹⁴ Caráter de transição: no sentido de que não privilegiara a análise das rupturas que abundaram no período da independência. Varnhagem privilegiara em sua análise apenas aqueles elementos que dão à sua versão da independência um tom de transição dinástica consensual e pacífica. REIS, José Carlos. BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De Alteza Real a Imperador: O Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Doutorado. São Paulo: FFLCH, Departamento de História, USP, 2006. Pp. 37-45. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Astúcia Liberal*. Bragança Paulista: EDUSF/Ícone, 1999. Cap. 1; COSTA, Wilma Peres. “A Independência na historiografia do Brasil”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005. Pp. 53-118.

mesmo quando ainda era Príncipe Regente. Varnhagem descreveu a liderança de D. Pedro como consensual, sem nenhuma contestação da sociedade brasileira como um todo.

Por isso, adentrar nos conflitos mineiros não seria interessante para Varnhagem. Frutos do processo conflitivo que caracterizou o processo de crise na província¹⁵, alguns acontecimentos históricos percebidos pelo autor não se enquadravam no modelo analítico generalizante, aplicado em sua obra. Pertencentes ao campo das exceções, certas peculiaridades do processo eleitoral mineiro que, involuntariamente, demonstrou ter percebido, terminariam preteridas, silenciadas, como se deduz das suas anotações citadas acima. A “nota do Barão do Rio Branco” denuncia escolhas feitas por Varnhagem.

O que Varnhagem aparenta ter cogitado e que não incluía em seu texto? Além das incertezas em torno do número de deputados, demonstra ter cogitado que a eleição não foi em um só pleito, mas conforme aparenta, em dois, ou até em três pleitos eleitorais. Varnhagem simplificou na escrita o que parece ter percebido como um conflituoso e fracionado processo eleitoral. Ao que parece, não acreditava que o processo eleitoral terminara em 19 de setembro de 1821 em Vila Rica, com a eleição de província que, oficialmente, elegera a deputação mineira.

O Barão do Rio Branco explicitou numa nota as anotações que Varnhagem fizera em seus originais e que riscara, não tendo as mesmas tomado parte em seu texto. Observando-as atentamente pudemos deduzir que Varnhagem parecia crer que em setembro, provavelmente, teriam sido eleitos onze deputados nas eleições de província, e, depois, mais dois, temporões, perfazendo uma bancada com treze deputados. Na outra anotação da nota, que segundo Rio Branco, Varnhagem riscou, o historiador cogita que teriam sido treze deputados, “*fora os de Paracatu*”. É possível e até provável que os dois nomes que traziam uma interrogação viessem a ser os deputados que Varnhagem pareceu acreditar ser “*os de Paracatu*”. Assim, nesta versão, teriam sido eleitos quinze deputados.

Seja lá quantos deputados Varnhagem acredite que tenham sido eleitos, treze ou quinze, o célebre historiador parece acreditar que houve mais de um pleito eleitoral. O processo tumultuado da eleição em Minas, as situações que provavelmente notou, seriam informações que não teriam interessado a seu projeto de escrita da história.

¹⁵ Para uma compreensão do conceito de crise: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1995.

Nem ao menos cogitamos que tenha faltado capacidade teórica de análise a Varnhagem, o que, a levar em consideração a opinião de Capistrano de Abreu, não seria de estranhar, caso ocorresse. Capistrano de Abreu e José Honório Rodrigues foram autores que, entre outros, denunciaram uma suposta “*incapacidade teórica de Varnhagem*”¹⁶.

De acordo com José Honório Rodrigues:

*“Como disse Capistrano de Abreu, Varnhagem soube escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, resolver uma multidão de fatos. Compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com outros mais amplos e radicais de que dimanam, generalizar as ações e formular-lhes a teoria, não conseguiu, nem conseguiu-ia (...)”*¹⁷.

Mais condescendente com o emérito historiador do século XIX, José Carlos Reis acredita que Varnhagem buscava uma “*verdade histórica*”, que o autor quis fazer uma história rankeana, movida pelo amor à verdade, tentando narrar os eventos tal como teriam se passado. Quis fazer uma “*história científica*”, onde a “*verdade*” seria alcançada ao reunir o maior número de testemunhos, acareando-os entre si, e com certos fatos já estabelecidos, procurando restringir-se aos documentos oficiais, interpretando-os com o devido critério, esmerando-se em ser conciso e exato, sem se emaranhar em pormenores que se contradissem, que escapassem depois de lidos e nada ensinassem¹⁸.

Poderíamos pensar segundo esse raciocínio que, provavelmente, após uma “crítica documental”, Varnhagem tenha graduado as possibilidades de comprovação da veracidade dos documentos que tinha em mãos e que os tenha colocado no texto de acordo com certo grau de hierarquização. Ao que parece, Varnhagem jamais teve certeza acerca da deputação. Também não demonstra ter tido contato com a ata eleitoral de 19 de setembro de 1821 que comprovaria a eleição de treze deputados e quatro suplentes, pois, se tivesse tido, não arrolaria tão confusamente, em sua “história

¹⁶ Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagem, *História Geral do Brasil*, t. 1, 4ª ed., 1.º tomo, 507. Citado em: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil (Introdução metodológica)*. Companhia Editora Nacional, 1969, p. 133. É importante afirmar, que, segundo José Carlos Reis: “(...) apesar de tudo, Capistrano considerava que a sua obra se impõe ao nosso respeito, exige a nossa gratidão e mostra um grande progresso na maneira de conceber a história pátria”. REIS, op. cit.

¹⁷ RODRIGUES. Op. Cit, p. 133.

¹⁸ REIS. Op. cit, p.48.

rankeana”, os componentes da bancada mineira como o fez, confundindo titulares e suplentes, deixando a lista incompleta¹⁹.

Acreditamos, além do mais, que, possivelmente, o lugar de produção daquela história, o *locus* oficial ocupado por Varnhagem, pode ter imputado toda uma “*topografia de interesses*”, que pode ter-lhe influído nas escolhas que fez. Mesmo respeitado, seu método de pesquisa, de seleção e crítica de documentos pode ter sido simplesmente intencional a elusão das questões que percebera e silenciara a respeito da formação da deputação mineira.

De toda forma, Varnhagem parece ter tido contato com informações que o levaram a refletir sobre a forma que se deu a eleição em Minas e o tamanho de sua bancada. Antes de encontrar as atas da eleição de Paracatu, somente a biografia do vigário Hermógenes fazia menção à sua eleição às Cortes de Lisboa²⁰. Esta nota de Varnhagem foi a primeira referência a indicar a veracidade da eleição do vigário Hermógenes. Em certa altura da pesquisa, antes de qualquer descoberta documental, essa *nota* do Barão do Rio Branco apontou indícios que permitiram supor que as eleições em Minas Gerais poderiam ter sido diferentes do que apregoava a historiografia.

Esse silêncio de Varnhagem ajudou a alimentar o esquecimento e a desinformação acerca do tamanho da bancada mineira e sobre os trâmites de sua eleição. Esses conflitos e essas disputas que notara na eleição em Minas foram preteridos em sua análise, e agindo dessa maneira, Varnhagem fortalecera os vetores de continuidade e de estabilidade que marcaram sua obra²¹. O Barão do Rio Branco, em sua *nota*, denunciou a complexidade da relação de Varnhagem com suas fontes documentais e também sua opção teórica e metodológica.

As atas das eleições dos treze deputados em 19 de setembro de 1821 e da eleição do décimo quarto deputado mostraram que a situação em Minas Gerais foi muito diferente da que se encontra em obras de historiadores como a do próprio Varnhagem que buscam aplainar os conflitos. Vale lembrar que o historiador percebeu, mas eluiu as questões conflitivas que analisamos.

¹⁹ VARNHAGEM. Op. cit, p. 94.

²⁰ SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: História, fatos e homens*. Ler a parte: “Cônego Hermógenes (Breve Notícia Sobre o Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswik, Vigário do Desemboque)”. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro; Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971. Pp, 231-239.

²¹ REIS. Op. cit.

Ao invés de “aplainar conflitos”, como Varnhagem, seguiremos caminho oposto, tentaremos iluminá-los, procurando ressaltar a diversidade, e os conflitos, alianças, exceção, assimetrias, especificidades da situação brasileira, no caso da situação mineira e paracatuense em especial, naquele contexto de crise entre 1820 e 1822. Procuraremos analisar as especificidades das eleições, da composição e da atuação da bancada constituinte mineira.

2

Os deputados, Minas Gerais e a Independência.

As eleições provinciais para as Cortes de Lisboa em Minas Gerais, a composição e a atuação da deputação constituinte mineira são assuntos que estão entre os menos conhecidos e estudados na controversa historiografia sobre Minas Gerais no século XIX e sobre a formação do Estado e da nação no Brasil.

Na historiografia, na literatura e nas escolas atribui-se um papel importante aos mineiros na Independência, consubstanciado pela atuação de sua bancada constitucional. Os deputados mineiros, ao contrário de inúmeras outras deputações provinciais do Reino do Brasil, não foram para a Europa, não tomaram assento nas Cortes Constituintes de Lisboa. Permaneceram no Brasil, numa espécie de “Fico Mineiro”. Tomaram a mesma iniciativa os representantes da Cisplatina, Espírito Santo e Rio Grande do Norte²².

De acordo com várias interpretações, a atitude da bancada mineira teria contribuído para a Independência. Não é difícil entender por que. Entre outros motivos Minas Gerais é uma região estrategicamente postada no Centro-Sul do Brasil. Era uma província rica e com grande população, abastecia de víveres a Corte do Rio de Janeiro. Teve a maior bancada de deputados entre todas as províncias do Brasil, treze deputados.

Em quase toda a historiografia, os políticos mineiros aparecem como coesos, destacados e discretos partícipes da Independência. Toda uma historiografia reproduziu, sem questionar, esta versão acerca da participação de Minas na Independência.

²² Sobre as demais bancadas: BERBEL, op. Cit., e MELLO MORAES, Alexandre José de. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982, Tomos I e II.

Há muitas interpretações divergentes acerca da “Independência do Brasil” este é um assunto dos mais polêmicos de nossa historiografia²³. No caso da historiografia de origem oficial²⁴, hegemônica no Brasil dos séculos XIX e XX, o processo de Independência do Brasil foi descrito como uma transição dinástica, quase pacífica, que se completara com o “Sete de Setembro” de 1821, às margens do riacho do Ypiranga, em que um ato da vontade do Príncipe D. Pedro teria feito emergir um novo Estado: o Império do Brasil²⁵. Nesta versão historiográfica, a manutenção da monarquia, da unidade territorial e da escravidão foram naturalizadas dando à Independência do Brasil um caráter de via de mão única²⁶.

Vista dessa maneira, a Independência ganhara o contorno de uma transição quase pacífica. No máximo são descritos conflitos entre brasileiros e portugueses²⁷. Nessa historiografia que aponta a Independência como uma transição dinástica pacífica, os brasileiros teriam aderido de imediato à autoridade do Príncipe, não como Regente,

²³ JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo Garrido- “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Mota, Carlos Guilherme (org) – *A Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 200, pp. 127- 175.

²⁴ No projeto de produção de uma História Nacional, levado a cabo pelo IHGB, a partir de 1838, buscou-se com clareza uma historiografia que definisse a Nação brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente. De acordo com Manoel Luís Salgado Guimarães: “Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Cora aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional. Quadro bastante diverso, portanto, do exemplo europeu, em que Nação e Estado são pensados em esferas distintas”. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Revista de Estudos Históricos”. Rio de Janeiro: IHGB. 1988. Ano 1. N° 1. Pp. 5-27. Sobre o IHGB, a “história oficial” e a obra de Varnhagem, ler ainda: WEHLING, Arno (coord.): *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

²⁵ Modernamente um dos grandes debates da historiografia brasileira e latino-americana é acerca desta complexa relação do surgimento dos Estados latino-americanos e das nações a ele referidas. JANCSÓ & PIMENTA. Op. Cit.

²⁶ Na historiografia oficial, a emancipação política é tomada como a origem do Estado. Hoje isto já não é aceito sem discussão. Os historiadores modernos não consideram a emancipação política do Brasil como a origem do Estado. Porém a relação deste Estado com a nação a ele referida é um dos processos mais complexos de nossa historiografia. Sobre esta temática e a diversidade de possibilidades inscritas na crise ler: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Unijuí, 2003. Pp. 15-28. Do mesmo organizador: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

²⁷ Sérgio Buarque de Holanda foi quem de vez aboliu definitivamente a dicotomia “brasileiros” versus portugueses como fundamento do processo de emancipação do Brasil. Esta leitura, brasileiros contra portugueses esteve presente na historiografia brasileira, sendo que, por certo obscureceu a complexidade das diversas identidades vividas pelos habitantes da América portuguesa, para o que chama a atenção José Carlos Chiaramonte, analisado adiante. Sobre o tema ler “Peças de um mosaico” de: JANCSÓ & PIMENTA, “Peças de um mosaico”. Op. cit., p.133. O problema foi colocado desde o século XIX. Brasil e Portugal desde a separação, em 1822 tiveram a necessidade de afirmação da nacionalidade emergente. BERBEL. Op. cit.

mas já como Imperador, logo no início da Regência de D. Pedro. Nessa historiografia oficial é reservada aos mineiros uma atuação destacada, consubstanciada na atuação de sua bancada constitucional que teria aderido em bloco à autoridade de D. Pedro. Assim, os deputados mineiros teriam ajudado a pavimentar o caminho da Independência.

Os motivos da permanência dos deputados de Minas foram enunciados oficialmente ao Príncipe Regente, em 15 de fevereiro de 1822, numa deputação que foi presidida pelo Vice-Presidente da Junta Governativa da província e composta ainda pelos deputados da bancada constitucional mineira²⁸. De acordo com a já aludida “versão padrão” acerca da participação dos mineiros na Independência, nessa ocasião, essa deputação teria manifestado a adesão de toda a província de Minas Gerais ao Príncipe D. Pedro²⁹.

Uma das marcas da controversa atuação dessa bancada mineira foi o silêncio. O silêncio acerca das posições políticas de cada um de seus integrantes³⁰. Em parte, isso se deve ao fato de que os mineiros não embarcaram para Lisboa e permanecendo no Brasil, não deixaram nos diários das Cortes, como outras bancadas, registros de suas opiniões e projetos, dos seus cismas. Possivelmente esse foi um elemento facilitador da construção da idéia de que a bancada mineira agia de forma completamente coesa ao permanecer no Brasil e se aliar ao poder da Regência Pedrina.

Diversas bancadas brasileiras como a baiana, a pernambucana e a fluminense apresentaram suas sessões internas durante a sua atuação em Lisboa³¹. Esse “silêncio” da bancada mineira torna mais difícil identificar sessões entre seus componentes e facilita o discurso da unidade da província e do caráter dos mineiros³².

²⁸ Nesta deputação os mineiros fizeram uma crítica às Cortes de Lisboa, aos seus “Decretos de Setembro de 1821”. Estes visavam o retorno do Príncipe Regente e o dismantelamento da unidade existente em torno de sua Regência, do Rio de Janeiro, pois desligavam as Juntas Governativas de sua regência, ligando-as apenas a Lisboa. Previam reformas nas Juntas Governativas, que, caso fossem efetivados os decretos, passariam a ser subordinadas apenas à Lisboa. Poderes independentes entre si passariam a governar as províncias. BITTENCOURT, op. Cit. BERBEL, op. Cit. Mello Moraes. SILVA, Ana Rosa Cloet da, “O caso Mineiro”, in: JANCSÓ, *Independência: História e Historiografia*. Op. Cit. Pp. 515-555. JANCSÓ & PIMENTA, op. Cit.

²⁹ Um exemplo da “versão padrão” sobre a participação dos mineiros na Independência: VARNHAGEM. Op. Cit.

³⁰ A deputação de Minas produziu apenas documentos coletivos. Nestes, comunicavam sua posição ao Príncipe ou aos representantes da Junta Governativa Mineira com a qual entraram em discordância ao permanecer no Brasil. A maior parte das informações sobre as posições políticas dos políticos mineiros, entre janeiro e abril de 1822 encontramos em outro tipo de fonte documental, as representações vilarengas. Segundo o manifesto que os deputados mineiros entregaram ao Príncipe Regente, esta permanência no Brasil teria o objetivo de protestar contra os “Decretos de Setembro” que as Cortes tinham aprovado e que foram sancionados por um pressionado D. João VI, em 1º de outubro de 1821. Sobre o posicionamento político da deputação mineira e da Junta provincial: BITTENCOURT, op. Cit.

³¹ BERBEL. Op. cit.

³² Acerca das características atribuídas aos mineiros ler: ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade. O imaginário mineiro na vida política e cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

A idéia de que a bancada mineira teria representado a vontade uníssona da província de Minas Gerais foi expressa por *D. Pedro* imediatamente após o encontro com a deputação da província de Minas, em 15 de fevereiro de 1822, quando houve formalização da adesão desses representantes mineiros às iniciativas do jovem Bragança. O próprio Príncipe Regente foi responsável por fazer essa leitura da atuação da bancada mineira ao interpretar este encontro com aqueles deputados como uma expressão da adesão dos mineiros e da província ao seu governo, iniciando a construção de uma memória acerca desse episódio³³.

Novas pesquisas têm revelado que não ocorrera dessa forma, pois essa adesão não era incondicional³⁴. Na recente pesquisa de Vera Lúcia Nagib Bittencourt encontra-se a constatação de que as elites das províncias do Centro-Sul, o Rio de Janeiro, sede da Corte, São Paulo e Minas Gerais, também são flagradas em sua ação de dar sustentação à Regência, sedimentando a autoridade de *D. Pedro*. Isso ocorre, porém, numa construção negociada, e que no caso mineiro, não teria sido urdida somente pela deputação constitucional.

Bittencourt revela que representações dos Senados das Câmaras das três províncias do Centro-Sul, capitaneadas pela atuação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, teriam sido muito importantes na sedimentação da Regência e no Fico de *D. Pedro*. Nessa leitura, a deputação deixa de ser o único canal de representação das elites da província, como é descrito nas versões “tradicionais”. Percebe-se uma grande negociação no Centro-Sul do Brasil, principalmente após a chegada dos decretos de setembro que impossibilitaram a manutenção de uma posição pró-Cortes, até mesmo entre os integrantes da Junta Governativa mineira³⁵.

Na “Collecção do APM” e nos livros “As Câmaras municipais e a Independência”³⁶ e “Memórias do Distrito Diamantino”³⁷, percebemos nos documentos

³³ Fontes documentais sobre as declarações de *D. Pedro*: MELLO MORAIS, op. Cit., Pp. 565-566. Para compreender todo o jogo político em torno de *D. Pedro*, os grupos políticos e articulações, os planos e as estratégias de ação; assim como para compreensão da construção da memória por *D. Pedro* e sua influência na historiografia, ler: BITTENCOURT, op. Cit.

³⁴ BITTENCOURT. Op. cit. SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Op. Cit. SILVA, Wlamir. Op. cit. SANTOS, Estilique F. dos. *A Monarquia no Brasil – o pensamento político da Independência*. Vitória, EDUFES/CEG, 1999. Esta negociação pode ser percebida nas fontes primárias consultadas em toda esta pesquisa.

³⁵ Coleção AHU.

³⁶ FERREIRA REIS, Artur César. *As Câmaras Municipais e a Independência*. Vol. I, 1973.

³⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Livraria Castilho: Rio de Janeiro, 1924. Pp. 300-370. Joaquim Felício dos Santos (Serro, 1º de fevereiro de 1828 — Diamantina, 21 de outubro de 1895) foi jurista, jornalista, historiador e político brasileiro. Iniciou seus estudos no colégio de Congonhas do Campo, Minas Gerais, e se formou na Faculdade de Direito de São Paulo. Na política, defendeu um mandato como deputado geral durante o Segundo Império (1864-1866) e outro como

transcritos que diversas negociações teriam envolvido, em dezembro de 1821, e nos primeiros meses de 1822 a Regência, as Juntas Governativas, as Câmaras Municipais das principais vilas, potentados, tropas, a deputação mineira e a paulista, que partiu para Lisboa³⁸. É descrita uma adesão sob condições e não *à priori*.

Vera Lúcia Bittencourt elucida as condições em que se dera a adesão da deputação mineira ao Príncipe. A autora dá ao “Fico Mineiro”, essa permanência da deputação mineira no Brasil, assim como ao “Fico de D. Pedro”, uma carga de ambigüidades, tensões, incertezas³⁹. Condições que refletiam o instável e incerto clima político do período no Reino do Brasil, no Centro-Sul, no início de 1822. A atuação da deputação mineira não teria representado uma plena e incondicional adesão à Regência pedrina.

3

A diversidade e as unidades desejadas.

Ao contrário da memória acerca de uma adesão coesa da bancada mineira ao Príncipe D. Pedro, encarnada como a expressão da vontade de toda a província, memória rascunhada, já no calor dos acontecimentos pelo próprio D. Pedro, esse tumultuado processo de eleições constitucionais em Minas aponta para vozes

senador (1891-1895) já na República Velha. Dentre seus diversos trabalhos, encontra-se o Projeto do Código Civil Brasileiro de 1882. Em 1860 tornou-se representante legal dos herdeiros de Chica da Silva no processo pela posse dos bens do contratador João Fernandes de Oliveira no Brasil. Pouco tempo depois, foi o primeiro escritor a relatar a história de Chica da Silva, através de seu livro *Memórias do Distrito Diamantino*, lançado em 1868. Fundou em Diamantina, no ano de 1860, o primeiro jornal de tendência republicana de Minas Gerais. Dentre suas publicações periódicas, destacava-se a novela *Páginas da história do Brasil*, escrita no ano 2000. Seus restos mortais foram sepultados em Diamantina em uma capela que hoje se encontra desativada.

Fonte: Wikipédia – Endereço: http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Fel%C3%ADcio_dos_Santos.

³⁸ O processo de negociações no Centro-Sul do Brasil, envolvendo a Regência, as Juntas Governativas, comandantes de tropas, Câmaras e autoridades diversas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo pode ser lido direto das fontes primárias publicadas, as principais coleções: *As Câmaras Municipais e a Independência*. 1973, e, ainda na “Collecção dos Offícios que as Camaras, e mais Authoridades da Província de Minas Geraes tem dirigido a Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil; com as providências que o Mesmo Augusto Senhor foi servido dar durante a sua estada naquella Província”. Revista do APM, anno XIV, 1909. Pp. 349-406. Estas duas coleções serão empregadas como fontes documentais nos capítulos a seguir

³⁹ “Fico Mineiro”: expressão nossa.

dissonantes que não participaram desse acorde uníssono que teria sido a deputação mineira de 15 de fevereiro de 1821.

Especialmente a eleição do décimo quarto deputado constituinte, como procuraremos comprovar, aponta para uma multiplicidade de possibilidades que estiveram inscritas naquele processo de crise na província de Minas Gerais. Foi Caio Prado Júnior quem primeiro insistiu na “*multiplicidade*” de “*possibilidades inscritas na transição da colônia para o Império*”⁴⁰.

A Independência, após Caio Prado Júnior ganhou o caráter de Revolução, de grave rompimento com final indeterminado e incerto. Caio Prado considerou que poderia ter havido outros desenlaces no processo de Independência e assim, a solução apontada em 1822 não estaria “*‘imane’ no passado*”, sendo apenas “*a resultante de um concurso ocasional de forças que estão longe, todas elas, de tenderem, cada qual só pôr si, para aquele fim*”⁴¹. Caio Prado deixou aberto o caminho para a busca das possibilidades que não constam nos manuais escolares. A eleição desse deputado mineiro temporão põe em dúvida a tese da unissonância da bancada de Minas e provocou uma série de reflexões que permitem pensar numa multiplicidade de caminhos por onde passara a crise em Minas.

Os documentos da eleição de Paracatu, na qual foi eleito o décimo quarto deputado, exceto a ata da eleição, que não foi encontrada, elucidam as negociações que determinaram o sucesso da eleição desse deputado, já os demais documentos que as acompanhavam, no IHGB, mostram o ocaso de sua empreitada pois, nas disputas locais, o vigário Hermógenes não conseguiu que o tesoureiro da Câmara da vila de Paracatu lhe facultasse a verba das *terças* para que o deputado embarcasse para Lisboa.

Entre os documentos existentes no IHGB, e que acompanham a ata de Paracatu, há um que registra a notícia de que os deputados mineiros não foram para Lisboa⁴². Esta célebre iniciativa da deputação mineira determinou, em parte, o “esquecimento” da eleição do décimo quarto deputado mineiro às Cortes de Lisboa, Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick.

Após receber a notícia da permanência da deputação mineira, Hermógenes parece ter abortado os preparativos de sua partida para o Rio de Janeiro, de onde iria embarcar para Lisboa. Sua permanência se deu antes que sua eleição tardia fosse validada pela Junta Governativa mineira e pelo Príncipe Regente, ou caso rumasse para

⁴⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

⁴¹ Idem.

⁴² Coleção IHGB.

a Europa, pelas Cortes de Lisboa. Por isso, talvez, poucos vestígios da memória desse complexo processo eleitoral na comarca de Paracatu tenham sobrevivido ao tempo. Hermógenes não cuidaria em validar o reconhecimento de uma eleição que perdesse completamente o sentido.

Uma pequena biografia e o cuidado de seu genro, que enviou os documentos desta eleição para o IHGB, ainda no século XIX, salvou esse feito do vigário de Desemboque, deputado constituinte às Cortes de Lisboa pela comarca de Paracatu, do completo esquecimento⁴³.

A eleição desse incógnito último deputado, representante de uma região distante, imensa e despovoada, leva impreterivelmente ao questionamento de como teria sido todo o processo das eleições para as Cortes de Lisboa em Minas Gerais⁴⁴. Também levanta questões acerca da atuação e da representatividade da bancada mineira.

Essa eleição em Paracatu externaria um quadro de disputas na comarca, na província, no Centro-Sul, no Reino do Brasil e no Reino Unido. Disputas que teriam permeado a formação e a atuação da deputação mineira e da Junta Governativa Provisória. Um quadro de tensões políticas que envolveram diversos níveis de conflitos, relacionando poderes políticos sediados em Lisboa, Rio de Janeiro, Vila Rica, Paracatu e demais comarcas, vilas, freguesias e paróquias da província. Espaços, que no contexto da crise, como atesta a análise da eleição desse décimo quarto deputado, rehierarquizavam-se de acordo com conveniências, necessidades e alianças estabelecidas, num contexto onde ocorreram grandes inversões⁴⁵.

A eleição desse deputado temporão permite questionar uma série de afirmações acerca de Minas Gerais entre 1821 e 1822: sobre sua composição geográfica e política, sobre identidades políticas coletivas, sobre as fraturas e a coesão das regiões da província. Permite perceber as tensões entre as comarcas e o Governador-General da província, D. Manoel de Portugal e Castro e entre este e o Príncipe Regente.

⁴³ A tradição oral dos estudiosos da história regional do Triângulo Mineiro guarda esta informação: que Antônio Borges Sampaio, citado anteriormente, tenha sido genro do “cônego” Hermógenes. Sampaio foi casado com uma das herdeiras do Cônego, e foi seu inventariante. Inventário publicado em: NABUT, Jorge Alberto. *Desemboque, documentário histórico e cultural*. Uberaba: Fundação cultural de Uberaba/Arquivo Público de Uberaba/Academias de Letras do Triângulo Mineiro, 1986. Pp. 236-270.

⁴⁴ Dados sobre Paracatu: CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Publicações do Arquivo Público Mineiro, N. 3-A: Belo Horizonte, 1981. Análise sobre o grande poder dos potentados de Paracatu como uma característica regional: ANASTASIA, Carla Maria Junho, *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

⁴⁵ Sobre centros e periferias no Império Lusitano ler: RUSSEL-WOODS. RUSSEL- WOOD, A. J. R. “Centros e Periferias no Mundo Luso- Brasileiro, 1500-1808”. In: *Revista de História*, Volume 38, nº 36, São Paulo, ANPUH/ Humanitas Publicações, 1998, pp. 187-249.

Na província de Minas Gerais não houve aclamação de uma Junta como em São Paulo ou outras províncias, mas uma eleição, depois de meses de indefinições, provocadas, principalmente, pelo próprio D. Manoel de Portugal e Castro e por seu grupo político⁴⁶.

Como pudemos comprovar com a leitura das atas eleitorais, vimos que no dia 19 de setembro de 1821, os eleitores constituintes mineiros elegeram sua bancada de deputados às Cortes de Lisboa: treze eleitos como titulares, quatro como suplentes. À exceção de Paracatu, havia eleitores de todas as comarcas mineiras. Estes mesmos eleitores constituintes, sob pressão de tropas, foram novamente reunidos no dia seguinte e elegeram a Junta Governativa Provisória da província. Há muita confusão na historiografia acerca dessas eleições, principalmente, em torno da relação entre os eleitores constituintes e a formação da Junta Governativa.

Em Wlamir Silva refere-se a eleitores de outras comarcas nas decisões dos dias 20, 21 e 22 de setembro de 1821. Nessas reuniões, os eleitores não somente elegeram a Junta Governativa Provisória, como também definiram suas funções, inclusive decidindo por uma independência em relação à Regência. Essa decisão, segundo o autor, foi tomada com “*eleitores de outras comarcas*”. Porém, não há uma especificação de quais seriam esses eleitores.

Ana Rosa Cloclet da Silva, considerando o processo desta eleição declara que:

“(…) conjuntamente à convocação dos eleitores de paróquia para a escolha da deputação mineira e dos membros do Primeiro Governo Provisório”(…)⁴⁷

Refere-se à convocação “*dos eleitores de paróquia para a escolha da deputação mineira e dos membros do Primeiro Governo Provisório*”. Ou seja, não há separação entre eleitores constituintes e eleitores para a escolha da Junta Provisória. Seriam os mesmos eleitores que elegeriam ambos poderes.

Nesta pesquisa levantamos dados que nos permitem propor que houve escolha de eleitores diferentes para cada eleição: uns eleitos para escolher a deputação constituinte; e outros para escolher a Junta Governativa. A eleição dos deputados

⁴⁶ Sobre a formação das Juntas Governativas Provisionais nas províncias do Brasil: BERBEL, A Nação como artefato. OP. Cit. Análise do processo em Minas: SILVA, Ana Rosa. OP. Cit. SILVA, Wlamir. OP. Cit. SANTOS, Estilague. OP. Cit. Descrição do processo em Minas: SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino*. VASCONCELOS, Salomão de. *O Fico: Minas e os Mineiros na Independência*. Belo Horizonte: 1972.

⁴⁷ SILVA, Ana Rosa, “O caso Mineiro”. OP. Cit., p. 525.

constituintes foi convocada pelo Governador-General em abril, para acontecer dia 15 de setembro. Já a eleição para eleger os eleitores que elegeriam a Junta Governativa foi convocada pelo Príncipe Regente, em agosto, para se realizar em 1º de outubro, em Vila Rica.

A movimentação de tropas, principalmente após a chegada de José Maria Pinto Peixoto à Vila Rica, em 16 de setembro de 1821, vindo da Corte do Rio de Janeiro, adiantara o processo de eleição da Junta Governativa, previsto para acontecer dia 1º de outubro. Essa eleição se deu dia 20 de setembro, pelo voto dos eleitores constituintes. As atas que estão no APM comprovam que naquele momento eram eleitos nas vilas de Minas Gerais os eleitores aos quais competiria essa tarefa⁴⁸.

As atas de ambas eleições que estavam no APM se encontravam misturadas, confundidas. Acreditamos que por diversos fatores essa eleição frustrada, a dos eleitores que elegeriam a Junta Provisória em 1º de outubro, tenha sido pouco conhecida e percebida. Porém, não temos dúvidas de que houve esse processo eleitoral. Duas eleições que se fundiram em 20 de setembro de 1821, uma subsumindo a outra, na prática, e na memória.

Essas eleições tiveram formas muito diferentes. A eleição constituinte ocorreu em três níveis: freguesia, comarca, paróquia. Já a eleição para a escolha das Juntas Governativas se deu nas vilas, elegendo representantes que iriam para Vila Rica, eleger o Governo Provisional, em 1º de outubro. Não há como imaginar que esse processo de eleição tumultuada da Junta que se deu a 20 de setembro, não tenha gerado rancores e exclusões.

D. Pedro I, desde agosto mandara eleger essa Junta. Estavam sendo eleitos representantes das vilas para essa finalidade e esperavam realizar esta eleição, como estava apazado, dia 1º de outubro. Os eleitores constituintes legitimaram a formação do novo governo provincial, fundindo e confundido processos, em processo que gerou exclusões, tensões e alianças. As eleições constituintes e a formação da Junta Governativa se entrelaçaram em Minas Gerais.

Tanto as Cortes de Lisboa, quanto D. João VI e depois, D. Pedro exerceram influência sobre as regras e o processo eleitoral para as Cortes de Lisboa em Minas, assim como forças internas à província, que são, entre algumas, o Governador General, as tropas de Vila Rica, câmaras vilarengas, o clero, elites paroquiais e grandes

⁴⁸ Esta eleição acontecia então, em importantes vilas, como Barbacena e São João del Rei. Interessante é notar que estas vilas foram grandes apoiadoras do Príncipe Regente quando de sua viagem a Minas. Fonte: Coleção APM.

potentados. As “*classes ínfimas*” também participaram: pobres, mestiços, diversos grupos de “desclassificados sociais”, notadamente em Vila Rica⁴⁹.

As atas dessas eleições para escolher os eleitores que elegeriam a Junta em 1º de outubro, elucidam como se processou a interferência de D. Pedro na transição de um a outro regime em Minas Gerais, indo contra o casuísmo do Governador-General D. Manoel de Portugal e Castro que procurou atrasar essas eleições e complicou o processo de eleição da mesma, alterando e complicando a forma da eleição que D. Pedro “propôs” em seu *Aviso Régio* de agosto, com o qual “*foi servido mandar formar uma Junta Governativa nesta província*”⁵⁰.

O Governador-General buscou retardar a criação de um governo provisório na província, apesar de alguns autores afirmarem, equivocadamente, que foi criado um governo provisório em julho. Depois de quase dois meses de tumultos em Vila Rica e de incertezas em toda a província, D. Pedro rompeu com a atitude de D. Manoel. O Príncipe Regente desde junho, necessitava reafirmar sua constitucionalidade para consolidar sua combatida Regência⁵¹.

Neste período era ainda fraca a autoridade do Príncipe Regente, seja a autoridade dinástica ou a constitucional, principalmente após o duro golpe que esta sofreu em 5 de junho de 1821. A passagem de um a outro regime político na província, que incluiu a eleição e atuação da bancada constituinte, além da eleição da Junta Governativa, deixa claro que o Príncipe Regente teve que se esforçar para fazer valer sua autoridade em Minas. O seu poder foi muito obstado e teve que ser estruturado através de alianças⁵². Muitas lutas internas consumiam a província nesse contexto.

D. Pedro tinha, então, que se equilibrar em duas autoridades de naturezas diferentes e remetidas a diferentes concepções de poder. Uma baseada na tradição (a Regência, como Lugar Tenente do Rei), e a outra, na representação constitucional (a Regência constitucional, que buscava criar). Estas duas autoridades do Príncipe encontraram opositores na província.

Percebemos que a primeira grande oposição à sua autoridade se deu, em Minas, no processo de eleição da Junta Governativa. Depois, esta mesma foi refratária à

⁴⁹ SILVA, Ana Rosa. Op. Cit. SILVA, Wlamir. Op. Cit. SANTOS, Estilaque. Op. Cit. SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*. VASCONCELOS, Salomão de. *O Fico: Minas e os Mineiros na Independência*. Belo Horizonte: 1972. Coleção IHGB.

⁵⁰ Coleção APM.

⁵¹ BITTENCORT. Op. cit.

⁵² BITTENCORT. Op. Cit. SILVA, Ana Rosa. Op. Cit. SILVA, Wlamir. Op. Cit. SANTOS, Estilaque. Op. Cit.

autoridade da Regência, sendo inclusive, refratária ao poder das Cortes a partir dos “Decretos de Setembro”, quando a Junta aprofundara seus contornos autonomistas, o que levou D. Pedro a ter que garantir pessoalmente a ordem na província, entre março e abril de 1822.

Esta pesquisa, visando a atuação da bancada constitucional mineira, abordou também eleição da Junta Governativa, pois esta foi decidida pelos eleitores daquela. Entre estes eleitores estavam deputados constituintes recém-eleitos. A atuação dos deputados constituintes mineiros teve início em 20 de setembro, quando estes, ainda como representantes das comarcas mineiras, elegeram a Junta Governativa Provisória. Portanto, para compreender a atuação da bancada constitucional mineira, em primeiro lugar, foi necessário relacioná-la com a formação de Junta, com quem esta atuação tensionaria até o fim de uma e outra⁵³.

Esta pesquisa sobre as eleições constituintes às Cortes, ajuda a elucidar o processo de sedimentação da Regência, ao perceber como esta se relaciona diretamente com o processo de passagem de um a outro regime em Minas, processos e cronologias que estão imbricados e relacionados⁵⁴.

Para afirmar sua Regência D. Pedro interferiu na “transição” de um a outro regime em Minas, fortalecendo sua constitucionalidade. Sua iniciativa deu resultado, mas apenas em parte. Foi eleita uma Junta, mas não com os eleitores que mandara eleger para cumprir essa função. Essa Junta Governativa, que passou por uma série de crises ao longo de toda a sua existência, manteve-se fora do controle de D. Pedro até o fim de sua existência. Não por acaso, decretada pelo Príncipe *in loco*, em Vila Rica em abril de 1822, quando fez cumprir decreto que fizera nas semanas anteriores no Rio de Janeiro⁵⁵.

Os dados sobre a bancada mineira às Cortes de Lisboa revelaram, entre 1821 e 1822, uma situação crítica em Minas Gerais que está de acordo com o descrito na historiografia acadêmica atual da Independência. Um quadro de conflitos e alianças, de

⁵³ BITTENCORT. Op. Cit.

⁵⁴ Inicialmente não sabíamos da relação entre uma e outra eleição. O estudo das eleições constituintes acabou revelando que uma eleição desembocou na outra.

⁵⁵ Este foi o primeiro governo provincial de Minas Gerais, entre as suas primeiras decisões, decidiu pela autonomia em relação ao Príncipe. A Junta foi desmembrando-se e tendendo à autonomia, em relação às Cortes, ao Príncipe ou à autoridade dos políticos do interior da província. A Junta durou de 20 de setembro de 1821 a abril de 1822. A sua primeira crise foi a demissão de D. Manuel de Portugal e Castro, em seguida, o cisma entre a deputação enviada ao Príncipe Regente, composta pelo Vice- Presidente da província e pelos deputados constituintes, e o restante da Junta, que permanecera em Vila Rica. Estes não aceitaram as posições acertadas entre a deputação e o Príncipe Regente, a 15 de fevereiro de 1822. Controlá-la foi um dos motivos de sua viagem à Minas Gerais entre março e abril de 1822. D. Pedro extinguiu *in loco* a Junta Governativa mineira.

incertezas, de intenso câmbio, dificultado pela distância e dificuldades de comunicação, facilitado por relações construídas historicamente⁵⁶. Um quadro de crise, em que uma multiplicidade de possibilidades estiveram inscritas.

Os documentos revelaram um quadro sobre as eleições em Minas que permitam afirmar que a Independência, vista do ponto de vista da província, de sua capital e de seu interior, foi uma transição com um tom “moderado”, mas que se deu sob fortes pressões na eminência, ou ameaça de soluções radicais, como a anarquia social, o enfrentamento entre tropas e milícias e o desmembramento da província⁵⁷.

Esta pesquisa sobre a eleição dos deputados mineiros e sua atuação apontou indícios que permitam supor que o fortalecimento da autoridade do Príncipe, colocada em questão após 5 de junho de 1821, passou por sua intervenção na conturbada província de Minas Gerais, muito antes de sua viagem à província. Buscamos provar que, no mínimo, desde agosto, com sua interferência na formação da Junta Governativa, o Príncipe passou a ser importante componente da equação política na província.

Foram muito graves e importantes as tensões no interior da Junta Ouropretana e entre setores desta e a Regência de D. Pedro, o que o levou a pacificar a província pessoalmente, entre março e abril de 1822. Segundo Ana Rosa Cloquet da Silva, os mineiros teriam evitado ao máximo conflitos abertos devido ao medo da desordem social⁵⁸. Os preparativos durante sua estada em Minas permitem supor que D. Pedro preparou-se para um conflito entre milícias das vilas e comarcas do interior da província, reunidas em torno de sua autoridade, mas não deslocadas até o fim da crise, contra as tropas de Vila Rica e aliados. D. Pedro pacificou a província sem mover tropas, mas aparenta preparar-se para o conflito, sem no entanto aparentar busca-lo⁵⁹.

4

As eleições de comarca em Minas.

⁵⁶ Sobre as relações comerciais entre Minas e Rio de Janeiro e sobre a relação entre negócios e política: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles- *A independência e a construção do Império*. São Paulo: Atual, 1995. BITTENCOURT. Op. Cit.

⁵⁷ Sobre as tensões raciais na província e sobre o tom da adesão do Centro-Sul, “Onde seria influenciado pela presença de grupos locais com interesses fortemente enraizados e pela proximidade da Corte e do Regente, impingindo um tom “moderado” ao processo”, ler: WERNET, Augustin. “O processo de Independência de São Paulo”. Citado em: SILVA, Ana Rosa, “O caso mineiro”. Op. Cit.

⁵⁸ IDEM.

⁵⁹ A leitura dos ofícios, representações vilarengas e outros documentos do período permitem levantar tal hipótese. É interessante notar que seu trajeto na sua viagem por Minas, passara pelas principais vilas que foram “excluídas” da eleição de província, Barbacena e São João del Rei, recebendo oferta de apoio de tropas e voluntários e de recursos, inclusive as rendas das Câmaras e de particulares.

Os documentos da eleição do vigário Hermógenes permitem-nos perceber como o Governador-General D. Manoel de Portugal tensionou e fez demorar as eleições na comarca de Paracatu. Na comarca de Paracatu, a tensão e a demora que D. Manoel provocara se relacionam com a sua mora na definição do número de representantes que caberia à comarca nas eleições de província que estavam marcadas para ter início no dia 15 de setembro em Vila Rica.

Os eleitores das freguesias da comarca de Paracatu esperaram essa definição entre final de julho e final de outubro. O Governador-General jamais forneceu essas informações esperadas, até que inviabilizou a eleição na comarca de Paracatu, e depois dissolveu o colégio eleitoral, em seis de outubro de 1821, já como Presidente da Junta Governativa. Esse colégio eleitoral voltou a se reunir e em 22 de dezembro de 1821 elegeu seu deputado às Cortes de Lisboa⁶⁰.

A demora do governador de Minas Gerais em analisar os mapas das populações da comarca pode se relacionar com outra polêmica atribuída a D. Manuel de Portugal e Castro. Ana Rosa C. da Silva revela que o Governador-General especulou com a problemática da divisão entre cidadãos e não cidadãos que teria nas eleições constituintes com a adoção da Constituição de Cádiz, a Constituição Espanhola de 1812. Nesta lei espanhola, o direito de cidadania, que era uma novidade revolucionária, envolvia questões raciais. Com essas especulações, D. Manuel teria alimentado uma polêmica racial que tensionara as relações sociais na província, especialmente, em Vila Rica⁶¹.

Quando da aceitação de seu pedido de demissão da Presidência da Junta Governativa, D. Manuel de Portugal foi acusado pelos demais componentes da Junta Provisória de provocar graves tensões na província, na passagem de um a outro regime político. Foi acusado pelos seus ex-colegas de Junta Governativa de ter insuflado tensões raciais e sociais, atizando o medo da anarquia social na província, medo que era útil aos seus planos de inviabilizar a mudança de regime pretendida pelos liberais⁶². Essas tensões se relacionariam, entre outras coisas, com especulações erroneamente levantadas por D. Manuel em torno da divisão entre cidadãos e não cidadãos que a lei eleitoral previa.

⁶⁰ Coleção IHGB. Foi eleito um deputado titular, o Vigário de Desemboque, D. Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick e um suplente, Francisco Antônio de Assis que na época era vereador da Câmara da vila de Paracatu.

⁶¹ SILVA, Ana Rosa. Op. Cit.

⁶² Coleção IHGB.

Em toda a historiografia, parte das informações em torno dos critérios eleitorais adotados nas eleições às Cortes de Lisboa no Brasil está equivocada. Especialmente esses critérios de inclusão e de exclusão do direito de cidadania. Tomemos para análise da legislação eleitoral a descrição contida no livro *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*, de Manoel Rodrigues Ferreira, livro reeditado em 2001, em edição organizada pela Secretaria de Documentação e Informação de TSE, onde podemos ler que, ainda no Brasil, D. João VI convocara:

*“(...) o povo brasileiro a escolher os seus representantes às Cortes de Lisboa. Juntamente com esse decreto, foram expedidas as “Instruções para as eleições dos deputados das Cortes, segundo o método estabelecido na Constituição Espanhola, e adotado para o Reino de Portugal, Brasil e Algarve”, conforme rezava o título do decreto referido”.*⁶³

De fato, as eleições foram organizadas com base nas leis de Cádiz, na Constituição Espanhola e nas Bases da Constituição Portuguesa. Realmente a organização da eleição foi em três graus, como previa a Constituição Espanhola. Eleições de freguesia; eleições de comarca e eleições de província. Porém, nas eleições no Brasil, não teriam sido adotados os mesmos critérios de inclusão e exclusão de eleitores contidos nessa constituição⁶⁴. Se tivessem sido usados os critérios de exclusão dessa lei eleitoral, Minas teria tido quatro ou cinco deputados, como veremos adiante. Nas leis de Cádiz, para ser cidadão era necessário ser filho de pais e mães de ascendência européia. Não poderia ser negro ou mestiço. A estes estava aberta a porta da cidadania, mas apenas pela virtude e merecimento⁶⁵.

Existiram muitas adaptações nas leis espanholas para atender à realidade luso-brasileira. Pelas leis da Espanha era eleito um deputado para cada 60 000 habitantes, em

⁶³ FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal. 2001.

⁶⁴ As pesquisas sobre o assunto são obra de Márcia Berbel. Sobre o assunto ler o artigo de BERBEL, Márcia & MARQUESE, Rafael Bivar: “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824”, artigo originalmente apresentado ao Seminário Internacional “Brasil: de um Império a Outro (1750-1850)”, organizado pelo Projeto Temático Fapesp “A fundação do Estado e da Nação: Brasil c.1780-1850”, no Departamento de História da FFLCH/USP em setembro de 2005. Sobre as leis eleitorais: “as Bases constitucionais portuguesas, ao serem enviadas para a América, foram acompanhadas pelas instruções eleitorais aprovadas na Espanha de 1812. Nesse movimento, ocorreu uma modificação sutil, mas altamente significativa: ao adaptarem as instruções eleitorais espanholas para a realidade portuguesa, os deputados de Lisboa subtraíam as distinções estabelecidas em Cádiz (artigos 22 e 29) para a concessão da cidadania. Assim, o primeiro nível das eleições incluiu, no Brasil, toda a população negra e mulata livre, concretizando de certo modo o sonho americano enunciado em Cádiz durante os anos de 1810 e 1811”.

⁶⁵ Cádiz, artigo 29?

Portugal, um para cada 30 000 habitantes. Portugal com 3 000 000 de habitantes, elegeu exatos, cem deputados.

Minas Gerais, segundo dados estatísticos da época, teria, entre os livres (não escravos), aproximadamente 130 000 brancos⁶⁶. Esta população de cidadãos daria direito a uma representação provincial de quatro ou cinco deputados, apenas, de acordo com os critérios de Cádiz, Minas elegeu oficialmente treze deputados, e, com D. Hermógenes, quatorze deputados constituintes. A historiografia falha ao analisar essas eleições e afirmar a utilização dos critérios da Constituição de Cádiz.

O estudo pioneiro de Márcia Berbel e de Rafael Marquese definiu que as instruções eleitorais aprovadas na Espanha em 1812, ao serem enviadas para o Brasil pelas Cortes de Lisboa, teriam sofrido *“uma modificação sutil, mas altamente significativa: ao adaptarem as instruções eleitorais espanholas para a realidade portuguesa, os deputados de Lisboa subtraíram as distinções estabelecidas em Cádiz (artigos 22 e 29) para a concessão da cidadania”*⁶⁷.

Assim, segundo Márcia Berbel, o primeiro nível das eleições incluiu, no Brasil, toda a população negra e mulata livre. Nas bases da constituição portuguesa, que foram enviadas junto com os critérios eleitorais, não se observava qualquer distinção entre homens livres e escravos⁶⁸ e tampouco havia uma definição racial diferenciadora para a concessão da cidadania. Esses novos critérios eleitorais é que justificam o tamanho da bancada mineira e brasileira.

As especulações de D. Manoel em torno da exclusão de negros e mestiços das eleições em Minas não tinham base naquilo que a lei eleitoral definia. D. Manoel especulava que a maior parte da população não podia ser excluída pela minoria. Porém, como deveria saber, pois recebeu do próprio monarca, as leis eleitorais e as Bases da Constituição para proceder a seu juramento na província, todos os livres, que não fossem alforriados, teriam direito a votar no primeiro nível das eleições. Na prática, isso não parece ter acontecido. Nas atas consultadas pela pesquisa, está posto que: *“votaram os homens bons”*, ou que *“votaram os que estão acostumados a servir em semelhantes ocasiões”*⁶⁹.

Na prática, ao que parece, negros livres e mestiços livres somente foram computados para efeito de cálculo da deputação, não encontramos indícios documentais

⁶⁶ Estatísticas da corografia de Raimundo da Cunha Matos. Op. Cit. Vol. 2.

⁶⁷ BERBEL & MARQUESE. Op. Cit.

⁶⁸ Não havia referências a escravos na lei. A população seria computada em massa para efeito de cálculo da bancada que caberia a cada província.

⁶⁹ Coleção APM.

nesta pesquisa que permitam afirmar que tenham realmente votado. Os desclassificados sociais foram úteis para equilibrar, mesmo que precariamente e hipoteticamente, a balança de poder entre Europa e América, no seio das cortes constituintes. Predominou a utilidade sobre o ônus, nesse caso, por este ponto de vista⁷⁰.

De alto a baixo da hierarquia social e das esferas do poder público, de Vila Rica até as comarcas mais distantes como Paracatu e Sêrro do Frio, esta pesquisa encontrou um quadro de conflito e de tensões, típico de situações de crise. Essa eleição de um décimo quarto deputado e o motivo e forma como se feriu esse pleito eleitoral permitem levantar elementos que sugerem um quadro de graves tensões políticas nessa comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais.

As atas e demais documentos consultados permitiram detectar tensões em toda a província de Minas Gerais. Tensões que agiram de forma diferente em cada uma de suas “micro-regiões”. Aliás, a crise, que era comum a todo o Reino Unido, se deu de forma diferente dos dois lados do Atlântico. Também foi desigual nas diferentes regiões do Reino do Brasil, entre as províncias do Brasil, ou, no caso de Minas Gerais, como veremos, entre suas “micro-regiões”⁷¹.

Crises que no âmbito das eleições para deputado, como revelaram os documentos consultados, estiveram próximas de ameaçar a unidade da província. Nas comarcas do Serro e de Paracatu, chegou-se a aventar a possibilidade de se “fazerem como província”, elegendo separadamente suas deputações. No caso de Paracatu, comarca excluída das eleições de 19 e 20 de setembro, essa ameaça acabou se concretizando. Paracatu elegeu seu próprio deputado, como comarca “feita em província”, entre 20 e 22 de dezembro de 1821. Mesmo a hipótese da instalação de um “*Provisório Autônomo*” foi aventada na comarca⁷².

⁷⁰ Tese da Laura de Mello e Souza, de que na América Portuguesa, para os dirigentes e elites, os desclassificados sociais teriam sido mais úteis do que onerosos. MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro*. Paz e Terra: São Paulo, 2005.

⁷¹ No capítulo “O caso mineiro (...)” Ana Rosa C. da Silva fez uma análise de certas especificidades do processo de independência na vila de Paracatu. SILVA, Ana Rosa. Op. Cit.

⁷² Idem.

Procuraremos provar que o processo de eleições constituintes provinciais para as Cortes de Lisboa em Minas Gerais apresentou-se muito complexo, longo, conflituoso e incompleto, tendo envolvido as Cortes de Lisboa, D. João VI, o Príncipe Regente, as autoridades do governo provincial de Vila Rica, principalmente D. Manoel de Portugal e Castro, Governador-General da província entre 1814 e 1821. Envolveu tropas, milícias, elites regionais, potentados e as “*classes ínfimas*” da província, notadamente da capital e do Distrito Diamantino. Buscaremos provar também, que a composição da bancada mineira que está na historiografia comporta equívocos e que a atuação dessa deputação constituinte é em parte ignorada.

5

Adesão no Brasil.

Não houve uma uniformidade de respostas às dificuldades impostas pela crise de 1820-22 nos diferentes espaços do Império luso-brasileiro. Nem entre Brasil e Portugal, ou mesmo, entre as províncias do Brasil. Não se pode esperar uma só reação em todo o Brasil, uma voz uníssona em prol da Independência, da Monarquia e da Unidade Nacional, como defende a historiografia oficial pois, a própria idéia de Brasil⁷³, como unidade política era ainda, uma abstração. Brasil seria, no período, uma terminologia administrativa de uso comum circunscrito à administração portuguesa.

Em sentido macro, historicamente havia sido estabelecida uma divisão territorial básica na América Portuguesa: capitanias do Norte e capitanias do Sul. Estas regiões, por longos períodos, chegaram a ser colônias com administrações diferentes. Tinham similaridades econômicas e sociais, e também algumas diferenças.

No contexto da Independência do Brasil as províncias dessas duas regiões, Norte e Sul do Brasil, apresentaram, via-de-regra, comportamentos relativamente diferenciados. Eram regiões que tinham invertido seu papel na primazia da história da colonização portuguesa ao longo dos séculos, situação que o “1808” somente agravara. Enquanto o Centro-Sul⁷⁴ foi beneficiado pelas transformações advindas do

⁷³ Para compreender diversas ‘idéias de Brasil’, ler os dois volumes de: MOTA, Carlos Guilherme, *Viagem Incompleta*. Op. cit. FURTADO, Júnia, *Diálogos Oceânicos*, Op. cit. Ler ainda a coletânea: *Brasil, Formação do Estado e da Nação*, JANCSÓ, István (org). Hucitec/UNIJUÍ/FAPESP, São Paulo-Ijuí, 2003. E também do mesmo autor (org): *História e Historiografia*. Editora Hucitec/FAPESP. São Paulo, 2005.

⁷⁴ Expressão de: DIAS, Maria Odila da Silva. “A interiorização da Metrópole”. In: Mota, Carlos G. (Org.). 2ª ed. 1822: *Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 167.

estabelecimento da Corte bragantina no Rio de Janeiro, enquanto as províncias do Norte foram sobre-taxadas e sustentaram as despesas das obras joaninas na Corte, além de sofrer com os rigores da repressão à Revolução de 1817⁷⁵.

As províncias do Norte, atuais regiões Norte e Nordeste foram as primeiras a formar suas Juntas Governativas, jurar a Constituição de Cádiz e a seguir as Bases da Constituição, a eleger e despachar suas bancadas de deputados constituintes para Lisboa. Todas estas eram atitudes que significavam adesão ao Liberalismo e oposição ao Absolutismo⁷⁶.

Em geral, as províncias do Norte do Brasil ofereceram um grau maior de resistência à autoridade do Monarca D. João VI e, na seqüência, a seu filho, o Príncipe Regente, subordinando-se à autoridade das Cortes de Lisboa. A somatória de fatores geográficos e históricos as fez formar Juntas antes das províncias do Centro-Sul do Brasil. As províncias desta região, mais ligada à Corte do Rio de Janeiro, demoraram mais a iniciar a formação de juntas governativas do as do Norte⁷⁷.

Se no Norte as províncias se alinharam mais rapidamente ao sistema constitucional, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e em São Paulo, mais ligadas à Corte do Rio de Janeiro, interessadas na manutenção do *status quo*, esta adesão constitucional somente aconteceu após tropas do Rio de Janeiro, fiéis às Cortes darem mais uma demonstração de força em 5 de junho de 1821⁷⁸. Este foi um duro golpe imposto para a Regência pedrina, determinando o juramento das bases da constituição, e a formação de uma Junta Governativa na província do Rio de Janeiro, reduzindo a autoridade do Príncipe Regente à cidade do Rio de Janeiro.

A primeira província do Reino do Brasil a aderir ao governo de Lisboa, a 1º de janeiro de 1821, foi o Pará. O Conde de Vila Flor, Governador-General da província foi deposto e substituído por uma Junta Provisional, a primeira do Brasil, formada aos moldes da que foi formada em Lisboa em 1807, quando da invasão francesa e da partida do monarca. O mesmo “padrão” de formação de Juntas Governativas, ou seja, de adesão revolucionária que vinha sendo praticado na Espanha.

⁷⁵ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste: 1817; estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁷⁶ BERBEL. *A nação como artefato*. Op. Cit. A primeira província a formar uma Junta foi o Pará, seguido da Bahia.

⁷⁷ WERNET. Op. Cit.

⁷⁸ Em fevereiro de 1821 e em abril as tropas já teriam realizado movimentações que pressionaram: em fevereiro, a constitucionalização da Corte do Rio de Janeiro e em abril, o retorno do monarca para Portugal. MELLO MORAES. Op. Cit. BITTENCOURT. Op. Cit.

No Pará foi jurada a Constituição de Cádiz e na sequência foram eleitos os dois deputados que representaram aquela província em Lisboa. As formações destas Juntas Governativas nas províncias do Brasil diminuía a autoridade de D. João VI, pois, estas se subordinavam diretamente a Lisboa e se desligavam da autoridade do monarca, do Rio de Janeiro.

A Bahia foi a segunda província brasileira a aderir a Lisboa, a 10 de fevereiro de 1821. Assim como a na adesão do Pará, como não havia uma posição do monarca a respeito das Cortes e das mudanças, esta adesão da Bahia teve o aspecto de desobediência ao monarca. Depois da adesão da Bahia, o movimento constitucional espalhou-se pelo Nordeste⁷⁹. Reivindica-se, por toda a América portuguesa a formação de Juntas Governativas que substituíssem os governos do regime joanino nas capitanias/províncias. Apesar de aderir ao liberalismo em fevereiro, a província da Bahia somente elegeu seus deputados em dois de setembro. A vila baiana de Jacobina escolheu seu deputado posteriormente⁸⁰.

Em Pernambuco, palco da instauração de uma República de efêmera duração em 1817, o processo constitucionalização foi tumultuado, em parte pela ação do Interventor, o Capitão-Mor Luís do Rego Barreto, interventor na capitania/província, desde 1817. Este foi o responsável pela violenta repressão ao movimento republicano de 1817. Prendeu, perseguiu, matou e expulsou os dissidentes. As prisões foram principalmente na Bahia⁸¹.

Como D. João VI havia jurado a Constituição, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1821, a adesão pernambucana não se deu como ato de rebeldia contra a autoridade joanina. Rego Barreto, aderiu ao regime de Lisboa e fez as eleições dos deputados em 26 de março de 1821. Comandou todo o processo de eleições e providenciou o embarque da deputação provincial em excelentes condições para Lisboa, mesmo assim, os revolucionários de 1817 que adentraram as Cortes como deputados pernambucanos denunciaram os crimes de Rego Barreto⁸².

Esta adesão pernambucana, comandada por um interventor ligado ao monarca estabelecido no Rio de Janeiro, D. João VI, após este jurar a Constituição, que teve um

⁷⁹ BERBEL. *A nação como artefato*, p. 58. Op. Cit. Como veremos, até o “Norte de Minas” foi atingido pelos abalos provocados pela adesão baiana.

⁸⁰ BERBEL. Idem, p. 60.

⁸¹ Lá estiveram presas importantes personalidades: Cipriano Barata, Antônio Carlos Andrada, entre outros. Ambos foram deputados às Cortes de Lisboa, por Pernambuco e São Paulo, respectivamente. MELLO MORAES. Op. Cit. Mota, *Nordeste: 1817*. Op. Cit.

⁸² BERBEL. *A nação como artefato*. Op. Cit.

tom de obediência ao Rei português, teve um impacto diferente da adesão do Pará e da Bahia. Mesmo assim, talvez, por isso mesmo, a formação da Junta Governativa pernambucana foi um processo dos mais tumultuados.

Houve um movimento de rebeldia na vila pernambucana de Goiana, com a formação de uma Junta Provisional rebelde. Este movimento ajudou a pressionar a formação da Junta Governativa em Recife, no final de agosto. Em final de julho, Rego Barreto sofrera atentado e prendera e deportara 42 prisioneiros para Lisboa.

Assim como na Bahia, em Pernambuco houve a eleição de deputados em separado, no caso, pela comarca do Sertão de Pernambuco, dois titulares e um suplente⁸³. Como procuramos provar, Minas Gerais foi mais uma província a eleger deputados em separado, ou seja, que representavam apenas uma parcela do território da província, assim como Pernambuco e Bahia. No caso mineiro, o qual estudamos, foi eleito um deputado e um suplente pela comarca de Paracatu.

Esta pesquisa documental revelou que os processos de adesão revolucionária da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo, tiveram uma relação direta com o processo mineiro neste contexto de crise. Vale lembrar, ainda, que Pernambuco e Bahia, como bispados, eram senhores de parte das paróquias de Minas, assim como a prelazia de Goiás e o bispado de São Paulo, que também tinham paróquias na província⁸⁴. Em determinadas regiões da província mineira as províncias limítrofes exerceram influência, direta ou indiretamente, ao longo da crise observada, entre 1820 e 1822.

A adesão da Bahia não repercutiu com força apenas no Nordeste e na Corte do Rio de Janeiro. O “caso baiano” teve relação direta com o início do processo revolucionário no Norte de Minas, na comarca do Serro do Frio, onde estava situado o Tejuco, atual Diamantina. Embora fora do período enfocado nesta pesquisa, ecos do movimento revolucionário pernambucano de 1824, em parte organizado pelo bispado de Pernambuco, foram percebidos na comarca de Paracatu, da qual, algumas paróquias pertenciam àquele bispado⁸⁵.

Sobre a repercussão da notícia da adesão da Bahia no Tejuco, Minas Gerais, Joaquim Felício dos Santos declarou que:

“A notícia d’este acontecimento foi agitando o Brasil por toda a parte onde ella chegava. Vinda pelo interior da Bahia, atravessou os sertões e chegou ao Tijuco nos primeiros dias do mez de Março, quando ainda se ignorava a

⁸³ BERBEL, idem.

⁸⁴ CUNHA MATOS. Op. Cit.

⁸⁵ Sobre o movimento revolucionário de 1817 em Pernambuco, ler: MOTA. *Nordeste:1817*. Op. Cit.

impressão que tinha causado no Rio de Janeiro, e em outros pontos do sul da capitania.

Foi como uma commoção electrica que sofreu o Tijuco. Já bastante agitado pelos successos occorridos em Portugal nos dias 24 de Agosto e 15 de Setembro, ancioso esperava o resultado da grande tempestade que anuviava o horisonte político do reino. Um entusiasmo geral apoderou-se da população. Por toda a parte immediatamente formão-se grupos, que discutem a grande questão do dia. Fazem-se reuniões secretas para deliberarem na presente conjuntura o partido que se deva seguir.

Os mais exaltados são de parecer que se organize um governo provisional à imitação dos bahianos, e se proclame a constituição; para fazerem prevalecer sua opinião, declaram que todas as mais cidades e povoações do interior da Bahia havião seguido o exemplo da capital. (...) N'este sentido apparecêrão muitos pasquins pregados nas esquinas das ruas, excitando o povo a uma revolução“⁸⁶.

As diferenças entre o processo de crise no Norte e no Sul do Brasil foram percebidas e registradas no Distrito Diamantino. Esta é uma informação importante, pois nos estudos acerca da participação de Minas Gerais neste processo de crise de 1820-22, normalmente, é pela Estrada Real, pelo Sul-Sudeste da capitania/província de Minas Gerais, pelo Rio de Janeiro e São Paulo, que nota-se o trânsito de notícias e pessoas a caminho de Minas. Para o período considerado, esta província teria relações mais diretas, nítidas e perceptíveis com as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Esta informação de Joaquim Felício dos Santos está em acordo com a seguinte lição de Alceu Amoroso Lima, lembrada por Ariano Suassuna:

“(...) do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do Rio São Francisco, o rio da unidade nacional. E a este eixo o Brasil tem que voltar de vez em quando se não quiser esquecer que é Brasil”⁸⁷.

Ou seja, não teria sido somente pela Estrada Real que teria caminhado o processo revolucionário em Minas Gerais, tanto que, em certa altura deste, os Tijucanos percebiam que:

⁸⁶ SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 321. Op. Cit.

⁸⁷ SUASSUNA, Ariano. Entrevista. Título: “Eu sou é imperador”. Revista Nossa História. Rio de Janeiro: Editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional. Ano 2. Nº14. Pp. 50-55.

“(...) a liberdade marcha do norte para o sul”⁸⁸.

A própria comarca de Paracatu, onde foi eleito o 14º deputado mineiro, tinha grande relação com Goiás e Pernambuco de quem era vizinha⁸⁹. À prelazia de Goiás pertenciam duas paróquias (freguesias de Araxá e Desemboque)⁹⁰ da comarca de Paracatu, e, ao bispado Pernambuco pertenciam as outras três paróquias (freguesias de Paracatu, São Romão e Brejo Salgado) da comarca⁹¹. O bispado de Mariana tinha uma parte ou o todo das outras quatro comarcas de Minas Gerais, mas não tinha nenhuma paróquia das cinco freguesias da comarca de Paracatu⁹². Este é um fato importante se for levado em consideração a participação do bispo de Mariana D. Santíssima Trindade no processo de crise em Minas Gerais⁹³.

Além destas relações externas à província, a comarca de Paracatu tinha fortes ligações com as outras “micro-regiões” de Minas Gerais. Recebera forte migração do Centro de Minas, de onde viera o Vigário D. Hermógenes (nascido na freguesia de Conceição do Mato Dentro na comarca do Serro do Frio)⁹⁴, o deputado tardio, e com o Sul de Minas que comercializava e escoava sua produção até Vila Rica ou o Rio de Janeiro.

Neste e noutros processos históricos, Minas Gerais, devido à sua extensão e à grande diversidade entre suas regiões, guarda especificidades de acordo com a região da província que se enfocar. As regiões da capitania tiveram comportamento muito diferenciado no processo de crise que estudamos, estando cada uma inserida de forma específica no processo de acordo com sua conformação sócio-econômica e histórica.

⁸⁸ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 321. Op. Cit. O Rio de Janeiro seria visto pelos Tejuicanos como símbolo do Despotismo e do Absolutismo. É o oposto da visão propagada pela Historiografia Oficial da Independência. Nesta, o Rio de Janeiro e o Príncipe Regente são vistos como baluartes da Independência do Brasil e do Liberalismo, e não do Absolutismo português. O Pároco do Tejuco em discurso declarou, por ocasião do Juramento das Bases da Constituição: “Vê-de meus irmãos: a liberdade marcha do norte para o sul. Em Portugal a revolução estalou primeiro no Porto; no Brasil ella rompeu na Bahia; e em Minas Gerais, este arraial situado a cinquenta e quatro legoas ao norte de Villa Rica, não pode conter o sofrimento e dilatar por mais tempo o seu regosijo, esperando o exemplo da capital”. O “Sul”, leia-se: Vila Rica, Rio de Janeiro e Lisboa, os símbolos do Despotismo e Absolutismo; em oposição ao “Norte”, leia-se: Tejuco, Bahia e Porto, como símbolos dos novos tempos; do Liberalismo, do Constitucionalismo.

⁸⁹ CUNHA MATOS. Op. Cit. PONTES. Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 2ª. Edição, 1978.

⁹⁰ Ambas freguesias (ou paróquias) pertenceram a Goiás até 1816, quando, transferidas para Minas Gerais, passaram a compor a recém criada comarca de Paracatu.

⁹¹ Corografia do Cunha Matos. A única comarca mineira que pertencia inteiramente ao bispado de Mariana era a de Vila Rica, ou comarca do Rio das Velhas.

⁹² Como correspondiam os termos das paróquias e das freguesias, equivale a dizer que o bispado de Mariana não tinha nenhuma das cinco paróquias da comarca de Paracatu.

⁹³ Como veremos, o Bispo era um ferrenho absolutista.

⁹⁴ SAMPAIO. Op. Cit.

A análise documental das eleições às Cortes de Lisboa em Minas Gerais revela um quadro de grande diversidade regional. Dentre estas regiões da capitania/província, é muito específica a situação da comarca de Paracatu, marcada pela criação recente, no final do XVIII, e pela anexação das freguesias goianas, em 1816, de Araxá e Desemboque, onde Vigário D. Hermógenes, o deputado eleito para representar a comarca nas Cortes de Lisboa.

Porém, a mais diferenciada de todas as “micro-regiões” mineiras fazia parte da comarca do Serro do Frio, o Distrito Diamantino, em especial o arraial do Tejuco. Esta parte de Minas foi regida por regime especial, mais rígido inclusive do que o aplicado ao restante da policiada província mineira⁹⁵. Devido ao choque que representou o constitucionalismo naquela região, precisaremos percebê-la em separado.

Cada micro-região mineira vivenciou a crise de maneira diferente. Isto se deve aos diferentes contextos e trajetórias históricas que formaram as especificidades regionais, sendo que cada comarca se relacionava de maneira diversa com Vila Rica e com a Corte do Rio de Janeiro e demais comarcas, assim como com as províncias vizinhas. Esta série de relações teriam sido historicamente construídas através de relações sociais e geográficas.

Cada “micro-região” mineira posicionou-se diferentemente em relação aos poderes sediados em Vila Rica ou no Rio de Janeiro. No caso da comarca de Paracatu, onde foi eleito o último deputado da bancada mineira, além de forte relação econômica com as vilas do Sul e Sudeste de Minas (comarcas do Rio das Mortes), com o Rio de Janeiro e São Paulo, com a comarca de Sabará e Serro do Frio, com Vila Rica, percebemos algumas relações menos “comuns”, ou óbvias, como o contato com o “caso pernambucano” de 1824.

As regiões periféricas de Minas Gerais teceram relações históricas com as demais províncias circunvizinhas e com o centro minerador de Minas, sendo duplamente relacionadas, para dentro e fora da província. Minas fazia fronteira, e faz ainda, com o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso (hoje, Mato Grosso do Sul) e São Paulo.

⁹⁵ Cabe lembrar que o arraial do Tejuco, atual Diamantina, era parte de uma “colônia dentro da colônia” em Minas Gerais. Era governada por um rígido regime, estabelecido no Regimento Diamantino, ou, como era então conhecido, Livro da Capa Verde. A discussão desta restrição tornou-se um debate acalorado durante o processo de crise. Ler: FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

Estas diferenças entre as regiões de Minas Gerais geraram, no processo de crise, uma diferença entre as respostas que cada uma deu a esta. Neste e noutros processos históricos, Minas Gerais, devido à sua extensão e à grande diversidade entre suas “micro-regiões”, guarda especificidades de acordo com a região da província que se enfocar. A distância do centro de Minas, sede do poder provincial é uma das marcas da história da comarca de Paracatu, assim como o intenso contato com “outras províncias”.

Capítulo II

Capítulo II

Primeira parte.

O contexto revolucionário.

A transição do regime absolutista ao liberal em Minas Gerais foi um processo bastante tumultuado, longo e tortuoso. Envolveu direta e indiretamente diversas instâncias de poder sediadas em Lisboa; interior da província de Minas e Vila Rica (a capital, atual cidade de Ouro Preto); Rio de Janeiro, onde estava sediada, desde 1808, a monarquia luso-brasileira e outras províncias vizinhas da capitania/província de Minas Gerais. D. João VI e D. Pedro, seu filho estiveram diretamente relacionados ao processo, principalmente o filho, entre fevereiro de 1821 e abril de 1822. A crise envolveu tropas, elites, classes intermediárias e “*classes ínfimas*”, em toda a província.

Para o caso mineiro, alguns acontecimentos que antecederam as eleições constituintes e a eleição das Juntas Governativas e as prepararam, podem ser considerados como os mais importantes, os marcos, aqueles que realmente representaram viragens e rupturas na vida política da província, do Reino do Brasil e do

Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves⁹⁶. Todos esses acontecimentos representaram a adesão simbólica ou a instauração real de novos arranjos institucionais. Representaram etapas da inauguração de novos direitos políticos e instituições. A forma como esses acontecimentos se deram definiu o tom da passagem de um a outro sistema político na província, guardando nuances diferentes em cada região de Minas Gerais.

1

Os acontecimentos do Porto

A notícia dos acontecimentos do Porto, sem dúvida, foi o primeiro acontecimento revolucionário a impactar na província, em 1820. Todas as regiões do Império português e as instâncias da monarquia portuguesa foram sacudidas pelo movimento revolucionário do Porto.

Para alguns habitantes da América portuguesa, a revolução e o constitucionalismo ameaçavam conquistas e privilégios que se consolidaram, principalmente, a partir de 1808⁹⁷. Com o constitucionalismo, estes portugueses, americanos e europeus, sentiam ameaçada sua posição de domínio, sua superioridade no seio do Império Português. Porém, para outros, desfavorecidos, era a oportunidade de conquistar direitos, discutir privilégios, levantar denúncias, lutar para sair de situações desfavoráveis. O mesmo se deu entre as regiões de Minas Gerais. Em parte isto explica o esforço dos comarcãos de Paracatu em se fazer representar na bancada mineira, elegendo um 14º deputado em 22 de dezembro de 1821.

O processo revolucionário tinha um significado e abria possibilidades diferentes para diferentes habitantes de Minas, dependendo de sua condição social, racial e econômica. Também abria novas possibilidades para que os habitantes de cada região da província, de suas comarca, vilas e freguesias reivindicar. A crise dera-se de uma

⁹⁶ Algumas destas viragens foram acompanhadas de grandes inversões políticas. Nestas, ocorriam grandes inversões hierárquicas entre centros e periferias, um processo complexo que teve início com a Transmigração da Família Real para o Brasil, em 1807. No caso mineiro, em que as regiões, comarcas, vilas e freguesias da província não apresentaram uniformidade na resposta aos desafios impostos pela crise, estas viragens foram comuns, é o caso da comarca de Paracatu.

⁹⁷ SILVA, Ana Rosa C. Op. Cit. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “*Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*”. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro: IHGB. 1988. Ano 1. Nº 1. Pp. 5-27.

forma no Distrito Diamantino e de outra em Vila Rica, em São João del Rei ou em Paracatu⁹⁸.

O processo de crise foi percebido de forma diferente nas comarcas de Paracatu, Sabará, Serro, Vila Rica ou São João del Rei e entre suas freguesias. No interior da província de Minas havia grandes desigualdades. Algumas regiões eram castigadas, ou privilegiadas por legislações especiais. Havia regiões simplesmente segregadas das decisões devido às distâncias, devido ao fato de estarem distantes dos principais centros decisórios, no caso de Minas, Vila Rica e Rio de Janeiro⁹⁹.

Desde 1808, a América portuguesa ocupava uma posição preponderante no interior do império português. Porém, nem todas as capitanias e regiões do Brasil foram favorecidas igualmente pela transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro. Prestigiadas ou não, todas as capitanias da América portuguesa foram reunidas num conjunto, com a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal, no final de 1815: o Reino do Brasil. Este foi um duro golpe para o nacionalismo português. Representou uma elevação do *status* do Brasil no seio do Império, além da consolidação de uma inédita inversão de papéis entre Brasil e Portugal, uma verdadeira “inversão atlântica”.

Ao contrário das elites do Centro-Sul do Brasil, os portugueses mostravam-se, desde 1807, desgostosos com essa inversão de papéis. Havia divisões internas entre os portugueses. Um dos sub-grupos era o dos liberais. Entre outras reivindicações, os liberais queriam o reconhecimento e a garantia dos direitos fundamentais do Homem, o fim do Absolutismo e a divisão do poder em três esferas. Queriam efetivar as conquistas político-sociais que haviam inaugurado a Era Contemporânea. Esse foi um grupo muito ativo após 1816.

Os portugueses da Europa estavam desejosos de recuperar uma situação de domínio no seio da monarquia. Para os portugueses, em sua maioria, somente Portugal poderia ser a sede da nação e o Brasil não passaria de um país que abrigara a Corte em momento de dificuldade¹⁰⁰. Uma das maiores reivindicações dos portugueses era o

⁹⁸ Ana Rosa C. da Silva propõe, inclusive que se deve escolher algumas localidades de diferentes regiões da província para serem analisadas, por amostragem, as diferentes realidades vivificadas pelos habitantes da província no período estudado. SILVA, Ana Rosa. “De comunidades a nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831)”. Sítio: almanack brasiliense. São Paulo: USP. 2005. N° 2. Pp. 43-63. No mesmo sítio e da mesma autora: “Identidades em construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831”. N° 1. Pp. 103-113. E ainda sobre o assunto, da autora: “O caso mineiro”. *Op. Cit.*

⁹⁹ Foi o caso da comarca de Paracatu no processo analisado, como veremos.

¹⁰⁰ Para um grupo de Estadistas portugueses coimbrões estabelecidos no Rio de Janeiro, filhos do reformismo pombalino, esta não era uma situação anti-histórica, e nem totalmente acidental, pois aventada muitas vezes desde o século XVI. Era a reordenação da monarquia portuguesa, agora um “Poderoso Império” atlântico. BITTENCOURT. *Op. Cit.*

retorno da Família Real para a Europa, principalmente após 1815, quando teve fim a ameaça representada pelo expansionismo napoleônico.

A luta contra o Absolutismo português teve o ano de 1817 como um marco. Em Portugal, onde explodiu uma rebelião Liberal e, no Nordeste do Brasil, onde o processo revolucionário foi ainda mais radical, com a proclamação de uma República de curta duração¹⁰¹. Ambas as revoluções foram derrotadas e seus participantes, duramente punidos. Ambas aconteceram em regiões desprestigiadas pela fortuna no contexto das primeiras décadas do século XIX no Império Lusitano.

Em 1820, uma nova revolução sacudiu o absolutismo português. Iniciada no Porto por iniciativa do Desembargador Manuel Fernandes Tomás, apenas três meses após a execução do líder da revolução portuguesa de 1817, Gomes Freire de Andrade, e, articulada por uma organização política conhecida como Sinédrio, essa Revolução Liberal estava em direta consonância com o movimento revolucionário que há meses varria a Espanha¹⁰².

Os revolucionários acreditavam que era preciso “regenerar” a nação portuguesa¹⁰³. Segundo os portugueses, seu país vivia uma situação anti-histórica, ter-se-ia tornado “colônia de uma colônia”. Era necessário que a monarquia retornasse a seu local de origem. Porém, como a Corte portuguesa, estabelecida nos trópicos, não dava mostras de querer retornar ao Reino, os revolucionários passaram a acreditar que para atingir esse objetivo seria primeiro necessário fazer a ruptura com o Absolutismo.

O movimento revolucionário do Porto teve seu início em 24 de agosto de 1820. A convocação de Cortes, projeto cogitado por setores da nobreza portuguesa desde a partida de D. João VI para o Brasil, foi então encampado pelo grupo organizador, o

¹⁰¹ Mota. Nordeste: 1817. *Op. Cit.*

¹⁰² BERBEL. *Op. Cit.*, p. 44. SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.*, p. 320. MELLO MORAES. *Op. Cit.* Em 10 de março de 1820 os espanhóis haviam proclamado o regime constitucional e obrigado Fernando VII a jurar a Constituição de 1812, também conhecida como Constituição de Cádiz. Em teoria, os membros do Sinédrio, assim como os revolucionários da Espanha, eram fiéis à dinastia reinante.

¹⁰³ Apesar deste desejo de regeneração da nação portuguesa e de se proclamar fiel à monarquia, à religião e à dinastia reinante, não era estranha aos revolucionários portugueses a idéia da reunião das duas revoluções, a espanhola e a portuguesa, numa união peninsular. Esta opção não era descartada, caso não conseguissem vencer sozinhos o Absolutismo. Durante este processo de crise Portugal esteve na iminência de se tornar uma província espanhola. A idéia Republicana também esteve presente neste processo revolucionária ibérico. BERBEL. *Op. Cit.*

Sinédrio¹⁰⁴. Os portugueses liberais e os absolutistas nutriam diferentes concepções acerca da natureza das Cortes convocadas¹⁰⁵.

Enquanto a nobreza compreendia as Cortes como a reunião das três ordens tradicionais, Clero, Nobreza e Povo; os revolucionários do Porto – os liberais do Sinédrio – as enxergavam como a expressão de toda a Nação portuguesa ali representada, uma reunião de representantes de homens “iguais”. Nas atas das eleições para as Cortes de Lisboa em Minas Gerais, encontramos termos que fazem referência a ambos os entendimentos sobre natureza das Cortes, como veremos adiante.

Com a vitória da Revolução, formou-se no Porto, o primeiro governo liberal: a Junta Provisional do Governo Supremo. Havia um governo em Lisboa que representava o monarca português desde 1807: a Regência de Lisboa. Esta Regência (absolutista) tentou barrar o avanço daquela Junta Provisional (revolucionária). Pressionada, a Regência de Lisboa convocou as Antigas Cortes.

Os liberais do Porto e seus congêneres de Lisboa se articularam e em 15 de setembro de 1821, tropas vindas do Porto, unidas à multidão, aclamaram novo governo: a Junta de Lisboa. A Regência e a Junta de Lisboa conviveram sem nenhum conflito armado entre suas forças até a extinção da Regência. Esta extinção, ocorreu logo a seguir, quando as Juntas do Porto e de Lisboa se articularam e em 27 de setembro de 1820 constituíram o novo governo de Portugal¹⁰⁶. Este governo, desde então, foi composto por dois órgãos: pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e pela Junta Provisional Preparatória das Cortes, esta, a responsável por preparar as eleições que formariam as Cortes Constitucionais de Lisboa¹⁰⁷. Formar Juntas Governativas foi

¹⁰⁴ Os membros do Sinédrio não desejavam a convocação das “velhas” Cortes (a reunião de representantes do Clero, Nobreza e Povo), desejavam convocar “Cortes” no sentido de uma assembléia constituinte, aos moldes liberais.

¹⁰⁵ Apesar de amparados nos ideais liberais da Europa de 1820, nas conquistas sociais da Revolução Francesa, os liberais portugueses tinham uma concepção política amparada na tradição. Acreditavam estar restaurando uma liberdade, anterior ao Despotismo que se instalara por volta do século XVIII na monarquia lusitana. A nobreza nacionalista também acreditava nesta “Regeneração Política”, porém cada grupo divergia em relação aos limites e natureza da assembléia que se reunia, dos direitos a serem garantidos, da monarquia que desejavam, e do papel que os portugueses e o monarca teriam nesta nova situação que se instaurava. BERBEL. Op. Cit. PEREIRA DAS NEVES. Lúcia Maria Bastos. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan:FAPERJ, 2003. TORRAL. Luís Manuel Reis. *Tradicionalismo e contra-revolução: o pensamento e a acção de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

¹⁰⁶ BERBEL. Op. Cit. Pp. 44 e 45. O novo governo foi formado por cinco elementos do antigo governo de Lisboa e onze do Porto.

¹⁰⁷ NOBRE, Isabel Maria Guerreiro. *A aprendizagem da cidadania. Contributo para a definição da cultura política vintista*. Dissertação de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993. Pp. 39-46. Citado em BERBEL. Op. Cit., p.45.

outro importante processo de constitucionalização das províncias do Brasil, que se deu de maneira diferente em cada uma.

A formação de Juntas Governativas nas capitanias, agora organizadas como províncias, representava o outro grande passo do rompimento com o antigo sistema político. Essa ruptura com o regime absolutista interessava muito aos habitantes de algumas regiões de Minas e menos a outros.

Um dos casos extremos, como apontou a pesquisa documental, foi o do Distrito Diamantino, atuantes na defesa da constitucionalização. Seus habitantes viviam sob o peso de restritivas leis e instituições ligadas ao absolutismo: a Intendência dos Diamantes e o regime restritivo imposto pelo Regimento ou Livro da Capa Verde. De outro lado, na defesa do absolutismo e depois de um tensionado liberalismo, Vila Rica, uma capital tensionada socialmente e afogada no peso de antigas instituições e personalidades do antigo regime político e do novo regime, também tensionada pelos interesses de um grande funcionalismo público e pelas ambições políticas de diversos grupos e pessoas.

Em Vila Rica, devido aos interesses de funcionários do antigo sistema e de tropas, pesavam fortemente interesses pró- Absolutismo, e depois pró-Liberalismo¹⁰⁸. Essas tropas terminaram mudando de posição entre 16 a 20 de setembro de 1821, quando ajudaram a forçar a formação da Junta Governativa Provisional. Símbolos do antigo sistema, o Intendente do Distrito Diamantino, “Intendente Câmara”, o Governador-General (e Presidente, após 20/09/1821) D. Manoel de Portugal e Castro e o Bispo Santíssima Trindade são personalidades que tiveram participações importantes nesse processo de crise em Minas Gerais.

Há uma importante fonte documental que descreve o impacto da notícia dos acontecimentos do Porto em Minas Gerais, no caso, no Distrito Diamantino. O seu autor colheu informações diretas da memória oral dos habitantes locais, participantes dos acontecimentos, cerca de duas décadas depois. Trata-se da obra de Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*. Segundo essa fonte, o arraial do Tejuco, foi:

“(...) bastante agitado pelos sucessos ocorridos em Portugal nos dias 24 de Agosto e 15 de Setembro(...)”

e, desde então, sua população esperara ansiosa:

¹⁰⁸ Um liberalismo com poderes muito concentrados e com tendência autonomista, em relação à Regência Pedrina, e depois dos decretos de setembro de 1821, às Cortes de Lisboa. SILVA, Ana Rosa: obras já citadas. SILVA, Wlamir. *Op. Cit.* SANTOS, Estilague. *Op. Cit.*

“(...) o resultado da grande tempestade que anuviava o horizonte político do reino”¹⁰⁹.

Duas informações sobressaem desse trecho, o impacto da notícia no Tejuco e a incerteza dos rumos que tomariam os acontecimentos no “*reino*”. Sem dúvida, a principal incerteza para os Tejucanos seria como essas novidades revolucionárias seriam recebidas pelas autoridades às quais estavam diretamente relacionados: O Intendente dos Diamantes, O Governador-General da capitania/província e o Monarca. A primeira seria uma preocupação específica dos habitantes do Distrito Diamantino, já a segunda, a posição de D. Manoel de Portugal e Castro e de todos os mineiros. A posição que tomaria o monarca interessava aos tejucanos, mineiros, portugueses do Brasil e de Portugal. Interessava também aos integrantes das Cortes de Lisboa.

2

26 de fevereiro de 1821.

Antes de acontecer a adesão do monarca ao constitucionalismo, duas províncias do Brasil (Pará e Bahia), aderiram ao novo sistema em janeiro e fevereiro de 1821. Essas adesões significavam atos de rebeldia à autoridade do monarca (Rio de Janeiro) e de adesão às Cortes (Lisboa). D. João VI protelou a sua decisão até o final, algo comum em sua personalidade, protelou-a até perder o controle da situação, sendo obrigado a aderir forçosamente em 26 de fevereiro de 1821¹¹⁰.

Principalmente a adesão da Bahia foi um acontecimento de forte impacto na província, no caso, no Tejuco. Uma adesão rebelde à monarquia joanina. Quando o monarca aderiu ao constitucionalismo, em 26 de fevereiro, segundo Joaquim Felício dos Santos, a população do Tejuco, contra a vontade das autoridades locais, aderiu espontaneamente, antes de saber da posição de Vila Rica sobre a adesão de D. João VI. Uma adesão rebelde (à autoridade de Vila Rica), em momento que D. Manoel começava

¹⁰⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit. Pp. 300-370.

¹¹⁰ MELLO MORAES. Op. Cit. BITTENCOURT. Op. Cit.

a apresentar os traços anti-constitucionais que marcaram sua conduta durante todo o ano de 1821.

O processo de reconhecimento das Cortes no Rio de Janeiro, como não podia deixar de ser, foi muito tenso e tumultuado. Muitas forças políticas digladiaram na cidade e na província do Rio de Janeiro nessa crise¹¹¹. A efervescência revolucionária logo tomou conta de grupos diversos na cidade e na província do Rio de Janeiro. Grupos com formação econômica e social e com origens diferentes.

Os ministros de D. João VI não tinham uma opinião única acerca das providências a serem tomadas, apesar de acordarem, inicialmente, com a necessidade do Monarca permanecer no Rio de Janeiro para dali debelar a crise¹¹². O envio do Príncipe D. Pedro ao Reino de Portugal foi uma das possibilidades aventadas. Chegara-se a assinar decreto com esta finalidade, a 18 de fevereiro de 1821¹¹³.

Além disso, D. João VI nomeara uma comissão para elaborar uma Constituição para o Brasil, e não jurou a constituição que estava sendo feita em Portugal, até que a divulgação dos nomes dos componentes desta, em decreto de 23 de fevereiro de 1821, fez explodir o descontentamento e o Rei começou a perder o domínio da situação na cidade e na Corte do Rio de Janeiro¹¹⁴.

No dia 26 de fevereiro, os soldados, pequenos proprietários, comerciantes e outros setores “médios”, tomaram as ruas da cidade pela madrugada¹¹⁵. Tinham o apoio de proprietários de engenhos e lavouras mercantis do Recôncavo da Guanabara e de Campos dos Goitacazes, comerciantes atacadistas e varejistas, bacharéis, burocratas, oficiais militares e comerciantes varejistas. Estes setores, unidos pelo fato de não serem favorecidos nas políticas da Monarquia, exigiam a suspensão dos decretos de 18 e 23 de fevereiro, queriam o juramento das Bases da Constituição, a mudança no ministério, a eleição dos deputados constituintes fluminenses e a partida da família real para Lisboa¹¹⁶.

Alinhados com o movimento revolucionário do Porto e de Lisboa, esses setores, unidos por uma tênue “identidade de interesses” prepararam a adesão na província e na cidade do Rio de Janeiro. É fato muito conhecido que nessa ocasião, foi o Príncipe D.

¹¹¹ Acerca da diversidade de grupos políticos na Corte do Rio de Janeiro: BITTENCOURT. *Op. Cit.* OLIVEIRA. *Op. Cit.*

¹¹² BITTENCOURT. *Op. cit.*

¹¹³ Citado em BERBEL. *Op. Cit.*, p. 67. Fazendo referência a: OLIVEIRA. *Op. Cit.*

¹¹⁴ IDEM.

¹¹⁵ IDEM.

¹¹⁶ IDEM, p. 68.

Pedro que tomou as rédeas da situação, dirigindo-se às tropas levantadas no dia 26 de fevereiro, forçando o juramento do Rei e dos ministros à constituição de Portugal “*exactamente como as côrtes a viessem a decretar*”, contornando conflitos mais graves e fazendo uma forte entrada no cenário político do Reino Unido¹¹⁷.

No dia 26, um decreto ant datado de 24 de fevereiro de 1821, assinado por D. João VI foi trazido do Palácio de São Cristóvão pelo Príncipe D. Pedro. Dizia o seguinte:

*“Havendo eu dado todas as providências para ligar a constituição que se está fazendo em Lisboa com o que é conveniente ao Brasil; e tendo chegado ao meu conhecimento, que o maior bem que posso fazer aos meus povos é desde já aprovar essa mesma constituição, e sendo todos os meus cuidados, como é bem constante, procurar-lhes todo o descanso e felicidade: - hei por bem aprovar desde já essa mesma constituição que ali se está fazendo, e recebê-la no meu reino do Brasil e nos mais domínios da minha corôa. Os meus ministros e secretários de estado, a quem este vai dirigido, o fação assim constar expedindo aos tribunais e capitães-generaes as competentes ordens. Palácio do Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1821”*¹¹⁸.

Reunidos na varanda da casa do Theatro, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Corte, o povo e a tropa ouviram o Príncipe Real fazer a leitura do decreto de 24 de fevereiro. Depois, com a mão sobre o livro dos Santos Evangelhos, o Príncipe jurou nos seguintes termos:

*“Juro em nome de El- Rei, meu Pai e Senhor, veneração e respeito à nossa santa religião, observar, guardar e manter perpetuamente a constituição tal qual de fizer em Portugal pelas côrtes”*¹¹⁹. (Grifo nosso).

Nessa rearticulação, D. Pedro se tornara figura importante do jogo político, sendo seu principal aliado o Conde dos Arcos. D. Pedro ajudou a articular esses diferentes setores revoltosos em torno de sua liderança, mas teve muitas dificuldades em manter-se no controle de seus “aliados” liberais do Rio de Janeiro, principalmente após cinco de junho de 1821¹²⁰.

¹¹⁷ Descrições em: SANTOS, Joaquim Felício dos Santos. Op. Cit, p. 323. Também em: MELLO MORAES. Op. Cit.

¹¹⁸ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 323/324.

¹¹⁹ IDEM, p. 324.

¹²⁰ BITTENCOURT. Op. Cit.

Nem sempre os acontecimentos que marcaram a adesão ao regime constitucional tiveram o mesmo significado e rito. A adesão no Tijuco, por exemplo, foi popular e espontânea e descontrolada, gerando tumultos. A adesão de Vila Rica foi oficial, teve o peso da oficialidade e da sacralidade. As festas oficiais não tinham os riscos e a animação das festas populares. A adesão oficial de Vila Rica contrasta com a adesão espontânea da população tijuicana. A notícia extra-oficial da adesão do Rio de Janeiro chegou ao Tijuco no dia 19 de março, segundo Joaquim Felício dos Santos:

*“Muitas pessoas receberão cartas volumosas da côrte, em que elles (os acontecimentos) erão relatados minuciosamente, e na gazeta ministerial vinha o decreto de 24 de fevereiro”*¹²¹.

Essa foi a notícia que faltava para levantar a população contra as restrições que o Regimento Diamantino lhes impunha, principalmente o seu artigo 7º. Essas restrições eram incompatíveis com o regime liberal que se instaurava¹²². Felício dos Santos assim se referiu às restrições do Regimento Diamantino:

*“O regimento diamantino que creara uma colonia dentro da colonia, governada despoticamente de uma maneira excepcional, não podia mais ficar subsistindo com o regimen constitucional já proclamado e jurado na capital do Brasil por aquelles mesmos, que tinham interesse na conservação da antiga ordem de cousas. Por esta fôrma o povo do Tijuco já se julgava livre do despotismo, que por tantos annos pesava sobre sua bella patria. Era uma época de transição, e entendia-se consumada a revolução constitucional”*¹²³.

Como as autoridades da Intendência dos Diamantes se encontravam fora do arraial, no morro do Pilar, tratando da fundição de ferro que se iniciava, a população explodiu em euforia:

*“Bandos de pessoas inebriadas de um justo prazer percorrião as ruas dando vivas à constituição, à religião, à soberania popular, e morras ao despotismo, ao governo dos intendentes, ao Livro da Capa Verde. Também houve vivas ao federalismo”*¹²⁴.

¹²¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit*, p. 324.

¹²² IDEM. O artigo 7º era um instrumento legal que permitia ao Intendente dos Diamantes deportar e expulsar pessoas do Distrito Diamantino. Foi muito empregado durante a sua vigência.

¹²³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit*, p. 325 e seguintes.

¹²⁴ IDEM.

Assustados com a movimentação e com a manifestação do povo, os absolutistas enviaram emissários até onde estava o Intendente Câmara:

“(...) alguns absolutistas à toda pressa mandarão participar que o arraial se achava na maior anarchia, e toda a população amotinada, e pedião que viesse quanto antes para reprimir os revoltosos”¹²⁵.

Antes que fossem autorizados pelas autoridades, no dia seguinte à novidade, em 20 de março de 1821, a população do Tejuco teve:

“Dir-se-ia um dia de festa ruidosa, douda, frenetica, como só os habitantes do Tijuco sabião fazer. Tudo se preparava para uma esplendida iluminação à noite”¹²⁶.

O fiscal enviado pelo Intendente Câmara para controlar a situação julgou estar o *“Tijuco em estado de sedição”*. Temeroso, ordenou à sua tropa de “pedrestres” que *“dispersassem o povo e extinguissem a iluminação”*. Os pedestres teriam entrado em várias casas, e apagado luminárias com violência. Segundo Felício dos Santos *“foi um insulto ao povo”*. A população amotinou-se, armou-se e, aí sim, organizou *“uma verdadeira sedição”*. Ao tentar apagar as luminárias do tenente coronel de milícias Manoel Vieira Couto, os pedestres teriam tido a oposição dos milicianos¹²⁷. Estes, se uniram à população e somente não houve confronto armado pelo fato de que os pedestres teriam aderido ao movimento, em 21 de setembro de 1821.

Acerca dos preparativos para o confronto, que acabou não ocorrendo, Felício dos Santos diz o seguinte:

“No dia seguinte (20 de setembro) amanhecerão fluctuantes na casa de Manoel Vieira Couto os estandartes de seu regimento. Todos os milicianos fardarão-se. Por toda a parte fundião-se balas e preparavão-se cartuxames. Venderão-se todas as armas de fogo que havia nos negocios. Muita baixella de estanho e chumbo foi derretida e convertida em instrumento de guerra. Tudo isso se fazia publicamente”¹²⁸.

¹²⁵ IDEM.

¹²⁶ IDEM.

¹²⁷ Sobre as características das tropas de pedestres os milicianos, ler: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Op. Cit.*

¹²⁸ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.* p. 325 e seguintes.

A reação do fiscal, que era genro do Intendente Câmara, foi informar o Capitão-General da província, além de mandar despejar da Demarcação Diamantina cinco pessoas, entre elas o chefe dos milicianos, Manoel Vieira Couto. Quando as duas tropas se encontraram, no dia 21, ao invés de ser preso, o comandante rebelde testemunhou a adesão da tropa oficial, os pedestres da Intendência dos Diamantes. O fiscal teve que recuar em sua intenção. Segundo Joaquim Felício dos Santos:

*“Pode-se dizer que foi d’esse dia em diante que o Tijuco deixou de ser governado pelo despotismo”*¹²⁹.

O notícia da adesão do Rio de Janeiro ainda não havia chegado ao Tejuco:

*“A participação oficial das ocorrências do Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro foi feita pelo governador ao intendente a 2 de Abril e recebida por este no dia 11”*¹³⁰.

Quando voltou ao Tejuco, o Intendente Câmara teve que lidar com uma nova situação no arraial. Sua autoridade fora esfacelada. A tentativa de repressão, além de derrotada, era questionada, pois:

*“(...) a única razão allegada pelo fiscal para condemnar o comportamento do povo do Tijuco fôra ter este dado demonstrações de jubilo, antes de chegar oficialmente a participação dos successos da côrte, como se o prazer fosse um acto dependente da vontade, e devesse esperar para manifestar-se as frias e tardias solemnidades officiaes”*¹³¹.

Há um equívoco de interpretação do autor, pois o problema não era apenas aderir sem a autorização do monarca. Joaquim Felício dos Santos toma a adesão do monarca como uma mera formalidade que devia ser aguardada para iniciar os festejos. Essa adesão não era líquida e certa. Tão incerta foi que a adesão acabou sendo imposta ao monarca, em 26 de fevereiro de 1821, depois de muita demora, indefinições e mudanças de planos.

Já sob essa nova situação, a constitucionalização forçada da monarquia e do Rio de Janeiro foram expedidas as leis que regeram as eleições no Brasil. Foram aprovadas

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem.

em sete de março de 1821. Ao que tudo indica, chegaram à Vila Rica em 31 de março¹³².

Como D. Manoel demorava em tomar providências para realizar as eleições na província, em 10 de abril, já chegava, vindo do Palácio do Rio de Janeiro, uma ordem que mandava D. Manoel agir e “*proceder logo as Eleições*”¹³³. Somente em abril é que o Governador-General marcou eleições na província. Marcou o pleito final, a eleição de província, para a distante data de 15 de setembro.

Os documentos permitem perceber como o Monarca D. João VI buscou interferir no processo eleitoral em Minas Gerais. Em março, por aviso do dia 23, D. João VI mandou o Governador de Minas:

“(...) *fazer as modificações, que a prudência e conselho de pessoas doutas (?) lhe suggerem, às Instruções que tratão das Elleições, a fim de poder proceder a ellas em virtude do decreto de 7 de março do mesmo ano*”¹³⁴.

Porém, as aludidas modificações “*que a prudência e conselho de pessoas doutas (?) lhe suggerem*” , não são comentadas em nenhum documento oficial do governo provincial. D. Manoel interferiu nas regras das eleições porque tinha autorização régia para isto. Porém, com sua intervenção, tumultuou o processo eleitoral na província, especialmente as eleições de comarca.

Há um documento que a pesquisa encontrou no APM, junto às atas eleitorais e este revela que em maio, D. Manoel estava sendo “investigado” por outras autoridades da província, o Juiz de Fora e o Ouvidor de Vila Rica. O teor do documento dá a entender que o Governador estava protelando decisões acerca dessa sua intervenção na legislação eleitoral a ser aplicada nas eleições constituintes na província. Essas autoridades parecem desconfiar que o Governador tivesse ocultado informações que há muito tempo recebera, como podemos ver a seguir:

¹³² Coleção AHU. Documentos: 066, 067A e 067B. Contém os decretos de 7 de março de 1821.

¹³³ Coleção AHU. Documento: 068.

¹³⁴ Coleção AHU.

*“Hontem de noite recebi o officio VS datado do mesmo dia de hontem em que comunica ter sido facultado ao Governador e Capitão General desta capitania por aviso de 23 do mês de março do corrente anno a Poder fazer as modificações, que a prudência e conselho de pessoas doutas (?) lhe suggerem, às Instruções que tratão das Elleições, a fim de poder proceder a ellas em virtude do decreto de 7 de março do mesmo anno, em cuja intelligencia fico assim como do mais que no mesmo”*¹³⁵.

Ao que tudo indica, as autoridades da província de Minas Gerais redobravam-se em cuidados. D. Manoel não divulgava de imediato as ordens e notícias que recebia. No Tejuco, somente após a chegada da notícia oficial da adesão do Rio de Janeiro, após os festejos espontâneos da população:

*“(...) mandou o fiscal que todos os habitantes do Tijuco illuminassem suas casas nos dias 13, 14, 15 em demonstração de pública alegria. Só os empregados da administração, que ainda não tinham illuminado suas casas nos dias anteriores, agora o fizeram”*¹³⁶.

A festa oficial não teve a alegria da adesão espontânea que a antecederia, mas, como desejado, ocorreu sob o controle das autoridades. Nenhuma manifestação espontânea era bem vista. Acerca da iluminação não autorizada, o Intendente Câmara assim se expressou:

*“Puzesteis luminárias, no que não terieis feito nenhum desatino, se cortez e polidamente tivesseis consultado as autoridades constituídas, que de certo a isso não se opporão; nem as mandariam apagar se não vissem já perturbadas a paz e tranqüilidade pública”*¹³⁷.

Segundo expressou em uma *“Proclamação ou aviso ao povo da Demarcação Diamantina”*, de onde retiramos a citação acima, o Intendente Câmara acusa que :

¹³⁵ Aviso do Juiz de Fora ao Ouvidor de Vila Rica. “Mariana – 06/05/1821. De Juiz de Fora a Ouvidor”. Coleção CMOP – Cx 85 – doc04. “Ilmo Sr. Dr. Ouvidor Interino: Cassiano Espiridião de Mello Mattos, o Juiz de Fora de Mariana: Agostinho Marques Perdigão Malheiros”.

¹³⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 331 e seguintes.

¹³⁷ Idem.

“Armou-se entre vós poder contra poder, altar contra altar, e foi preciso toda a moderação e prudência nos que legitimamente devião mandar, para que se não derramasse o sangue tijucano (...)”¹³⁸.

Continua o Intendente:

“Vós dizeis que ereis livres, que haveis quebrado as cadêas com que presos por tanto tempo gemieis, e lembrou-vos agrilhoar com ellas quem estava autorizado a vos reter n’ellas? Querieis para os outros o que não querieis para vós? Dizeis que se tinha acabado o despotismo, e esse despotismo do melhor dos soberanos seria substituído pelo de cada um de vós? Ficareis então no mais deplorável estado de miséria, e na peor situação em que se pode achar um povo: - na anarchia”¹³⁹.

A situação no Tejuco esteve próxima do conflito aberto entre pedestres e milicianos. Para as autoridades constituídas, do Distrito Diamantino, e sem dúvida, de Vila Rica, a situação esteve próxima da anarquia¹⁴⁰. Esta foi uma possibilidade que assustou as elites provinciais. Porém, foi empregada eficientemente como arma de propaganda anti-constitucional, principalmente pelo Governador-General da província, D. Manoel de Portugal e Castro.

A adesão de Vila Rica foi oficial, planejada e controlada pelas autoridades provinciais. Em dois de abril, D. Manoel mandou jurar a Constituição, em nove de abril, em:

“(...) tão respeitoso ato se fassa com a grandeza e decência devida (...)”

¹⁴¹.

Foi uma festa mandada preparar com antecedência, depois que o monarca achou aderiu ao constitucionalismo, achando:

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit*, p. 336 a 340. “Tijuco, 18 de maio de 1821. – O conselheiro intendente geral das minas e diamantes, Manoel Ferreira da Camara Bittencourt Aguiar e Sá”.

¹⁴⁰ Diversas representações vilarengas mineiras expressam este temor, principalmente entre as classes proprietárias que temiam escravos e as “classes ínfimas”. Waldir Silva, Estilague Santos, Ana Rosa e artigo do Kenneth Maxwell na Nossa História.

¹⁴¹ Coleção APM.

“(...) por bem aprovar desde já essa mesma constituição que ali se está fazendo, e recebê-la no meu reino do Brasil e nos mais domínios da minha corôa”¹⁴².

Somente a partir daí, depois de receber comunicação oficial dos “*ministros e secretários de estado*” que, cumprindo essas ordens a fizeram “*constar expedindo aos tribunais e capitães-generaes as competentes ordens*”, é que D. Manoel procedeu à constitucionalização oficial da província.

No Tejuco, essa adesão oficial foi marcada:

“Por um edital de 14 de Abril foi para este fim (o solemne acto de juramento da constituição) designado o dia 22 em que cahio a festa da ressurreição de Christo”¹⁴³.

A data escolhida simboliza o peso da sacralidade e da necessidade de controlar a adesão oficial no Tejuco, depois do descontrole que foi a adesão espontânea, na ótica das autoridades constituídas. Uma adesão marcada para a Semana Santa mostra como foi o tom da adesão oficial em Minas, em especial no Tejuco. No caso, relacionou-se essa nova e inédita cerimônia ao peso dos ritos e poderes que lembram o antigo sistema.

O próprio Príncipe Regente, ao jurar a Constituição em nome de seu pai, jurou, primeiro:

“veneração e respeito à nossa santa religião” e, somente a seguir jurou “observar, guardar e manter perpetuamente a constituição tal qual de fizer em Portugal pelas côrtes”¹⁴⁴.

Pelo menos no Tejuco foi considerável o peso da sacralidade nas cerimônias oficiais do constitucionalismo. Entre o clero da província, especialmente o bispo de Mariana, Santíssima Trindade, manteve uma posição de defesa do antigo sistema e da religião católica. De todos os documentos consultados, é do bispo de Mariana, autoridade que se manteve fiel à sua ortodoxia, o mais interessante testemunho de uma posição política retrógrada extremada. O bispo a externou durante visitação episcopal à comarca do Serro do Frio. Na Vila do Príncipe, convidado a jurar as Bases da Constituição portuguesa, algumas semanas após essa adesão oficial das autoridades de Minas, o bispo Frei José da Santíssima Trindade impôs como condição de seu

¹⁴² SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.*, p. 323.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem, p. 324.

juramento, que a constituição previsse que o poder temporal estivesse sujeito ao espiritual. Este pensamento remete à querela das investiduras, um tema medieval¹⁴⁵.

3

24 de abril de 1821.

Enquanto em Minas Gerais, D. Manuel fazia demorar o processo de constitucionalização da província, no Rio de Janeiro novos acontecimentos tornavam sua posição de manter-se em um letárgico “imobilismo absolutista”, ainda mais insustentável. O próximo acontecimento político relevante representou uma drástica ruptura: a partida do Rei de volta a Portugal e a formação da Regência Pedrina.

Nesse movimento, em 24 de abril, o monarca mandou realizar a criação das Juntas no Brasil. Desejava que essas Juntas fossem submissas à Regência que criara então. Segundo Joaquim Felício dos Santos, “*a revolução constitucional estava assim consumada no Rio de Janeiro*”¹⁴⁶. Após toda a Corte jurar uma constituição que ainda se elaborava do outro lado do Atlântico, houve um clima de grande indefinição no Rio de Janeiro. Indefinição que durou de fevereiro até 24 de abril.

Nesse período de fevereiro a abril, cresceu a influência do grupo liderado por Joaquim Gonçalves Ledo e pelo comerciante português Clemente Pereira que queriam a formação de uma Junta aos moldes da que se formara na Bahia, desejando ver afastado dela o Conde dos Arcos, principal aliado do Príncipe D. Pedro¹⁴⁷. Por outro lado, cogitou-se a formação de uma regência sob controle do jovem D. Pedro, então com 21 anos, proposta que predominava na Corte. A segunda proposta era defendida por um grupo o qual desejava que essa regência tivesse os mesmos poderes do Rei.

Havia um impasse e duas propostas de regência de natureza bem diferentes. Uma baseada na representação, outra, na tradição. Nesse quadro de indefinição, ocorreram tumultos que tomaram conta da eleição para deputados provinciais no Rio de Janeiro. Eleitos os representantes das paróquias, ao invés de se realizarem eleições de comarca, como previa a lei, os eleitores de paróquia se congregaram em um colégio eleitoral de província, na Praça do Comércio, em 21 de abril de 1821, em reunião a qual se tornou uma assembléia pública. Ao invés de apenas proceder à eleição dos deputados constituintes do Rio de Janeiro, a assembléia passou a discutir as atribuições da regência

¹⁴⁵ Referência: O livro de visitas do bispo confirma esta sua estada na Vila do Príncipe.

¹⁴⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 324.

¹⁴⁷ Referência.

que se criaria. Queriam a partida imediata da família real e a aclamação da Constituição de Cádiz¹⁴⁸.

Na madrugada seguinte, a reunião foi dissolvida à força. Muitas pessoas ficaram feridas, outras morreram. No dia 24 de abril de 1821, D. João VI deixou às pressas, o Rio de Janeiro, voltando para Portugal. Deixou como regente seu filho, D. Pedro, com “*todos os poderes para a administração da justiça, fazenda e governo econômico*”, além de aconselhá-lo à maneira que é bem conhecida. Que o jovem fizesse a Independência, “*antes que algum aventureiro a faça (...)*”¹⁴⁹.

A Regência de D. Pedro deveria se exercida por ele e outros integrantes “em conselho”. Este Conselho era formado por dois ministros de Estado: o Conde dos Arcos – com dois ministérios – a pasta do Reino e a dos Negócios Estrangeiros; e o Conde de Louzã – pasta da Fazenda; Marechal Caula – a pasta da Guerra e, finalmente, o Major-General Farinha – com a pasta da Marinha¹⁵⁰.

Em 18 de abril, D. João VI expediu um decreto regulando o reconhecimento das Juntas criadas e as eleições para deputado nas províncias do Brasil, subordinando-as à Regência de D. Pedro. As leis vindas de Lisboa foram adequadas pelo Rei que as ligou à Regência do jovem príncipe¹⁵¹. Essas leis somente foram sancionadas no dia 24 de abril, dia de sua partida para Portugal. Foi então, a Regência de D. Pedro que as sancionara. Segundo Joaquim Felício dos Santos:

*“Este decreto chegou já bem demorado à Villa Rica, e o governador D. Manuel de Portugal e Castro, decidido absolutista, infenso, como quasi todas as autoridades da capitania, à nova ordem de cousas que se ia estabelecendo no Brasil, ainda mais tarde o remetteu às comarcas para se lhe dar execução”*¹⁵².

¹⁴⁸ BERBEL.*Op. cit.* 69.

¹⁴⁹ Nota 30.

¹⁵⁰ Nota 30.

¹⁵¹ Folha 11 e 12 do IHGB. Paracatu usou o artigo 3 desta lei e o artigo 47 da constituição. Artigo 1º: Serão havidos como legítimos todos os Governos estabelecidos ou que se estabelecerem nos Estados Portugueses do Ultramar (...) a Sagrada Causa da Regeneração Política da Nação Portuguesa (...) tivessem premeditados, desenvolvido (...) a mesma Regência (...). Artigo 2º: Todos os ditos Governos mandarão logo proceder as eleições dos Deputados de Cortes, nos quais se observarão (...) Instruções p/a Junta Provisional do Governo deste Reino em Junta Provisional do Governo deste Reino em data de 22 de (?) do ano paçado mandam publicar a fim (...) esta Capital como para as Províncias do Reino, adaptando as mesmas Instruções as circunstâncias locais de cada huma (?) Província. Artigo 3º: Nas Províncias em que pela (...) extensão se acharem-se mui distantes as Cabeças das comarcas poderão estas considerar-se (...) somente como capitais de província. Artigo 4º: Logo que os Deputados tiverem sido eleitos o Governo (...) os fará apresentar-se a estas Cortes instruídos das competentes Procurasões, (...) as viagens e toda ajuda (...) que os Serão pagos pelos Rendimentos digo pelas Rendas públicas das Respectivas Províncias. Artigo 5º: A ocupação Violenta da J. G. em função do Território Português será considerada como declaração de Guerra feita a Portugal. Artigo 6º: ilegível. Artigo 7º: Regeneração do Reino...ilegível.

¹⁵² SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.*, p. 345.

Já sob as ordens do Príncipe Regente, a eleição provincial que escolheu os deputados fluminenses se deu em maio, mas há dúvidas acerca da realização das eleições de comarca na província do Rio de Janeiro¹⁵³. Foram eleitos sete deputados, entre titulares e suplentes. A única deputação provincial brasileira que contou com parlamentares residentes em Portugal foi a do Rio de Janeiro.

D. Pedro se viu na necessidade de tentar consolidar uma regência que não tinha reconhecimento de todos os setores envolvidos nas lutas políticas. Esta pesquisa encontrou diversos documentos que comprovaram sua interferência nas situações de dúvida e conflitos que se estabeleciam na província de Minas Gerais.

Uma das suas primeiras intervenções foi decidir sobre a validade ou não do artigo 7º do Regimento Diamantino. Havia dúvida se esse artigo estaria ou não em vigor depois do juramento das bases da constituição¹⁵⁴. Sua decisão foi comunicada em ofício datado de 27 de julho de 1821. Esse documento tem o seguinte teor:

“Foi presente à Sua Alteza Real o Príncipe Regente o officio de v.m. de 27 de Maio próximo passado, em que expõe os effeitos produzidos na povoação do arraial do Tijuco, pela exaltação dos espiritos devida aos acontecimentos, que tem alterado a forma do govêrno. E ficando o mesmo senhor inteirado do seu conteúdo, é servido ordenar que v.m. regule os seus procedimentos pelas bases da constituição portuguesa, já por sua Alteza Real jurada, e que successivamente o vão sendo pelas autoridades e empregados públicos em todas as terras do Brasil, modificando o seu regimento pelo que n’ellas se determina;- não se servindo jamais do arbitrio de fazer sahir pessoa alguma para fora do distrito diamantino; e assegurando aos povos que à medida que forem chegando as leis feitas pelas côrtes se hão de pôr logo em execução; e mostrando-lhes que é de seu dever, e até conveniente ao seu próprio bem, viverem em tranquillidade com a justa sujeição às leis actuaes, que não estão derogadas pelas côrtes.- O que participo a v.m. para sua intelligencia e execução.

*Palácio do Rio de Janeiro aos 27 de Julho de 1821”*¹⁵⁵.

¹⁵³ Nota 32, Márcia. Assim como é o caso mineiro, onde pairam dúvidas acerca das eleições de comarca em Minas Gerais, principalmente em Ana Rosa Cloclet da Silva.

¹⁵⁴ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 341.

¹⁵⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 342.

O abalo provocado pela adesão constitucional da Corte do Rio de Janeiro provocou o encerramento do regime especial em que os habitantes do Distrito viveram por décadas a fio. A intervenção do Príncipe Regente oficializou a abertura do Distrito Diamantino. O Príncipe D. Pedro suprimiu seu artigo 7º, este, um odioso instrumento legal que permitia expulsar e degredar seus habitantes. Essa mudança transformou o Tejuco e outras povoações em regiões comuns, com a inauguração do direito ao livre trânsito e do direito de representação. Joaquim Felício, enaltecendo esses acontecimentos, exultou, aquela teria sido a:

*“(...) primeira carta de liberdade que conquistámos com as armas nas mãos”*¹⁵⁶

Ainda segundo o mesmo autor:

*“Todos os indivíduos que anteriormente tinham sido despejados, voltarão para o seio de suas famílias. Considerados victimas do despotismo, quando entravam em Tijuco, vinham acompanhados com grande aparato, serão recebidos como em triumpho com ruidosas manifestações de júbilo”*¹⁵⁷.

Além dessa importante intervenção no Tejuco, D. Pedro, como Príncipe Regente, solveu dilemas acerca da cobrança de impostos na província¹⁵⁸. Mas, principalmente, como veremos adiante, tentou romper a atitude de imobilismo do Governador-General de Minas Gerais, mandando, em setembro, proceder em eleição de uma Junta Governativa Provisional em Minas, eleição que deveria ter se dado a 1º de outubro de 1821, e como já sabemos, acabou “adiantada” para o dia 20 de setembro.

4

5 de junho de 1821.

¹⁵⁶ IDEM, p. 341.

¹⁵⁷ IDEM, p. 343.

¹⁵⁸ Referência. Doc – CMOP – Cx. 85 – Doc 38- 04/09/1821. “Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, Regente deste Reino do Brasil, e nelle Lugar Tenente de El Rei e N. Senhor e Pai. Faço saber ao Doutor Ouvidor da Comarca de Villa Rica que estando ainda pendente da Real Decisão a execução do Decreto de dezesseis de Abril deste anno, sobre a nova forma de arrecadação dos Dízimos desta Província como consta da Provisão, que por cópia se vos remete: Sou Servido Determinar-vos, que façais isto mesmo público por Editais em toda a (...) Comarca, afim de que os Lavradores, e contractadores concluão as suas avenças e cobranças como até aqui se praticava...”.

Um novo levante de tropas ocorreu no dia 5 de junho de 1821. No final de maio, as Bases da Constituição portuguesa haviam chegado ao Rio de Janeiro¹⁵⁹. Esse novo movimento de tropas tinha por intuito exigir que D. Pedro jurasse as Bases da Constituição portuguesa, que as autoridades mandassem jurá-las em todo o Brasil e que houvesse a formação de uma Junta Governativa Provisional na província do Rio de Janeiro e a demissão do Conde dos Arcos, segundo Mello Moraes, o grande aliado de D. Pedro.

O Conde dos Arcos foi preso e deportado para Portugal, em condições que Mello Moraes descreveu como humilhantes. Impedido pela força dos acontecimentos, o Príncipe Regente não reagiu a esse duro golpe ao núcleo do grupo de seus colaboradores diretos. O Príncipe Regente jurou as Bases de uma Constituição a qual não existia em sua totalidade, assim como os brasileiros de todas as províncias. Essa situação geraria muitas indefinições, no caso, algumas foram explícitas e habilmente empregadas para justificar a eleição do 14º deputado mineiro. Foi criada uma Junta Governativa Provisional no Rio de Janeiro e reformado o “Ministério” do Príncipe Regente.

D. Pedro saiu enfraquecido deste processo. Quem saiu fortalecido foi o grupo político de Joaquim Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e Paulo Barbosa da Silva¹⁶⁰, grupo com fortes relações com o Sul de Minas e com São Paulo, e ao qual tinha relações econômicas, pelo circuito econômico ao qual estava inserido o Vigário D. Hermógenes.

O “5 de junho” teria acelerado o processo de transição de regimes em São Paulo e Minas Gerais. Foram processos bem diferentes em cada província. Em São Paulo, o processo de constitucionalização foi marcado pela rapidez na formação da Junta e pela

¹⁵⁹ As Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa foram aprovadas no dia 9 de março de 1821. Trata-se de um pequeno texto, dividido em duas seções: uma declaração de direitos e definições gerais sobre as bases políticas e constitucionais para a organização do Estado. Na seção II, artigo 16, observa-se somente a seguinte definição quanto a composição da nação “a nação portuguesa é a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios” e não há uma especificação quanto à qualidade de cidadão. Há, ainda, uma única referência ao processo eleitoral, registrada no artigo 21: “somente à Nação pertence fazer a sua Constituição ou lei fundamental, por meio de seus representantes legitimamente eleitos. Esta lei fundamental obrigará por ora somente aos portugueses residentes nos Reinos de Portugal e Algarves, que estão legalmente representados nas presentes Cortes. Quanto aos que residem em outras três partes do mundo, ela lhes tomará comum, logo que pelos seus legítimos representantes declarem ser esta sua vontade”. In: Joel Serrão (sel) Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de Pensamento Político Português, 2ª. ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

¹⁶⁰ Nos documentos da coleção AHU, encontramos a informação de que Paulo Barbosa estava sendo dado como ausente da Corte em fins de julho e começo de agosto. No final de 1821 e início de 1822 Paulo Barbosa viajou à Minas Gerais como emissário deste grupo. É possível, mas não podemos provar, que entre julho e agosto Paulo Barbosa estivesse em Minas Gerais, secretamente. Documento 054 do CD 054, código 13870 ou Caixa 188. doc. 23.

relativa tranqüilidade que teria decorrido da atuação e liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva¹⁶¹.

Em Minas Gerais, o processo foi um dos mais longos e complexos entre todas as províncias do Brasil. Marcado pela demora, tumultos, tensões, em parte provocados por certo “imobilismo absolutista” do Governador-General, D. Manoel. Como buscaremos mostrar, o Príncipe Regente buscou interferir na condução da crise na província. Em 20 de setembro quando foi formada a Junta Governativa mineira, foi estabelecido um governo de coalizão entre autoridades do antigo sistema políticos e liberais. Era uma Junta composta por uma coalizão muito conflituosa que logo se mostrou impossível de ser mantida.

D. Manoel recebeu, em 23 de junho, as Bases e as Ordens para realizar o juramento. Um decreto de oito de Junho do Regente mandando jurar as Bases. O Governador-General marcou a distante data de 17 de Julho para executar o juramento. Porém, como veremos adiante, diante da ameaça de ser proclamado um provisório nessa data, usou a força e encerrou o movimento. Ocorreram muitos tumultos nessa ocasião. D. Manoel foi acusado posteriormente de levantar as “*classes ínfimas*” para garantir seus intuítos¹⁶². Adiante analisaremos essa possibilidade.

Segunda parte.

As Eleições dos deputados constituintes e da Junta Governativa mineira.

As eleições para as Cortes de Lisboa em Minas Gerais, segundo nossa pesquisa, tiveram início em junho de 1821, com o início do processo de eleições nas freguesias da província e terminaram a 22 de dezembro de 1821, na comarca de Paracatu, com a eleição do Vigário D. Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick, e de seu suplente, Francisco Antônio de Assis.

¹⁶¹ BITTENCOURT. *Op. Cit.*

¹⁶² D. Manoel conta os planos da sedição: Coleção AHU, docs. 070 e 071 – D. Manoel conta toda sua versão do que teria ocorrido. Também sobre o mesmo assunto: docs. 072 a 074.

Neste capítulo 2 iremos analisar apenas a parte conhecida e oficial das eleições mineiras. O estudo tem início com a convocação das eleições constituintes em abril e termina com a eleição oficial a 19 de setembro de 1821, ocorrida em Vila Rica. Analisaremos ainda a eleição da Junta Governativa realizada no dia seguinte, eleição que fora convocada em agosto, pelo Príncipe Regente. Desde julho os liberais tentavam instaurar uma Junta Governativa em Vila Rica.

Na eleição do dia 19 foram escolhidos os 13 deputados titulares e os 4 suplentes que compunham a bancada oficial mineira às Cortes de Lisboa. A eleição do 14º deputado e de seu suplente, eleição esta que foi extra-oficial será analisada à parte, no capítulo 3.

1

As eleições constituintes

Várias instâncias políticas exerceram sua influência no processo eleitoral constituinte em Minas, dentre estas, três foram as que exerceram uma influência maior: as Cortes de Lisboa, a monarquia (através de D. João VI) e o Governador-General da província de Minas Gerais, D. Manoel de Portugal e Castro.

Nas eleições constituintes, as Cortes de Lisboa foram responsáveis pela definição da legislação que regeria as eleições. Estas previam uma eleição complexa, em três níveis, solução copiada da Constituição Espanhola de 1812: eleições nas freguesias, comarcas e províncias. Foram responsáveis pela decisão de que haveria um deputado para cada 30.000 habitantes. As Cortes decidiram ainda que neste grupo seriam computadas as pessoas livres não-brancas, esta, uma solução bem diferente da adotada na Espanha, pois lá, os não-brancos estiveram excluídos do direito de cidadania, salvo raras exceções¹⁶³.

D. João VI ajudou o processo eleitoral em Minas de diversas maneiras: aceitou o constitucionalismo, a 26 de fevereiro de 1821; fez seus funcionários submeterem-se ao novo quadro político, mandou realizar as eleições nas províncias, permitiu que o Governador-General de Minas Gerais fizesse ajustes nas regras eleitorais e cobrou do mesmo urgência na realização das eleições.

¹⁶³ BERBEL. *Op. Cit.*

D. Manoel de Portugal e Castro interferiu de diversas maneiras no processo eleitoral, de diversas maneiras. O decreto de 24 de abril previa adaptações da legislação para as circunstâncias locais. Algumas de suas intervenções foram feitas com autorização da monarquia, outras não, sendo de sua inteira iniciativa. Em aviso de 23 de março, D. João VI mandou D. Manoel de Portugal:

*“(...) fazer as modificações, que a prudência e conselho de pessoas doudas (?) lhe suggerem, às Instruções que tratão das Elleições”*¹⁶⁴.

Autorizado, D. Manoel interferiu nas regras das eleições. Porém, como demorou a realizar as modificações, tumultuou o processo eleitoral na província, especialmente as eleições de comarca, como será visto a seguir. Segundo Joaquim Felício dos Santos:

*“Este decreto chegou já bem demorado à Villa Rica, e o governador D. Manuel de Portugal e Castro, decidido absolutista, infenso, como quasi todas as autoridades da capitania, à nova ordem de cousas que se ia estabelecendo no Brasil, ainda mais tarde o remetteu às comarcas para se lhe dar execução”*¹⁶⁵.

Com essa demora, D. Manoel ganhou a oposição e a desconfiança de outras autoridades da província. Estas estavam insatisfeitas com sua letargia e chegaram a desconfiar de suas atitudes. A interferência de D. Manoel na eleição mineira que a tornou longa e tumultuada, também a fez ser incompleta, pois, na eleição de província, a 19 de setembro de 1821, uma comarca inteira ficara de fora. De acordo com as autoridades da comarca, devido à letargia do governador, o que D. Manoel negou¹⁶⁶.

O Governador-General de Vila Rica mandou fazer eleições constituintes na província através do Ofício de 27 de abril de 1821. O pleito final desta eleição, a junta eleitoral de província foi marcada para se realizar em Vila Rica a partir de 16 de setembro de 1821. Agindo assim, D. Manoel estava dando cumprimento ao Decreto Real de sete de março¹⁶⁷. Ao que tudo indica, este decreto, mais outros que o acompanhavam, chegaram a Vila Rica a 31 de março¹⁶⁸. Ambos, *“Editais e Ordens expedidas em consequência do decreto de Março do corrente ano”*, foram enviados juntos às comarcas¹⁶⁹.

¹⁶⁴ Coleção APM.

¹⁶⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.*, p. 345.

¹⁶⁶ Coleção IHGB.

¹⁶⁷ Coleção IHGB, doc. 5.

¹⁶⁸ 066 e 067A e 067B – AHU – Doc c/ decretos de 7 de março de 1821.

O Decreto de sete de março de 1821 previa eleições em três níveis, sendo o primeiro nível nas freguesias:

“Para prestarem seos votos as eleições de excrutinadores e secretário que com aquele presidente devem formar o corpo de junta de eleitores que em conformidade do dito decreto, e instruções a que o mesmo se refere deverão seguir a semelhante eleições na Comarca, e desta a Província para (eleição?) dos Deputados que reunidos com as demais províncias do Reino do Brasil de onde dirigirão às Cortes a bem da Organização da Ley Constitucional”¹⁷⁰.

2

Eleições de freguesia – Cronologia, legislação e ritos.

A primeira eleição constitucional, detectada pela pesquisa, ocorrida em uma freguesia mineira foi na freguesia de N. S. da Conceição de Vila Rica, a 18 de junho de 1821. As atas destas eleições de freguesia explicitam a legislação empregada nas eleições, e às vezes, como transcorreram as eleições. Trazem os termos empregados para descrever a posição dos paroquianos em relação à natureza das Cortes (tradicionais ou revolucionárias/liberais), além de outras informações. Algumas são bem sucintas: descrevem local data, número de comissários e eleitores de freguesia. Sempre estão relacionados os nomes destes últimos.

É de muita utilidade as informações contidas na ata da eleição na freguesia de Sumidouro, termo da Vila de Mariana (ocorrida aos 24 do mês de junho de 1821), para o conhecimento da legislação empregada nas eleições. Primeiro, nesta ata se explicita que tiveram direito a voto apenas os cidadãos domiciliados e residentes no território da freguesia, o que foi comum a todas freguesias¹⁷¹.

Algumas atas trazem termos que permitem supor que pode ter havido formas de representação “hierarquizada”. Algumas descrevem que “as mesmas pessoas que costumavam servir em semelhantes ocasiões teriam votado nesta eleição constitucional”. Noutras, os termos são referências ao antigo sistema moribundo e às

¹⁶⁹ Coleção IHGB – Doc 11 – *Offício de Vinte e Sete de Abril que acompanhou o Decreto de Sete de Março.*

¹⁷⁰ Coleção IHGB. *Editais expedidas em consequência do decreto de Março do corrente ano.*

¹⁷¹ Coleção APM. *“Na forma do capítulo 3º do artigo 27 das instruções mandadas pelo decreto de 23 de março do corrente”.*

Cortes tradicionais, são os seguintes: “reunidos, Clero, Nobreza e Povo”¹⁷². Outras usavam os termos que remetiam ao poder vilarengo, também uma referência ao antigo sistema: “votaram os *homens bons*”. Os termos mais radicais são encontrados nas atas do Tejuco, principalmente na ata para eleição do representante local na eleição da Junta Governativa¹⁷³.

Uma terceira informação retirada dessa ata da freguesia de Sumidouro, comum a tantas outras é que o pároco teria feito o levantamento da população do termo. O pároco declarava o número de fogos que haviam na freguesia. No caso de Minas, as freguesias coincidiam com o termo das paróquias. Contava-se o número de fogos. Para cada fogo eram contados oito moradores. No caso de Sumidouro, declarou o “*Reverendo Pároco que a freguesia tinha 541 fogos*”¹⁷⁴.

No “*termo d’Eleição Parochial da Freguesia de Ouro Preto de Villa Rica*”, ocorrida a 29/06/1821, podemos entrever o clima oficial dado ao processo eleitoral local, que começava pelo lugar em que foi feita a eleição. Esta ocorreu no:

“*Consistório da Matriz de Nossa Senhora do Pillar de Ouro Preto, aonde se reunião os Cidadãos domiciliados na dita Freguesia, (...) com a assistência do Reverendíssimo Pároco Senhor Francisco José Pereira de Carvalho, que havia celebrado Missa e recitado um discurso (...)*”¹⁷⁵.

A tomar como padrão os discursos que foram feitos nos dias das eleições de província, em setembro, ou no Tejuco, no juramento das Bases da constituição, este discurso de 29 de junho, possivelmente pode ter pregado a superioridade da Igreja e da monarquia¹⁷⁶. As eleições eram previstas para acontecer na Casa do Conselho (Câmara Municipal)¹⁷⁷. Apenas a missa e o discurso deveriam ter sido feitos na igreja¹⁷⁸.

Nestas eleições de freguesia, “*à pluralidade de votos*” se procedia à eleição dos escrutinadores. Compunha-se a mesa. Apenas os cidadãos domiciliados e residentes no termo da freguesia votavam. Em tese, neste nível da eleição, o povo votaria em massa, inclusive os analfabetos, os quais escolheriam, votando oralmente, os “compromissários”. A cada onze compromissários seria eleito um “eleitor de paróquia”.

¹⁷² Coleção APM.

¹⁷³ Coleção APM.

¹⁷⁴ Coleção APM. Um dos eleitos pela freguesia foi Antônio Álvares da Silva Maciel. Seu parente, o capitão-mór, Domingos Álvares da Silva Maciel foi eleito deputado.

¹⁷⁵ Coleção APM.

¹⁷⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 345.

¹⁷⁷ Instruções de 7 de março de 1821. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*, p. 101. Op. Cit.

¹⁷⁸ O bispo Frei José da Santíssima Trindade assinou esta ata de eleição na freguesia de Ouro Preto.

A cada 200 fogos era eleito um eleitor de paróquia, ou eleitor de freguesia. O resto dos fogos, excedendo de 100, daria mais um eleitor de paróquia. O número máximo de compromissários seria de 31¹⁷⁹. Estes compromissários é que iriam escolher os eleitores de freguesia. Estes eleitores, os quais seguiriam para as comarcas para o passo seguinte. Cada eleitor de freguesia levaria para a eleição na comarca uma cópia do “termo” ou “ata”, que seria a sua “nomeação”, como dizia a lei¹⁸⁰.

As eleições de freguesia, aparentemente, ocorreram tranqüilamente em toda a província. Iniciadas em junho, ao que tudo indica, foram concluídas ao final de julho. Parecem ter sido feitas em todas as freguesias da província (pelo menos não encontramos a menor informação em contrário).

Além das já citadas, foram encontradas no Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, do Arquivo Público Mineiro, as seguintes atas de eleições de freguesias:

Paróquia de Antônio Pereira – Cx. 85 – doc 23 – 29/06/1821.

Cachoeira do Campo – Cx. 85 – doc 09 – 01/07/1821.

São João Baptista do Presídio. – Cx. 85 – doc 11 – 08/07/1821.

Eleições na Freguesia de Mariana– Cx 85 – doc 10 – 08/07/1821.

Itabira – Vila Rica. – Cx. 85 – doc 12 – 09/07/1821.

Paróchia de Pouso Alto. – Cx. 85 – doc 15 – 15/07/1821.

São Gonçalo da Campanha. – Cx. 85 – doc 16 – 20/07/1821.

Paróchia na Campanha. – Cx. 85 – doc 17 – 20/07/1821.

Sapucaí (Campanha). – Cx. 85 – doc 19 – 25/07/1821.

Catas Altas. – Cx. 85 – doc 21 – 27/07/1821.

Rio da Pomba. – Cx. 85 – doc 25 – 29/07/1821.

Pouso Alegre. – Cx. 85 – doc 24 – 29/07/1821.

Inficionado. Cx. 85 – doc 18 – 29/07/1821.

¹⁷⁹ A evolução do sistema eleitoral brasileiro. Op. Cit.

¹⁸⁰ Idem, 102.

3

Eleições de comarca .

Por causa da ausência das atas das eleições de comarca na principal coleção que as reúne, o Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto do APM Durante um grande período desta pesquisa alimentamos dúvida acerca da existência de eleições de comarca na província de Minas Gerais. Porém estas eleições aconteceram. Encontramos provas documentais de sua realização, porém, não pudemos ter absoluta certeza das datas e condições em que se deram em todas as comarcas.

Buscaremos entender porque a eleição na comarca de Paracatu não se realizou no prazo previsto, pois acreditamos que problemas parecidos envolveram todas as comarcas¹⁸¹. Já sabemos que o Governador-General interferiu muito no processo eleitoral mineiro. Sabemos que algumas de suas intervenções foram feitas com autorização da monarquia. D. João VI mandou D. Manoel de Portugal “*fazer as modificações, que a prudência e conselho de pessoas doudas (?) lhe suggerem, às Instruções que tratão das Elleições*”¹⁸². Só não sabemos, exatamente, quais foram essas modificações propostas pelas “*pessoas doudas*”. A ata de Paracatu de 22 de dezembro nos informa acerca de uma questão que pode ser uma dessas alterações que complicaram as eleições de comarca em Minas:

*“Em officio de 27 de abril que acompanhou o decreto de Sette de Março, e as Instruções para as Eleições me Ordenou Vossa Excelência que havendo dos Párocos os Mappas da População He(?) remetesse o Geral da Comarca para depois determinar o número de Eleitores que cabião desta Comarca”*¹⁸³.

Como sabemos, D. Manoel mandou realizar as eleições constituintes na província através do Ofício de 27 de abril de 1821. Parece ter resolvido determinar o número de “*Elleitores*” que caberia a cada comarca, o que de forma indireta, acenaria para o número de deputados que poderia eleger a comarca, que, no caso de Paracatu devido à sua escassa população, não chegaria a três eleitores de comarca¹⁸⁴. O “*Mappa*

¹⁸¹ Os eleitores das cinco paróquias daquela comarca chegaram a Paracatu no final de julho, uns, e no princípio de agosto, os outros, como tinha sido aprezado pelo ouvidor. Esperaram, reunidos em colégio eleitoral, até o final de outubro, quando este colégio foi dissolvido pelo então Presidente da Junta Governativa, D. Manuel, o mesmo que teria inviabilizado esta eleição de comarca. Doc. IHGB.

¹⁸² Referência.

¹⁸³ Doc IHGB. Paracatu.

¹⁸⁴ Menos de três eleitores de comarca não daria nem o direito, simbólico, da comarca eleger um deputado. Simbólico porque cada deputado para ser eleito tinha que ter a maioria dos votos dos eleitores de todas as comarcas. Sozinhos, sem o anuência destes eleitores das outras comarcas, os representantes de Paracatu, caso tivessem estado em Vila Rica, na eleição de província, não teriam chance nenhuma de eleger um deputado comarcão, mesmo se tivesse direito a três eleitores de comarca. Para cada deputado que a população da província dava direito de eleger, foram eleitos três eleitores de comarca.

da população” da comarca foi preparado e enviado ao Governador-General a 1º de julho de 1821, como teria sido mandado fazer no “*officio de 27 de Abril (...)*”.

No caso dessa comarca, D. Manoel nunca indicou o número de eleitores de comarca que caberia a ela. O Governador demorou tanto para enviar essa resposta, que o ouvidor da comarca e os eleitores de freguesia ainda esperavam-na em 4 de setembro de 1821, como pudemos ver no documento citado. Sua demora tumultuou e inviabilizou o processo eleitoral na comarca de Paracatu. Por esse motivo, os representantes dos comarcões paracatuenses teriam ficado excluídos da eleição de província, realizada em 19 de setembro de 1821. Uma comarca inteira ficara de fora da representação constituinte mineira¹⁸⁵.

Acreditamos que essa demora possa ter sido comum a todas as comarcas da província e que pode se relacionar com uma outra problemática. D. Manoel de Portugal e Castro em sua luta contra a constitucionalização da província especulava com uma perigosa força represada: os segmentos livres pobres da província e a perigosa possibilidade de sua articulação com os escravos¹⁸⁶.

Segundo Ana Rosa Cloclet da Silva, o movimento revolucionário trazia um desejo de mudança que criava novas demandas, inclusive entre os:

*“segmentos livres pobres, já sentindo parte da sociedade civil, passando a demandar também, um lugar na esfera da representação”*¹⁸⁷.

Para a autora, as elites dominantes tiveram que equacionar essas demandas para acomodá-las¹⁸⁸. Buscaram primeiro equacioná-las, visando construir um consenso social, para, a seguir, acomodá-las, tentando com isso preservar seu senso de identidade, calcado na distinção social¹⁸⁹.

Segundo Ana Rosa:

*“A questão, contudo, não deixou de ser, lúcida e astutamente apresentada por Castro (D. Manoel de Portugal e Castro), como pretexto para desbaratar o movimento adesista às Cortes”*¹⁹⁰.

¹⁸⁵ Coleção IHGB.

¹⁸⁶ Bahia 1798, Haiti, e o medo das sublevações escravas, J.J.Reis. Situação social na província mineira no final do XVIII e início do XIX. Referências...547, COM, artigo da Júnia Furtado, Revista.

¹⁸⁷ “O caso mineiro”. *Op. Cit.*

¹⁸⁸ Idem. Segundo Ana Rosa dois extremos conduziram a atuação das elites mineiras no processo de crise. O medo do extremo da anarquia e o medo do extremo do despotismo. Segundo Estilaque Santos, D. Manoel teria sido hábil em usar as “classes ínfimas” em seus intuitos, de julho a agosto. SANTOS, Estilaque. *Op. Cit.*

¹⁸⁹ Ana Rosa. “O caso mineiro”, p. 547. *Op. Cit.*

¹⁹⁰ Idem, p. 548.

Os ex- colegas de Junta Governativa de D. Manuel fizeram-lhe essa acusação quando comunicaram às Cortes os motivos pelos quais aceitaram a demissão do Presidente da Junta e ex- Governador- General da capitania e ex- Presidente da província. Acusaram D. Manuel de convulsionar e levar a província à beira da “*anarchia*” e do despotismo. Os conflitos que tomaram Vila Rica em julho e agosto teriam sido provocados pelo Governador- General usando sua influência sobre as “*classes ínfimas*”¹⁹¹.

Especulando com as distinções contidas nos:

“Artigos da Constituição Espanhola que respeitam à formação das Cortes, das Juntas Eleitorais de Paróquia, Comarca e Província, com as Instruções dadas para a sua execução em Portugal e mandadas observar no Reino do Brasil pelo Decreto de 7 de março (...)”,

argumentou D. Manoel, *a posteriore*:

“É constante nesta Província ser o número dos pardos igual ou maior que o dos brancos e oriundos de Portugueses por ambas as linhas; excluir aqueles da representação Nacional seria fazer estes em igual ou menor número (...); como se poderá dizer representada uma Paróquia, Comarca ou Província por uma menor parte da mesma e sem o consenso da outra parte igual ou maior? Os pardos se acham estabelecidos, uns com propriedade e bens de raiz e escravos, outros com fundos próprios negociando, e outros com escravos empregados na mineração e lavoura concorrendo com impostos e tributos para as despesas do Estado, Dízimos, Quintos, Décima, Siza (?) e outros impostos; foram os mesmos pardos elevados a consideração Política e pelos seus serviços nos Corpos e Regimentos Milicianos, onde são Oficiais e Oficiais superiores, e por outros empregos estão gozando de grandes privilégios e isenções, e se agora removessem do foro de Cidadão Português seria privá-los sem culpa das graças e honras concedidas, revogando leis, usos e costumes da Nação; seria querer tivessem representação para satisfazer os encargos de Cidadão no pagamento dos impostos e negá-lo na fruição dos privilégios e na concorrência da administração, eleição dos administradores e representantes da Nação; seria animar escandalosas intrigas declarando-se pardo o que já pretendia ser

¹⁹¹ Coleção AHU.

*branco, e muitas vezes é reputado tal, pela distância em que se acha o tronco Africano; e de injuriar-se muitas vezes o mesmo branco (pondo-o) na necessidade de mostrar a legitimidade e qualidade de seus passados; e seria finalmente excitar o desgosto de uma grande parte ou a maior da província, aumentar a indisposição e desconfiança de serem desprezados pelos brancos, e promover a união a outros desgostosos, e com ela ameaçarem a segurança pública com desordens perigosas sempre ao Estado e de incerto efeito (...)*¹⁹².

Grande parte das milícias era composta por pardos. Vimos como esses milicianos agiram no Tejuco. Sabemos como foram importantes no Rio de Janeiro¹⁹³. D. Manuel, provavelmente, tentara granjear sua simpatia com esta sua atitude. A luta entre os grupos políticos rivais para conseguir o apoio de tropas era definidor na vitória de um projeto, grupo ou liderança política no Tejuco, Vila Rica, Rio de Janeiro ou Lisboa.

D. Manoel especulou acerca do o número de pessoas que teriam direito a representação e direito de cidadania. Bulir no assunto da exclusão dos pardos era um risco calculado pelo Governador. Essas informações que analisou sobre os critérios de inclusão e exclusão das Leis Espanholas estavam erradas. Vimos como o estudo de Márcia Berbel derrubou esse mito de que os mulatos e negros livres teriam sido excluídos da representação e da cidadania¹⁹⁴.

Porém, D. Manoel poderia fazer isso porque, ao que tudo indica, ele sonegava as informações que recebia, os ofícios e decretos. Pudemos constatar esse fato em duas ocasiões: uma já descrevemos, quando um ouvidor e um juiz de fora, comunicaram-se que há tempos D. Manoel já teria recebido do Rei o direito de fazer alterações na lei eleitoral. O pretexto da falta de tal autorização para bulir na legislação eleitoral pode ter sido um argumento para explicar a estas autoridades a demora na realização das eleições. Essas autoridades, sem dúvida, o pressionavam no sentido da constitucionalização da província. Esse documento citado descreve a queda de sua farsa.

Em outro momento, quando deixou a presidência da Junta, novamente pudemos levantar indícios que nos permitem supor que D. Manoel fôra surpreendido, novamente retendo as informações legais acerca das eleições. Desta vez foram os seus ex-colegas de Junta que desconfiaram e desmascaram D. Manoel. Os seus ex-colegas, os novos

¹⁹² APM. Fundo Secretaria de Governo (SG), Avulsos, cx. 121, pac.22, fls. 1-2. Citado em Ana Rosa, “O caso mineiro”. *Op. Cit.*

¹⁹³ OLIVEIRA. *Op. Cit.*

¹⁹⁴ BERBEL & MARQUESE. *Op. Cit.*

governantes da província, solicitaram cópias de toda a documentação referente às eleições, ao que parece, das eleições da deputação e da Junta Governativa. Surpreendemo-lhes em atitude de nítida desconfiança¹⁹⁵. Como veremos a seguir, D. Manuel confundiu também a legislação que D. Pedro enviou para proceder à realização da eleição da Junta Governativa.

Essa desinformação é que teria permitido que D. Manoel especulasse, erroneamente, como bem o sabia, com o direito à cidadania de não-brancos livres. Acreditamos que o atraso em definir quantos eleitores deveriam ser escolhidos em cada comarca e na província se relaciona com estas especulações em torno do direito à cidadania e representação desses referidos setores sociais, levantadas por D. Manoel. Se definisse logo um número correto de deputados para a província, 13 a 15 deputados, como se esperava, perderia esta arma política: a especulação. Anunciando a verdade estaria perdendo forças para o constitucionalismo, pois, esses setores que dizia excluídos, estariam inseridos no direito à cidadania portuguesa¹⁹⁶. No mínimo com esse seu artifício, ganhara tempo, atrasara as eleições e a constitucionalização na província, como desejava.

Em algum momento foi definido o número de eleitores que caberia a cada comarca. Não sabemos quem fez esta definição. Não sabemos quando foi feita. Pode ter sido o Governador. Pode ter sido o Príncipe. Podem ter sido as próprias comarcas, unidas, ou em separado. Provavelmente essa decisão deve ter sido tomada no início da eleição provincial¹⁹⁷. De toda forma, os paracatuenses ficaram sem esta informação até perderem a eleição de província, no dia 19 de setembro, sem realizar a sua eleição de comarca. Como já dissemos, no ano seguinte as vilas pediam que o Príncipe Regente definisse o número de eleitores que caberia a cada comarca na eleição para a constituinte do Reino do Brasil:

*“E em nosso nome, e deste Povo requeremos a Vossa Alteza Real se Digne Mandar que designado o número de deputados, que compete a cada uma das Comarcas”*¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Coleção AHU.

¹⁹⁶ Com seu argumento, de certa forma evitava que estes setores sentissem-se no direito de reivindicar já que não tinham direito à cidadania. D. Manoel parece ter feito um jogo de mão dupla, ganhando a simpatia e diminuindo as “expectativas constitucionais” das “classes ínfimas”, ao mesmo tempo.

¹⁹⁷ Quando os eleitores da comarca do Serro chegaram à Vila Rica, a 11 de setembro de 1821, desejavam eleger quatro deputados pela sua comarca. Elegeram três, achando que Minas elegeu um deputado a menos do que teria por direito. Esta decisão deve ter sido tomada em algum momento entre 11 e 19 de setembro. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.*

¹⁹⁸ Vila do Príncipe, 6 de julho de 1822. *As Câmaras Municipais e a Independência. Op. Cit.*

Pediam ainda que a eleição dos deputados fosse feita na comarca, e não em Vila Rica, que, principalmente os comarcões do Serro, abominavam como “anfítriã”, devido às experiências que teriam tido nas eleições que ali se realizaram entre 1821 e 1822¹⁹⁹.

O governador habilmente teria feito uso, no seio da elite mineira, do medo da união de forças entre pardos e negros, para impedir, retardar e controlar a passagem de um a outro sistema na província e também para galgar a confiança de “pardos”, principalmente, pois eram importantes componentes das tropas da província. Os negros da capital engrossavam as manifestações pró- absolutismo incentivadas pelo Governador.

Há diversas evidências de que teriam havido eleições de comarca na província. Fora a menção expressa à sua existência na ata de 19 de setembro de 1821, somente não foram encontradas, em outros documentos, evidências ou descrições da eleição na comarca de Sabará. Acreditamos ter informações, e às vezes, indícios acerca da realização, ou não, das eleições em quatro das cinco comarcas que haviam na província.

Na ata da eleição de província encontramos expressamente que:

“Aos desenove de Setembro do Anno de mil oitocentos e vinte hum, nesta Villa Rica do Ouro Preto nos Paços do Conselho aonde se achavão os Eleitores das Comarcas do Ouro preto, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro Frio (...)”

²⁰⁰,

havia sido eleitos os deputados que representariam Minas nas Cortes e que, no dia 16 de setembro, primeiro dia da eleição:

*“(...) lidos os quatro Capitulos das Instruçoens que tratão das Eleiçoens assim como as Certidões dos Autos das Eleiçoens das Cabeças das Comarcas, os Eleitores apresentarão as Certidões das suas nomeaçoens, para serem examinadas(...)”*²⁰¹.

Fora essa referência oficial, há outras fontes que podem comprovar a realização dessas eleições de comarca em Minas.

¹⁹⁹ Idem. De certa forma, as elites mineiras, no geral, abominavam o lusitanismo da capital da província. SILVA, Wlamir. *Op. Cit.*

²⁰⁰ Coleção AHU.

²⁰¹ Ata de 19 de setembro de 1821, doc 087 e 088 da coleção AHU.

Primeiramente, na comarca de Vila Rica. Há uma memória que descreve como se deu essa eleição:

“Entretanto chegára a ocasião das eleições de comarca. Estas se fizeram com o maior escandalo. Organização- se listas ou chapas, como hoje se pratica²⁰². Os eleitores devião votar cegamente nas pessoas designadas nessas listas, que erão os amigos do govêrno, os retrógrados do tempo. Fizerão correr a notícia, verdadeira ou falsa, de que não fossem nomeados esses indivíduos, o povo invadiria a casa das sessões. Contra o determinado nas instrucções, fez-se um grande aparato de forças, sob pretexto de garantir os eleitores, mas com o fim de coagil-os por meio da intimidação. O regimento de infantaria de pardos foi postado defronte na igreja de S. Francisco; o de cavallaria ficára, é verdade, aquartelado, mas prompto e preparado de armas embaladas a sahir à primeira ordem que recebesse. Com taes manobras, só sahirão eleitos os partidistas do governador”²⁰³.

Essa manobra com as tropas seria repetida no dia 20 de setembro. Desta vez, contra os desígnios do Governador-General, “garantindo” as eleições da Junta Governativa, sob pretexto, mais uma vez, de “garantir os eleitores”. O militar José Maria Pinto Peixoto, chegado a Vila Rica, vindo do Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 1821, foi o responsável pela mudança de posição das tropas.

Já no Serro, no entanto, Joaquim Felício dos Santos, descreveu uma eleição de comarca tranqüila:

“Entretanto fôra designado o dia 15 de agosto para os eleitores parochiaes se reúniem na Villa do Principe, afim de proceder à nomeação dos novos eleitos de comarca(...), os noventa e nove eleitores das diversas parochias da comarca forão recebidos na Villa do Principe com a maior cordialidade e distinta consideração. No dia designado, na fôrma das instrucções, reunirão-se na igreja matriz por falta de commo do sufficiente na casa da camara. Fez-se a nomeação dos nove eleitores que devia dar a comarca. É escusado dizer, que tudo se fez na melhor ordem e harmonia. Ainda não erão chegados os tempos

²⁰² Refere-se a meados do século XIX e ao sistema eleitoral violento e fraudulento que se formou no Brasil de então. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Op. Cit.

²⁰³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 355.

das intrigas e cabalas eleitoraes, que hoje tanto tem envilecido no Brasil o systema representativo”²⁰⁴.

Outros documentos que arrolamos no texto indicam que ocorreram gravames nessa eleição na comarca do Serro. Isso nos fez desconfiar das informações de Joaquim Felício dos Santos. Outro motivo aumentava a desconfiança, o autor, em certos momentos de sua obra, parece adquirir um tom grave, ufano, sempre que desejava demonstrar a civilidade dos habitantes da comarca do Serro, em especial os do Tejuco. Esse é um tom geral nessa sua obra. Porém, por ser recheada de fontes primárias, grande parte dos acontecimentos que descreve acaba ganhando fundamentação documental em momentos posteriores da sua obra. A pesquisa também foi confirmando, através de outros documentos, a veracidade de diversos acontecimentos que descreveu.

Ao duvidar de informações de Joaquim Felício sobre a atitude do bispo Santíssima Trindade durante o Juramento das Bases da constituição, fato ocorrido na Vila do Príncipe, consultamos o Livro de Visitações do bispado de Mariana na gestão de Santíssima Trindade, confirmando que o bispo lá esteve na época do ocorrido²⁰⁵. Assim, acreditamos que a informação de Joaquim Felício acerca das eleições de comarca do Serro contenha dados verdadeiros e outros menos prováveis.

Desta forma, não acreditamos que tudo que afirma seja fantasioso. Porém, o mais importante, é que acreditamos que houve a eleição de comarca no Serro, a eleição que Joaquim Felício descrevera. O autor lançou essa obra enquanto ainda eram viventes diversas testemunhas e protagonistas dessa eleição. Há outras evidências dessa eleição na comarca do Serro do Frio, entre estas há uma ata da eleição que ocorreu na Vila do Príncipe, a 12 de setembro de 1821, na qual:

“Os cidadãos do Tejuco reunidos e presididos pelo Conselheiro Intendente Geral dos Diamantes, unanimemente concordão em cometer os poderes para a Criação do Governo Provisório desta província aos senhores eleitores desta comarca que ora se achão na Capital de Villa Rica para nomearem Deputados em Cortes, não só por julgarem que sendo capazes daquela comissão, com muito maior razão o serão também desta, como porque não cabe no tempo, segundo o edital de VVSS apresentarem-se todos na

²⁰⁴ IDEM, p. 350.

²⁰⁵ Livro de visitasões.

Veriação que se deve fazer no dia 12 do corrente mês nesta Villa para o Referido fim”²⁰⁶. (Grifo nosso).

Esse documento já adianta problemas que analisaremos adiante: nem todos representantes eleitos nas vilas da província para eleger a Junta Governativa, em eleição que seria a 1º de outubro de 1821, poderiam chegar a tempo da mesma. Esse foi um dos motivos que a tropa amotinada deu para justificar a eleição apressada da Junta a 20 de setembro de 1821. Porém, o que interessa mais no momento, na ata é feita alusão:

“(...) aos senhores eleitores desta comarca que ora se achão na Capital de Villa Rica para nomearem Deputados em Cortes” ²⁰⁷.

Embora o texto abaixo permita interpretação em contrário, ao que parece, a Câmara da vila de Jacuhi, parece ter tomado opção parecida ao Tejuco e Vila do Príncipe. Os representantes de Jacuhi escolheram para eleger a Junta:

“(...) aos eleitores da Comarca que ahi Sairão, e devem Representar para aquele Distrito”.

Os representantes de São João del Rei, como cabeça de comarca deram a informação acima à Câmara de Vila Rica, informando a decisão da Câmara de Jacuhi de usar na eleição da Junta os eleitores de comarca²⁰⁸. O que nos importa é que esse documento deixa entrever a possibilidade de que também tenha havido eleição naquela comarca do Rio das Mortes.

Todas estas vilas fizeram referências a eleições nas comarcas. Durante a eleição para escolher os comissários das vilas que escolheriam a Junta Governativa, em algumas delas, foi cogitada a possibilidade de delegar esta tarefa aos eleitores de comarca, eleitos inicialmente para outro fim, para realizar as eleições constituintes. Isto teria acontecido, pelo menos, em parte de três comarcas: Paracatu, Serro do Frio e Rio das Mortes.

Mais uma vez em 1822, e mais uma vez numa representação de habitantes do Serro pudemos ler acerca dessas eleições constituintes na comarca e província:

“Na Junta Eleitoral dos Deputados para a Corte de Lisboa saíram eleitos os que as três Comarcas quizeram e até por eles foi cortada a nossa

²⁰⁶ CMOP – Doc 40. Tejuco 08/09/1821. Manuel Ferreira da Câmara Bitthencourt e Sá – Presidente

²⁰⁷ Coleção APM.

²⁰⁸ Coleção APM. São João d’El Rey. 24 de Setembro de 1821”..

Representação política, pois se nomeou de menos um deputado dos que deviam dar a Província apesar dos nossos clamores. É também muito conhecida a grande distância que há nesta Vila às freguesias desta Comarca, pois daqui à freguesia do Rio Pardo são mais de oitenta léguas, e havendo muitas na distância de mais de quarenta e cinco, como são a de São Domingos, Água Suja, Chapada e Barra, Fanado, Itacambira e Morrinhos, a mais vizinha dista da Vila mais de dez léguas que é a da Conceição a do Morro dezesseis, a do Rio Preto dezoito, a do Rio Vermelho quatorze, a do Peçanha vinte e seis léguas. Foi bem público o incômodo que sofreu a Comarca toda para a reunião que nesta Vila se fez quando se nomearam eleitores, que marcharam à Capital para a Nomeação dos Deputados para as Cortes de Lisboa. É bem conhecido o incômodo que sofreram os eleitores, que então foram à Capital (...) pois a serem as eleições dos deputados para a nossa Assembléia Luso-brasiliense, feitas na Capital, creio não irá desta Comarca um só eleitor, atentas as razões já ponderadas, e nesta Vila para a nomeação deles não se ajuntaram nem o terço dos Paroquiais carecendo para isso mesmo de grande demora. (...) pedindo ao mesmo Augusto Senhor, que como Pai dos Brasileiros haja de Determinar assim a forma das Eleições; pois é o único meio de se evitar a desconfiança da reação de votos, que tanto nos consterna, de se evitarem as grandes despesas que fazem os Eleitores nas longas viagens, e satisfazer-se o povo vendo nomeados pela sua Comarca Deputados do seu conhecimento, e da sua confiança, e fazerem-se as eleições com mais prontidão (...) corramos a procurar o Cômodo dos nossos Comarcãos (...)”²⁰⁹.

Este é um documento muito rico em informações. A primeira, que eleitores de quatro comarcas estavam presentes na eleição de província. Além disto, o documento nos permite formular uma idéia dos problemas e da existência da eleição naquela comarca. Das enormes distâncias a serem vencidas. Dos custos das viagens. Das diversas dificuldades que estas eleições impunham aos que eram escolhidos representantes. Aprofundaremos esta compreensão no capítulo seguinte, ao enfocar o 14º deputado e a grande, despovoada e distante comarca de Paracatu.

Este documento acima é uma mostra do que pensavam os comarcãos do Serro acerca de Vila Rica, onde abominavam participar de eleições. O documento dá uma

²⁰⁹ Vila do Príncipe em (4)? de julho de 1822. *As Câmaras Municipais e a Independência. Op. Cit.*

idéia dos motivos pelos quais os comarcãos do Serro teriam ficado insatisfeitos com os deputados eleitos a 19 de setembro, quando em conluio, os representantes das “três”²¹⁰ outras comarcas da província teriam eleito quem elas desejaram para deputado.

Foram eleitos 13 deputados a 19 de setembro, e os comarcãos do Serro acreditavam que a província teria direito a 14 deputados. Foi aconselhado aos comarcãos de Paracatu, excluídos da eleição, que se unissem a eleitores do Serro excluídos do direito de representação. Teria sobrado uma rebarba de população sem representação nesta comarca do Serro. De acordo com o mapa estatístico que acreditamos ter sido confeccionado por ocasião das eleições, essa rebarba seria de 14.300 habitantes ²¹¹. Esse número era quase suficiente para eleger um deputado²¹². Os comarcãos do Serro, caso se unissem aos da comarca de Paracatu, poderiam ter eleito esse 14º deputado. Teria sido mais acertado, de acordo com a legislação, unir essas duas populações, numa só eleição, do que realizá-las em separado, como foi feito quando da eleição do vigário Hermógenes, a 22 de dezembro de 1821²¹³.

Em outro documento, de mesmo teor e origem, pudemos ler:

*“(...) sabendo nós desgraçadamente pela experiência, e os votos dos eleitores desta Comarca têm sempre sofrido uma constante reação, pelos votos dos eleitores das três outras Comarcas da Província; o que tem produzido grande descontentamento, não só nos eleitores como no povo; Neste porque não vê eleitos aqueles beneméritos entre si, em quem confiam o desempenho e a segurança dos negócios, e naqueles por verem malogradas suas fadigas, e dispêndios nas jornadas a tantas léguas de distância da Capital da Província, e que desgostosos afrouxaram deixando o campo livre aos seus contrários, e muito ou inteiramente destruída a nossa representação”*²¹⁴.

²¹⁰ Nem ao menos foi considerada a existência de Paracatu, já que, sem dúvida, as três comarcas às quais se faz referência são: São João del Rei, Vila Rica e Sabará.

²¹¹ Mapa que acreditamos ser o oficial da província.

²¹² Eram necessários ter uma população de 30.000 habitantes para eleger um deputado, porém, as “rebarbas”, quando acima de 15.000 habitantes, davam direito à eleição de um deputado.

²¹³ Quando os comarcãos de Paracatu reclamaram de sua exclusão da eleição de província o então Presidente da província, D. Manuel informou que sua população não dava para eleger sozinho o seu deputado, e que deveriam se juntar ao Serro para fazê-lo.

²¹⁴ Vila do Príncipe em 6 de julho de 1822. As Câmaras Municipais e a Independência. Os “contrários” a que se referem parecem ser os integrantes da Junta Governativa. Apresentam-se insatisfeitos com a deputação mineira pois não se consideraram bem e suficientemente representados. Estes comarcãos do Serro participaram da escolha dos deputados e da Junta Governativa. Nem todas as comarcas da província tiveram a mesma sorte. Mesmo assim se mostram insatisfeitos com uma e outra escolha. O que pensariam os comarcãos de Paracatu, excluídos das duas eleições e que não tiveram seu deputado temporão reconhecido?

Em todos esses documentos se faz referência a eleições de comarca na província, sendo assim, acreditamos que estas existiram. Até porque em nenhuma documentação encontramos informação em contrário. Há, sim, muitas lacunas nessa documentação acerca das eleições de comarca pois, nenhuma ata foi encontrada.

4

A província de Minas Gerais

As eleições de província aconteceram em Vila Rica, entre 16 e 19 de setembro de 1821. Foram envoltas em um clima muito tenso, devido ao fato de terem se dado em meio aos preparativos para a eleição da Junta Governativa mineira. A eleição da Junta se daria logo a seguir, a 1º de outubro de 1821, porém, acabou acontecendo no dia 20 de setembro de 1821. Ambos os processos foram se fundindo e confundindo. Por esse motivo, optamos por descrevê-los juntos, da maneira como teriam se dado, amalgamados.

O clima político teria esquentado, aumentando a pressão pela constitucionalização, desde que as notícias do “5 de junho” chegaram à província²¹⁵. Há muitas, variadas e detalhadas fontes para sabermos o que ocorreu na província entre junho e setembro de 1821 (período da eleição dos deputados e da Junta Governativa).

Entre estas, novamente, Joaquim Felício dos Santos. Estas outras fontes documentais, fontes primárias, podem ser arroladas para dar sustentação à sua narrativa. Essa narrativa de Felício dos Santos facilita a compreensão da evolução dos acontecimentos na província. Além do que, certas nuances do contexto e determinadas informações, só encontramos nesta fonte. Usando um recurso narrativo o autor desviou a atenção do seu leitor, do Tejuco para Vila Rica. Para Felício dos Santos, como no período:

*“(...) nada tem ocorrido de importância no distrito diamantino”*²¹⁶,

o autor aproveitou:

*“(...) a oportunidade para seguirmos os nove eleitores da comarca até Villa Rica, onde vão concorrer para a nomeação dos deputados às câortes pela capitania de Minas”*²¹⁷.

²¹⁵ SILVA, Wlamir. *Op. Cit.*

²¹⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 352.

²¹⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 352.

Para fortalecer seu argumento, o autor declarou que:

*“O que temos de narrar ouvimos de testemunhas oculares e fidedignas”*²¹⁸.

Para continuar, a seguir:

*“Vejam os primeiro qual o estado do espirito público em Villa Rica, e os factos ali occorridos antes dos acontecimentos, que acabamos de referir. (...). Dous grandes funcionarios publicos dominavão a comarca de Villa Rica: o governador D. Manoel de Portugal e Castro e o bispo D. José da Santíssima Trindade. (...). Abaixo d’estes funcionarios apparecia a grande multidão dos mais empregados subalternos seculares e ecclesiasticos, os quaes todos vivião à custa da fazenda, isto é, erão sustentados pelo trabalho dos pobres mineiros, sempre victimas das rapinas, extorsões e violencias da maior parte d’elles, ou de seus agentes, avidos, insaciaveis, deshumanos, inexoráveis, disseminados por todas as partes da província. A esta gente não convinha o govêrno constitucional, que previão, tinha de tirar-lhes um poder, a que já estavam affeitos, e de que vivião à custa da miseria geral”*²¹⁹.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem, p. 353. Não há outra fonte que descreva com tanta riqueza de detalhes o processo de crise em Minas Gerais, especialmente na comarca do Serro, como Joaquim Felício dos Santos.

A 5 de junho de 1821, em nova movimentação de tropas, como já o sabemos, D. Pedro foi obrigado a jurar as Bases da constituição, formar novo ministério e aceitar a formação de uma Junta Governativa na província do Rio de Janeiro. Esta Junta não devia obediência ao Príncipe Regente, somente sendo responsável perante as Cortes de Lisboa. Esta somatória de mudanças abalou a Regência pedrina, diminuiu sua autoridade e fez aumentar a pressão pela constitucionalização no Centro-Sul²²⁰.

Esse quadro aumentou a pressão liberal sobre Vila Rica, vila que tinha uma conformação social marcada pelo peso do funcionalismo público, pelo lusitanismo e pela expressiva população parda e de cor. É a esta população que se dá o nome de “*classes ínfimas*”. Essas classes ínfimas apoiaram as manifestações anti-liberais de D. Manuel em julho, agosto e início de setembro. Neste período, segundo Felício dos Santos:

*“Installada a junta provisoria, os liberaes da côrte não cessavão de escrever cartas e de enviar proclamações impressas aos habitantes de Minas, animando-os e exhortando-os a sahirem da indolencia, a imitarem seu exemplo e a sacudirem o jugo dos bachás governadores, como os denominavão”*²²¹.

Esta letargia que é atribuída aos mineiros neste documento contrasta com a posição defendida por Wlamir Silva, segundo o qual:

*“Com a Revolução do Porto vitoriosa e as determinações de criação de uma Junta de Governo Provisório, reacendeu-se a chama liberal na capital da Província e a velocidade de seu “renascimento” sugere que sempre houve “fogo sob as cinzas”*²²².

Segundo Ana Rosa Cloclet da Silva essa opinião de Wlamir Silva dá a entender que os “mineiros” teriam uma série de qualidades e uma unidade política, entre suas elites, já maduras e organizadas numa unidade provincial, no que a autora não concorda²²³. Essa afirmação de Wlamir Silva dá a entender ainda que “1821” se

²²⁰ BITTENCOURT. *Op. Cit.*

²²¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.*, pp. 353/354.

²²² SILVA, Wlamir. *Op. Cit.*

²²³ Para Ana Rosa Cloclet da Silva neste período, em Minas Gerais, predominaria a diversidade, sendo a província, um mosaico de territórios e identidades regionais, ainda não consolidadas numa unidade política e identitária de dimensão provincial. O caso Mineiro.

relacionaria diretamente com “1789”²²⁴. Segundo nosso entendimento, a autora deixa transparecer que essa opinião torna possível considerar o autor um adepto do grupo dos cultivadores da “mitologia da mineiridade”²²⁵. Mas, Wlamir vai mais além em sua afirmativa:

*“A busca de um caminho autônomo na conjuntura da independência alimentou um movimento dos liberais envolvidos na criação do governo provisional”*²²⁶.

Não encontramos o menor indício documental de que um “*movimento dos liberais*”, envolvidos na criação do Governo Provisional tenha buscado um “*caminho autônomo*”. Pelo contrário, antes da criação da Junta Governativa, quem apresentou atitudes neste sentido, foi o Governador-General. Após criada a Junta Governativa, é que os liberais, contra a voto de D. Manuel, decidiram por uma autonomia em relação à Regência. Essa autonomia da Junta Governativa mineira se estendeu às Cortes de Lisboa após os “decretos de setembro” de 1821.

Entre junho e setembro não encontramos indícios documentais de que os liberais tenham desejado alimentar um autonomismo, em qualquer nível. No entanto, percebemos a presença de movimentos autonomistas regionais, que intentaram a formação de Juntas no Serro e Paracatu. Nessas duas comarcas, cogitou-se a formação de governos provisórios autônomos, em mais de um momento²²⁷.

Neste período que antecede a formação da Junta Governativa, D. Manuel de Portugal agira de forma autônoma. Teria buscado autonomia em relação às Cortes, demorando e impedindo o processo de constitucionalização. D. Manuel também agiu de forma autônoma em relação à autoridade monárquica. O Governador teria atrasado a convocação da eleição constituinte, como ordenara D. João VI, e complicado o processo de escolha da Junta Governativa que o Príncipe mandara fazer em aviso régio de agosto de 1821, como veremos logo a seguir. Agindo dessa maneira, tumultuou, atrasou, tentou controlar e evitou ao máximo a constitucionalização da província.

O Governador recebeu a 23 de junho as Bases da constituição e a ordem para jurá-las. Um decreto de 8 de junho do Príncipe Regente mandava jurar as Bases. D.

²²⁴ Refere-se a uma longevidade do liberalismo em Minas, e, no limite a uma espécie de “continuidade” entre o liberalismo dos inconfidentes e o liberalismo de 1821.

²²⁵ “O caso Mineiro”. *Op. Cit.*

²²⁶ SILVA, Wlamir. *Op. Cit.*, p. 61.

²²⁷ Para o caso de Paracatu: Ana Rosa e coleção do IHGB. Para o Serro, *Memórias do Distrito Diamantino e As câmaras municipais e a Independência*.

Manoel marcou a distante data de 17 de julho para executar o juramento. Porém, diante da ameaça de ser proclamado um provisório nesta data, usou a força e encerrou o movimento. Ocorreram muitos tumultos nesta ocasião. D. Manoel foi acusado posteriormente, pelos integrantes da Junta Governativa mineira de levantar as “*classes ínfimas*” para garantir seus intuitos²²⁸.

Essa tentativa de constitucionalização em Vila Rica, encerrada através do uso da força, em certo aspecto, torna aceitável a afirmação de Wlamir Silva acerca da “*velocidade*” da movimentação liberal na província. Para as condições da província, o movimento liberal emergiu rapidamente. Porém não encontramos indícios documentais que possam sugerir que essa movimentação possa ser de alguma maneira um “renascimento”, como sugere Wlamir Silva, para quem, “*sempre houve “fogo sob as cinzas”*”.

A velocidade do processo revolucionário em Minas Gerais foi fruto de certas condições especiais que a província vivificara em sua trajetória histórica. Primeiramente, deve ser levado em consideração que no seio do colonialismo português, a capitania de Minas Gerais foi a colônia com estatuto mais rígido²²⁹. Esta situação era ainda mais rígida no Distrito Diamantino. Essa região era uma colônia em separado, dentro de outra, Minas Gerais, dentro de uma terceira, o “Brasil”²³⁰.

Também, há de se levar em consideração a proximidade da Corte de D. João VI que teria, em geral, dado um tom mais moderado ao processo revolucionário no Centro-Sul do Brasil, se comparado aos movimentos revolucionários das províncias do Norte-Nordeste. Outro fator a ser levado em consideração, no caso mineiro, é a repressão eficaz de D. Manuel que atacara os liberais e o constitucionalismo de várias maneiras, em várias frentes, do uso da força à propaganda anti-revolucionária, passando pela intriga e espionagem²³¹. Agindo dessa maneira, o governo teria sido bastante eficaz em retardar o processo de constitucionalização na província.

²²⁸ D. Manuel conta os planos da sedição: 070 e 071 – AHU – D. Manuel conta toda sua versão. 19/07/1821.

072 a 074 – 30/07/1821 – D. Manuel conta tudo.

²²⁹ Porém, suas elites sempre usaram de sua força econômica, militar e política para “negociar” com a Coroa, seja através das representações vilarengas ou até, através da força. Grandes potentados mineiros, em certas regiões e períodos, tiveram o domínio “de fato”, de suas regiões. ANASTASIA, Carla. *Extraordinário potentado e Vassalos e Rebeldes*.

²³⁰ O advento de 1808, em certo aspecto, apenas revitalizara e fortalecera o Absolutismo. Esta é uma situação que ocorreu em Minas Gerais.

²³¹ D. Manoel também foi acusado de tentativa de assassinato de um colega de Junta Governativa, sendo que um funcionário seu, que o acompanhava desde 1814, foi acusado de tomar parte na suposta tentativa de assassinato. Esta acusação foi feita pelos demais membros da Junta, em representação às Cortes de Lisboa, quando do pedido de demissão de D. Manoel. Coleção AHU.

Em julho, no dia 16, véspera do juramento das Bases da Constituição, ocorreu uma tentativa de formação de uma Junta Governativa na província. Agindo durante a noite D. Manoel a debelara. De acordo com Joaquim Felício dos Santos:

“Alguns officiaes do mesmo regimento de cavallaria de linha haviam começado a insurreição e já contavão com um numeroso partido popular, quando forão denunciados e presos à ordem do governador, na meia noite de 16 de julho. Levados à presença de D. Manuel, e interrogados pelo motivo porque procuravão amotinar o povo, responderão com louvavel coragem que não erão desordeiros, e sim promovião o estabelecimento de um governo provisório, como era a vontade geral e a exemplo do que se passava nas mais capitánias do Brasil.

O governador que queria grangear partido e popularidade fingindo amoldar-se às circunstâncias, ou talvez temendo as consequências, que poderião resultar do emprego de meios violentos e repressivos, mandou soltar os officiaes, declarando que se era a vontade geral a installação do govêrno provisório, ia immediatamente dar providências para esse fim. E de facto passou a convocar uma junta composta das autoridades civis e militares e das principaes pessoas da capital e comarca, com cujo apoio devia contar necessariamente, sendo identicos aos seus os intentos da maioria. Reunida a junta declarou-lhe que o motivo de sua convocação era para se conhecer se convinha a installação de um govêrno provisório na capital da capitania, como se dizia ser a opinião geral, afim de ser communicada ao principe regente para este ordenal-a. Como esperava o governador, a junta, cuja maioria se compunha dos funcionarios publicos, e por isso não podia representar os interesses e opinião da capitania, decidiu que não havia necessidade de um novo governo, e que os povos estavam satisfeitos com o existente.

D. Manoel apressou-se em communicar esta decisão ao principe regente, e no officio que lhe dirigio, qualificava os partidistas do governo provisório de uns poucos de desordeiros que cuidavam senão de amotinar o povo para seus fins particulares”²³².

Não havia a necessidade do Príncipe Regente ordenar a formação da Junta Governativa. D. João VI reconheceu, em sua partida do Brasil, todas as Juntas que

²³² SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 355.

fossem instaladas. Agindo dessa maneira, o Governador General tentava remeter a condução do processo as autoridades ligadas ao antigo sistema político. O Regente ordenaria a formação desta Junta logo a seguir, em aviso régio, no início de agosto. D. Manoel tentou diminuir a importância do acontecimento e desqualificar seus participantes em sua comunicação ao Príncipe Regente, na qual teria tentado:

*“(...) levar ao Conhecimento de V. Magestade minha conducta política desde o momento que soube da constituição”*²³³.

O sentido do documento era relatar ao Príncipe Regente que o Governador não seria anticonstitucional. Tentava diminuir a importância da pressão pela constitucionalização que sofria na província.

Para dar sustentação a sua intenção de não criar a Junta Governativa, o Governador se amparou no apoio de outras autoridades da província às quais fez um questionamento, que logicamente, não terminou em apoio à constitucionalização, pois este foi feito entre os servidores públicos. Conforme vimos na descrição de Vila Rica feita por Joaquim Felício dos Santos, estes setores mais próximos ao Governador não tinha maiores interesses na constitucionalização, pelo contrário²³⁴.

A “Junta Absolutista”, convocada pelo governador, não apoiou a criação de uma “Junta Constitucional”²³⁵:

*“Sabida esta decisão, grande número de povo excitado pelos inimigos do Systema constitucional, sahio às ruas com immenso alarido gritando vivas ao governador; e do entusiasmo pela escravidão passarão a insultos e injúrias contra os que queriam a inovação. À noite illuminarão-se as casas como demonstração de regosijo público pela decisão da junta; muitos liberais virão-se forçados também a iluminar as suas, temendo insultos e violências da parte do povo. Como se não bastasse o burlesco, ajuntarão também a profanação: essa turba desenfreada ia cantando orações religiosas pelas ruas e praças públicas; pedião-se e rezavão-se, ou antes gritavão padre-nossos e salve-rainhas pela vida do governador!”*²³⁶.

²³³ Coleção AHU.

²³⁴ Coleção AHU, doc. 65.

²³⁵ O que denominamos de “Junta Absolutista” foi um conselho, no sentido das “juntas gerais” – os conselhos presididos pelos governadores e integrados “por figuras proeminentes do Clero, do Exército, da Fazenda e da Justiça”, ver REIS, Liana Maria & Botelho, Ângela, V. *Dicionário Histórico: Colônia e Império*. Belo Horizonte, Dimensão, 1998, p. 74-75. Citado em: SILVA, Wlamir. *Op. Cit.*

²³⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. *Op. Cit.*, p. 355.

Para seus adversários políticos, colegas de Junta Governativa, D. Manoel fora responsável por “desordens” na província. De acordo com esta fonte documental:

*“(...) males e dezastres incalculáveis que forão eminentes por halucinação, e excesso do Escelentíssimo Senhor Presidente, então Governador e Capitão General, prottestando oppor-se a Instalação do Governo Provisional (...), praticando excessos protegendo as facções e partidos das classes ínfimas, molatos e negros em seu apoio”*²³⁷.

D. Manoel ajudou esta população pobre em suas manifestações antiliberais, ou pelo menos, não as reprimiu como era de se esperar de sua autoridade, para os costumes da época. Apesar de atizar as “*facções e partidos das classes ínfimas, molatos e negros*” a praticarem manifestações antiliberais, bulindo em perigosas tensões, para D. Manoel, assim como para o Intendente Câmara, havia um grande risco na busca rápida por uma mal compreendida “liberdade” pelas populações. Segundo o Intendente Câmara, acerca da adesão violenta da população do Tejuco à causa constitucional:

“Vos dizeis cidadãos, e com effeito estais hoje elevados a tão alta dignidade, mas sabeis o que é ser cidadão? Quaes são os vossos deveres? Quaes as vossa prerrogativas? De certo não o sabeis ainda, porque apenas começais a sel-º O tempo, melhor do que eu, vos ensinará vossos deveres, assim como vossas regalias.

*Ficai, porém, entendendo, que o primeiro dever do cidadão é obedecer religiosamente à lei, porque deve ser governado...”*²³⁸.

D. Manoel usou o mesmo argumento para explicar a D. Pedro a sua atitude repressora de 16 de julho. A população desconheceria o que chamara de uma “*mal entendida liberdade*”, e:

“Esta falta de conhecimento deu lugar a que nesta Província de Minas Gerais se pretendem instalar no dia que se tinha destinado para o Juramento das Bases da Constituição (...) 17 de julho, hum Governo Provisional, sem que que eu o soubesse, podendo rezultar males incalculáveis da execução de similhante projeto, huma vez que nem a tropa, nem o povo, que estavam

²³⁷ Coleção AHU, doc 117.

²³⁸ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 339.

reunidos para a prestação do refferido juramento se achavão dispostos para tão repentina mudança, isto deu causa a meu procedimento na noite de 16 para 17 como se vê da participação que fiz a S. A. R. o em Officio de 19 de Julho”.

Em agosto, novamente o Governador General entrou em ação, mais uma vez:

“(...) prottestando oppor-se a Installação do Governo Provisional, preparando trota de cavalaria da primeira e infantaria da segunda nos dias 19 de Agosto e 20 do mesmo(...) sem attender a requisição do benemérito Cidadão Francisco Guilherme de Carvalho para que se fizesse retirar da Praça Pública onde se achavão expondo a terra, a mais violenta efusão de sangue, se hua consumada paciência, e prudência, não só façam, ou definisse para melhor ocasião o declarar o pretendido Governo”²³⁹.

Levando em consideração a data em que ocorreu a segunda tentativa de formação da Junta Governativa em Minas, e, levando em conta a cronologia que está contida na narrativa de Joaquim Felício dos Santos, e a tensão que descreveu em ambos processos, que narrara separadamente, somos levados a supor que ambas narrativas podem se referir a um só processo. Ou seja, esta data da segunda tentativa de formar uma Junta, 19 e 20 de agosto, pode ter sido o momento das eleições de comarca em Vila Rica.

Sabemos que D. Manoel tentou controlar as eleições de comarca em Vila Rica, tornando-as violentas. Também houve violência na segunda tentativa de formar a Junta Governativa. Acreditamos que há a possibilidade dos dois eventos terem se dado ao mesmo tempo, até porque foi em outro acontecimento oficial, em julho, que os liberais tentaram proclamar uma Junta Governativa. Esses acontecimentos provavelmente reuniam muitas pessoas que afluíam à Vila Rica. Ao que tudo indica, as grandes aglomerações eram vistas pelos liberais como um elemento favorecedor de seus planos. Já vimos que os governantes buscavam evitar a espontaneidade das manifestações populares e primavam pela oficialidade e controle das festas cívicas.

Logo a seguir, a 27 de agosto²⁴⁰, chegou a Vila Rica:

“(...) um aviso do principe regente ordenando a installação do governo provisório na capitania, o que devia ter lugar no dia 1º de Outubro,

²³⁹Coleção AHU, doc 117.

²⁴⁰ “Ofício que de V. Senhorias recebemos datado de 27 de agosto para se proceder nesta vila a eleição”. Coleção CMOP, doc 38.

convocando-se para esse fim os eleitores de comarca e procuradores das camaras”²⁴¹.

Neste Aviso Régio:

“Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, Regente deste Reino do Brasil e nelle Lugar Tenente de El Rei e N. Senhor, e Pai (...), houve por bem Ordenar, que nessa Província se crie Huma Junta Provisória para a Governar pelas Leis actuais, e Bases da Constituição Portuguesa, com subordinação e obediência a S. A. R., como Regente deste Reino do Brasil, interinamente, enquanto se não poem em execução o Systhema de Governos Provinciais, que as Cortes Gerais Extraordinárias Constituintes da Nação Portuguesa decretasse para o Brasil.”

Para que se realizasse a eleição, o Príncipe:

“(...) o Mandou por D. Manuel de Portugal e Castro, do Conselho de Sua Magestade e do da sua Real Fazenda, Governador e Capitão General da Província de Minas Gerais, Presidente da Junta da Fazenda da Mesma...”

Ordenando, que no ato da eleição:

“ (...) logo proporá para o Comando da Tropa aquelle Official que julgar mais idôneo, para S. A. R. o Confirmar, e qual ficará abaixo das Ordens da Junta”²⁴².

²⁴¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit*, p. 356.

²⁴² Coleção APM.

Segundo Joaquim Felício dos Santos, D. Pedro mandara realizar a eleição da Junta Governativa:

*“convocando-se para esse fim os eleitores de comarca e procuradores das camaras”*²⁴³.

Porém, em seu aviso régio, encontramos que apenas queria que o Governador fizesse constar:

“ a Câmara dessa Capital da Província, para que em acto de Vereança, proceda a Eleição do Presidente, e mais deputados da dita Junta, e a (...) o seu primeiro a pluralidade de votos convocando para esse fim todas as pessoas dessa Capital, e seu termo que costumão ser chamados para tais actos, e todas as mais da província, que por seu distinto character, boas qualidades e sufficiente número, sejam, quantas bastem para constituir certeza, ou segurança, de que tudo he feito o mais (aprazimento) (?) do povo de toda a Província, e o mais conforme ao seu voto geral, que he possível. E a similhante fim V. S. prestará a Câmara todos os auxílios, de que ella precisar.

D. Pedro não mandou convocar para a eleição da Junta, nem eleitores de comarca, nem procuradores das vilas, conforme dito por Joaquim Felício dos Santos. D. Pedro, apesar de mandar que essa eleição se desse a 1º de outubro, deixara em aberto outra possibilidade, o Regente considerou a reunião dos eleitores de província uma boa oportunidade para se realizar a eleição:

*“... talvez fosse huma boa oportunidade para a nomeação e installação do dito Governo a ocasião em que aqui se acharem reunidos os Eleitores de Província...”*²⁴⁴.

D. Pedro sabia que os eleitores das comarcas mineiras estariam reunidos após o dia 16 de agosto de 1821, em Vila Rica. Cogitou a possibilidade de aproveitá-los para a eleição da Junta Governativa, pois, estes representariam um “*suficiente número*” de pessoas, de “*distinto character*”, e “*boas qualidades*”, em número suficiente para

²⁴³ *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.*

²⁴⁴ Coleção AHU, doc. 074.

“constituir certeza, ou segurança”, de que o governo que fosse formado teria o respaldo de todo o povo da província.

Como veremos adiante, a Câmara de Vila Rica, onde tinha fortes relações o Governador, mandou eleger, como dito em Joaquim Felício dos Santos “procuradores das vilas”, complicando e fazendo demorar o processo da eleição da Junta Governativa em Minas Gerais²⁴⁵. Segundo o manifesto lançado pela tropa que adiantou as eleições de 1º de outubro para 20 de setembro:

*“O methodo que a Câmara desta Villa tem adoptado trás muita demora, pois só com muito tempo se poderá ajuntar aqui os Representantes das Câmaras de Minas Novas, Piracatu, Campanha, Pitangui; São Carlos de Jacuhi e outras; agora porém nós temos aqui a representação de toda a Provincia pelos seus Elleitores”*²⁴⁶.

Enquanto as vilas de Minas se preparavam, às pressas, para eleger e enviar seus procuradores para Vila Rica, na capital, no início de setembro uma nova manifestação anti-absolutista aconteceu, às vésperas da chegada dos eleitores de comarca que elegeriam os deputados constituintes:

“Na noite de 4 de setembro grande número de povo, por elles (os governistas) açulado, sahio desenfreado pelas ruas, e puzerão-se a insultar com appellidos os mais injuriosos os partidistas do systema constitucional, que por escarneo chamavão ‘os provisórios’. Entre outros liberaes, soffrêrão os maiores insultos, o secretario do govêrno João José Lopes de Almeida Ribeiro²⁴⁷ e o juiz

²⁴⁵ Além do que, com esta decisão, o processo de escolha da Junta Governativa ganhava ares de continuidade, pois as vilas foram, por séculos, as instituições que monopolizaram o direito de representação oficial no Antigo Regime português. As Câmaras municipais eram instituições que haviam se originado no período colonial, exerciam grande poder nas demandas locais. Para uma análise de suas organizações e atribuições, ver Salgado, Graça (Coord.). 2ª ed. Fiscais e Meirinhos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. Sobre a importância das Câmaras na América Portuguesa e em Minas, ver RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural”. In: Revista de História. São Paulo, vol. 55, n. 109, jan./mar, 1977, p.27 a 64.

²⁴⁶ Declaração da Tropa no dia 20/09/1821. Coleção AHU.

²⁴⁷ Este foi eleito como Deputado-Secretário do Governo em 20 de setembro de 1821, enquanto D. Manuel, eleito o Presidente da Junta. Isto mostra que na eleição da Junta, a 20 de setembro, uma coalizão de liberais e absolutistas garantiria a realização do processo. Em sessão de 13/11/1821, os integrantes da Junta, aceitaram a demissão de D. Manuel, e, em correspondência às Cortes de Lisboa, o acusaram D. Manuel de corroborar com o “attentado contra a vida do Senhor Secretário de Governo, facto bastante divulgado e concordante com as idéias anteriores”. Os integrantes da Junta acusaram o seu Ex-Presidente, D. Manuel, de, em sessões anteriores “proferir palavras de vingança, terror e ameaça (...), dizendo que (...) lhe havião de pagar(...)”. Coleção AHU, docs. 117/118. Estilague Santos analisa esta coalizão de forças. SANTOS, Estilague. *Op. Cit.*

de fôra de Marianna dr. Cassiano Espiridião de Mello Mattos²⁴⁸, magistrado de character independente, decidido republicano, que mais tarde, pelo exaltamento de suas idéas, foi perseguido pelo Príncipe regente, quando veio a Minas’’²⁴⁹.

Segundo o autor, os liberais insultados pediram proteção ao Governador e à Câmara da Vila que nada teriam feito. Continuaram os insultos, e no dia 6 de setembro, o governador ordenou que patrulhas percorressem as ruas, continuando os insultos, à vista das patrulhas. Os “manifestantes”, compuseram uma:

“(...) parodia do hymno constitucional, que a gentalha sahio cantando ou gritando pelas ruas. As palavras do hymno – a lusa constituição , forão substituidas pelas – a louca constituição. (Grifos originais)

Apparecião affixados nas esquinas das ruas e nos lugares mais publicos cartazes insultantes, em que declaravão que o povo e a tropa tambem querião concorrer para a nomeação do governo provisório, o qual deveria ser organizado de modo que os deputados ficassem debaixo da dependência do governador. Em outros dizião que o povo e tropa não querião governo provisorio, e que estavam satisfeitos com o do governador’’²⁵⁰.

Esse era o clima político na capital, quando a 11 de setembro teriam chegado os primeiros eleitores de comarca para realizar a eleição dos deputados, os eleitores do Serro do Frio. A artilharia estava assentada no Palácio do Governador e voltadas as bocas dos canhões para a frente a Casa da Câmara, local onde era prevista a realização das eleições. O Dr. Antônio Teixeira da Costa²⁵¹, do Tejuco, teria requerido ao Governador que se mandasse retirar as peças de artilharia, tendo sido indeferido o seu pedido. Nesta ocasião, os eleitores do Serro do Frio teriam resolvido voltar à sua comarca, na qual elegeriam, com liberdade, os quatro deputados que achavam que teriam por direito eleger²⁵².

²⁴⁸ Já este magistrado, ouvidor-interino da comarca do Rio das Velhas, Cassiano Espiridião de Mello Mattos, em maio de 1821, trocara correspondências apressadas com o Juiz de Fora de Mariana, Agostinho Marques Perdigão Malheiros, nas quais, externaram desconfiança em relação à demora de D. Manuel em convocar as eleições constituintes na província. O teor do documento dá a entender que D. Manuel desde 23 de março tinha autorização do monarca para realizar alterações esperadas na legislação eleitoral, alterações aconselhadas por “pessoas doutas”. D. Manuel ainda não as teria feito e nem ao menos divulgado a tão altos funcionários que já teria autorização para fazê-lo.

²⁴⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 356.

²⁵⁰ IDEM.

²⁵¹ Eleito deputado constituinte.

²⁵² SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 357. Acabaram elegendo três, apenas.

Somente a chegada de notícias e de uma “parada”, vindas da Corte, para garantir a eleição desassombraram o clima político de Vila Rica. Teriam sido recolhidas as peças de artilharia que estavam plantadas na praça.

5

Eleição dos deputados constituintes

16 a 19/09/1821

No dia 16 de setembro de 1821 iniciaram as eleições. Neste dia foi nomeado Presidente do colégio eleitoral o vigário de Pitangui, Belchior Pinheiro de Oliveira²⁵³ e para Secretário Caetano Luiz de Miranda, ambos naturais do Tejuco²⁵⁴.

No dia 17, teria havido um grande descaso com os eleitores quando foram assistir à missa do Espírito Santo na igreja do Carmo. Não houve a pompa que se esperava para a reunião dos representantes da província:

“O templo grande e magestoso, que possuía esplendidas alfaías e ornamentos, achava-se completamente despido. Os lustres e outros ricos moveis achavam-se envolvidos em grandes sacos, o que dava ao público um aspecto funebre, como uma demonstração pública de luto e tristeza (...). Havendo em Villa Rica excellente musica, só apparecêrão quatro más rabecas, que tocarão na missa solenne. Outras tantas vozes engrolarão no côro: parecia que cantavam um bem sentido miserere pelo despotismo, que se finàra. Tudo isto se fez a capucha (...), conforme narrou-nos uma testemunha occular (...), como um acto que se praticava com constrangimento.

Os eleitores, vestidos com todo o luxo e riqueza, formavam um admiravel contraste no meio de toda essa miseria affectada”²⁵⁵.

Levando-se em consideração a importância da pompa e do ritual naquela sociedade mineira, oriunda de uma formação cultural com ares aristocráticos, pode-se imaginar que esta teria sido uma grave ofensa aos eleitores e ao constitucionalismo. Para efeito de comparação é interessante descrever outro ato religioso ligado a uma

²⁵³ Eleito deputado. Muito ligado ao Rio de Janeiro, ao grupo do Paulo Barbosa, do Januário Barbosa, do Reverbério Constitucional Fluminense, do Gonçalves Ledo e do vigário Hermógenes.

²⁵⁴ Coleção AHU.

²⁵⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 358.

cerimônia constitucional, o Juramento da constituição, no Tejuco, dia 22 de abril de 1821:

*“A igreja matriz de Santo Antônio, onde devia ter lugar a solennidade, foi magnificamente preparada com suas mais sumptuosas galas. Não havia mais lugar onde se pódese collocar as peças de ouro e prata, que os habitantes espontaneamente offerecião para adornal-a. As paredes estavam forradas de seda, damasco e tissú bordado de ouro; o Sacramento exposto no meio de uma esplendida iluminação”*²⁵⁶.

Esta descrição do segundo dia das eleições, e da missa com ar fúnebre, feita por Joaquim Felício dos Santos, recolhida da memória de um eleitor que participou da eleição é bastante idêntica à descrição contida na ata. Seu teor é o seguinte:

*“(...) dirigindo-se immediatamente todos com o seu Presidente à Igreja dos Terceiros do Carmo por ser distante a Matriz onde o Ilustríssimo e Reverendíssimo Dr. Cônego, Arcediago, Provisor e Vigário Geral por ausencia do Escelementíssimo Prelado em visita de lugar distante, cantou a missa solenne do Espírito Santo Concluido este acto voltarão aos Paços do Conselho e a portas abertas, feita a pergunta do Artigo 49º sem que apparecesse accusação alguma principiou-se a elleição dos treze Deputados e quatro substitutos, correspondentes à população desta Província hum depois do outro com assistência de 40 Eleitores, por não terem comparecido, os da Comarca de Piracatu e faltarem mais dous por moléstia, hum da Comarca do rio das Velhas, e outro da Comarca do Rio das Mortes, sendo publicados immediatamente os que hião sendo Elleitos”*²⁵⁷.

Apesar da falta de respeito pelos eleitores na missa do dia 17 e do clima tenso, a eleição dos deputados continuou. Foram nomeados quatro deputados titulares, ainda no dia 17, dois no dia 18 e sete no dia 19. Neste dia, foram eleitos os quatro suplentes²⁵⁸. A ata da eleição em Minas começa com uma promessa, ou expectativa, que nunca seria cumprida:

²⁵⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 332.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit.

*“Auto da Eleição dos Deputados que em nome e representação desta
provincia de Minas Gerais, se hão de achar nas Cortes Geraes, Extraordinárias
e Constituintes da Nação Portuguesa, principiada aos desesseis, e acabada aos
desenove de setembro”*²⁵⁹. (Grifo nosso).

Nesta eleição, foram eleitos os que se seguem:

17/09/1821:

*“Primeiro o Reverendo Doutor Belchior Pinheiro de Oliveira 32
votos, sem segundo escrutínio, por não reunir no primeiro a pluralidade
absoluta;*

*Segundo o Doutor Antônio Teixeira da Costa, com 27 votos, em
segundo escrutínio;*

Terceiro o Doutor Manoel José Velloso Soares, 28, 2º;

Quarto o Capitão Mor Domingos Alves (Álvares) Maciel, 24, 2º;

18/09/1821:

Quinto José Resende Costa, 35, 2º;

Sexto o Reverendo José Custódio Dias, 25, 2º;

19/09/1821:

Sétimo o Conselheiro Lucas Antônio Moreira de Barros, 26, 2º;

Oitavo o Coronel João Gomes da Silveira, 23, 2º;

*Nono Desembargador Francisco de Paulo Pereira Duarte, 25,
2º;*

Décimo o Doutor José Custódio de Miranda, 25, 2º;

Décimo primeiro José Eloi Ottoni, 28, 2º;

Décimo segundo Doutor Jacinto Furtado de Mendonça, 24, 2º;

*Décimo terceiro o Desembargador Lúcio Soares Teixeira de
Gouvêa, 22, 2º;*

Primeiro Substituto, para os três primeiros eleitos:

Doutor Carlos José Pinheiro, 22, 2º;

Segundo Substituto, para os três seguintes:

Doutor Bernardo Carneiro Pinto, 24, 2º;

Terceiro Substituto, para os outros três:

Capitão Mor José Joaquim da Rocha, 23, 2º;

²⁵⁹ Coleção AHU.

Quarto Substituto, para as últimas:
Reverendo Manoel Rodrigues Jardim, 26, 2º;

Ao que tudo indica, foi durante a reunião eleitoral em Vila Rica que se decidiu pela eleição de treze, e não quatorze deputados na província, como era esperado pelos eleitores do Serro. Ao que parece, pela análise da ata da eleição, não se definiu uma divisão dos deputados pelas comarcas da província, proporcionalmente à sua população. A única exceção pode ter sido a eleição do ouvidor de Paracatu, Desembargador Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, o 12º deputado eleito, que pode ter sido escolhido para compensar a ausência dos eleitores daquela comarca. Porém, esta é uma mera possibilidade, pois não temos indício documental que comprove essa nossa hipótese.

Cada deputado era eleito pela maioria simples dos 40 eleitores de comarca que compareceram a Vila Rica. Nenhum deputado foi eleito em primeiro escrutínio, pois, para ser eleito era preciso ter a maioria simples e esta maioria só se constituiu em segundas votações. Todos os deputados, os treze titulares e os quatro suplentes, foram eleitos em segundo escrutínio. Demorou três dias o processo de escolha desses deputados. É possível imaginar as articulações que teriam acontecido a cada etapa da eleição, a cada escrutínio. Os deputados foram eleitos um a um.

Os representantes da comarca do Serro queriam a eleição de um 14º deputado. Um documento, sem data, publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, no ano de 1899, denominado:

“Calculo hypotetico das eleições Parochiais das freg. As e Comarcas, segundo os fogos e Popul.m computada em massa no anno de 1813 a rasão de 8 pessoas p. cada Lar p. ^a se ver e prevenir a Deput.m competente”²⁶⁰,

dava à comarca do Serro o direito de eleger três deputados. Previa a eleição de quinze deputados por Minas Gerais. Esse documento, pelo que parece, teria sido preparado para servir de subsídio na decisão do tamanho da deputação mineira, e na divisão dos deputados por comarca. Tem o seguinte teor:

<u>Comarcas</u>	<u>Fogos</u>	<u>População</u>	<u>(Eleitores Paroch.as)</u>	<u>Eleitores de Comarca</u>
<u>Deputados</u>				

²⁶⁰ RAPM – 1899 – Ano IV - Documentos diversos -Recenseamento e calculos da população mineira -Página 293.

Villa Rica	9.110	72.880	45	6
<u>2</u>				
Rio das	15.890	127.120	79	12
<u>4</u>				
<u>Velhas</u>				
Rio das	20.800	163.200	104	15
<u>5</u>				
Mortes				
Serro do	13.000	104.300	65	9
<u>3</u>				
<u>Frio</u>				
Pyracatu	4.000	32.500	20	3
<u>1</u>				
Soma	62.800	500.000	313	45
<u>15</u>				

No §90 das Instruc. Es se adverte q. os 45 eleitores das Comarcas concluída a Eleição dos Deputados eleijão os 5 substitutos a rasão de 1 p.a 3: mas o exemplo opportuno da Corte do R^o. de Jan^o. a 20, e 21 de M^a. somente eleger 5 deputados, e 2 substitutos residentes em Portugal com exclusão d' Escravos; Manumiesos, e inhábeis, quiçá redusa a Deputm. Das Minas a 4 ou 5 Mandatários, etc...". (Grifo nosso).

Ao que parece, Minas Gerais teria tido 15 deputados eleitos, caso tivessem comparecido a Vila Rica os dois eleitores que se ausentaram e os três eleitores da comarca de Paracatu, que não foram eleitos. Quarenta eleitores compareceram a Vila Rica, com estes cinco ausentes, o colégio iria a 45 eleitores de província, à razão de 3 para 1, daria um total de 15 deputados. Para cada três titulares era eleito um suplente, o que daria 5 suplentes. Minas teria eleito 20 deputados se esse cálculo hipotético tivesse se realizado. Uma deputação com o tamanho de um quinto da deputação de Portugal. Entre um terço e um quarto da deputação brasileira.

O documento computa uma população suficiente para eleger um total de 15 deputados na província, mas especula a possibilidade da eleição de 4 ou 5 deputados se fossem excluídos “Escravos; Manumiesos, e inhábeis”, como especula que teria sido feito no Rio de Janeiro a 20 e 21 de março de 1821. Na verdade, esse cálculo de 4 ou 5

deputados seria correspondente apenas à representação dos cidadãos brancos, de acordo com o cálculo proposto por Varnhagem e citado na Corografia de Cunha Matos de 1834, assunto que já analisamos.

A problemática que o autor do mapa levanta para a eleição no Rio de Janeiro foge ao escopo desta dissertação e por isso não irá ser analisada mais a fundo. Porém, um simples cálculo da população do Rio de Janeiro pode servir de base para comprovar se a afirmativa é verídica. Caso não seja, há a possibilidade deste cálculo fazer parte de mais algum tipo de especulação, com a possibilidade de ser obra de D. Manoel de Portugal.

À noite, no dia 19, a sociedade ouro-pretana e provincial se reuniu no teatro. Os eleitores das comarcas estiveram presentes. Depois de eleger a deputação foram assistir à uma peça teatral.

6

A eleição da Junta Governativa.

20/09/1821

Enquanto eram eleitos os deputados constituintes em Vila Rica, nas vilas da província estavam sendo eleitos os seus representantes na eleição da Junta Governativa. Muitos já deviam estar rumando para Vila Rica a 20 de setembro, quando a Junta foi eleita. Esperava-se que a eleição fosse dia 1º de outubro. A ata que trouxe a eleição mais precoce foi a do Tejuco. Ocorreu a 12 de setembro de 1821. O ofício do Governador mandando realizar as eleições, de 27 de agosto teria sido recebido no Tejuco:

“(...) no dia 5 do presente (setembro) e no mesmo dia se dirigirão editais para os lugares mais populosos deste termo designando o dia de hoje, para em Câmara (?) se juntarem os bons do Povo, para elegerem (?) os que deverão (?) na Câmara da Capital, esse dia primeiro de Outubro, para a eleição dos Membros do Governo Provisório desta província”²⁶¹.

É interessante notar que o Tejuco era um arraial, não tinha *status* de vila, mas atuou como uma nessa ocasião, o que ilustra como uma construção política nova estava

²⁶¹ *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit.*

sendo estabelecida. Foi a segunda vitória dos tejuicanos que testemunhamos nesse processo revolucionário. Primeiro, o fim do artigo 7º do Regimento Diamantino, em seguida, este reconhecimento tácito da importância da povoação. Nessa reunião no Tejuco, uma Junta:

*“(...) Presidida pelo Conselheiro Intendente dos Diamantes”*²⁶²,

escolheu os mesmos eleitores de comarca que já estavam em Vila Rica para representá-los também nessa reunião. No dia oito, os tejuicanos prepararam a reunião do dia doze. Tornaram público o aviso régio igualmente com os Editais da Câmara De Vila Rica, convocando a população para se reunir no dia 12, quando os cidadãos reunidos expressaram-se nos seguintes termos:

*“Os cidadãos do Tejuco reunidos e presididos pelo Conselheiro Intendente Geral dos Diamantes, unanimemente concordão em cometer os seus poderes para a Criação do Governo Provisório desta província aos senhores eleitores desta comarca que ora se achão na Capital de Villa Rica para nomearem Deputados em Cortes (...)”*²⁶³.

Do texto da ata vemos expressa a sua concepção acerca da natureza do governo que se criava, e quem o criava então, os cidadãos. Os tejuicanos estão se referindo a uma concepção de Estado de natureza liberal, formado pela união das vontades de cidadãos livres e iguais, sustentado pela soberania popular, expressa através da representação. Uma concepção revolucionária, e, a mais radical que continha em todas as atas desta eleição. Campanha se referia a uma reunião do “Clero, Nobreza e Povo”. Outras vilas simplesmente não deixam transparecer nos termos empregados nas atas, a natureza do Estado que criavam.

Em todas as vilas o direito de representação parece ter sido restrito aos que tradicionalmente votavam nas antigas eleições vilarengas. Podemos vê-lo na ata de Barbacena onde fizeram a eleição:

*“com a concorrência das pessoas de distinto caracter e boas qualidades que costumam a servir em semelhantes actos”*²⁶⁴.

²⁶² Idem.

²⁶³ Coleção APM, doc. 40.

²⁶⁴ Coleção APM.

Na vila de Paracatu aconteceu uma situação única entre as comarcas mineiras. Como não haviam ocorrido as eleições de comarca para a escolha da deputação constituinte, os eleitores das cinco freguesias da comarca lá estavam reunidos, quando a 19 de setembro congregaram em comarca para participar da escolha dos representantes do termo da vila de Paracatu. Como esta era a única vila da comarca, os termos das duas, vila e comarca de Paracatu coincidiam. Esta comarca teve a sua representação escolhida pelos eleitores de comarca da outra eleição e pelos “*homens bons*” da vila.

Nessa reunião houve a tentativa de se proclamar um Governo Provisório autônomo na comarca²⁶⁵. A própria ata declara que dificilmente os três representantes escolhidos teriam chance de estar em Vila Rica para a eleição marcada para 1º de outubro. Os paracatuenses sabiam que naquele dia, 19 de setembro, em Vila Rica, estavam sendo eleitos os deputados mineiros, sem a sua anuência.

Sabiam também que ficariam de fora da escolha da Junta Governativa já que a enorme distância até Vila Rica não poderia ser vencida a tempo de seus representantes participarem da escolha do novo governo provincial. A convite da Câmara quem presidia esta reunião era o Doutor Desembargador Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca. Neste mesmo dia a dezenas de léguas dali, na capital, sem o saber, este ouvidor estava sendo eleito como o 12º deputado da província.

Como vimos o arraial do Tejuco fez sua escolha no dia 12 de setembro, São Bento do Tamanduá (Itapecerica) a 14, a 16 a vila S. Maria de Baependi e a de S. Carlos do Jacuhy, Paracatu a 19, assim como São José del Rei (Tiradentes), a 21 foi a vez de Barbacena e Minas Novas do Araçuaí, São João del Rei escolheu a 24 de setembro. Essas são todas as atas que foram encontradas pela pesquisa e fazem parte do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto do APM.

Muitas localidades teriam problemas para cumprir o prazo da eleição. Os representantes dessas localidades fizeram menção expressa desse fato nas atas. É o caso do Tejuco, de Paracatu. No caso do Tejuco a distância a ser vencida e o curto prazo que tinham os fez escolher como seus representantes os mesmos:

“(…) senhores eleitores desta comarca que ora se achão na Capital desta Villa Rica para nomearem Deputados em Cortes, não só por julgarem que sendo capazes daquela comissão, com muito maior razão o serão também desta, como porque não cabe no tempo, segundo o edital de VVSS apresentarem-se

²⁶⁵ Ana Rosa, “O caso mineiro”. *Op. Cit.*

todos na Veriação que se deve fazer no dia 12 do corrente mês nesta Villa para o Referido fim”²⁶⁶.

Uma coisa é mandar uma “parada” para a capital para avisar eleitores que lá estavam que deviam cumprir mais uma tarefa. Outra era deslocar outros representantes para Vila Rica, nem sempre isso se podia fazer com a celeridade de uma parada. Um eleitor mais velho ou pomposo não poderia, sem prejuízo da saúde, ou da honra, deslocar-se rapidamente, como a situação fazia mister.

Havia o risco, e todos o sabiam de que no dia 1º de outubro, os representantes das vilas não tivessem sido reunidos em Vila Rica. Isso poderia gerar tumultos no processo de escolha da Junta, talvez, inviabilizando-a pela terceira vez na província de Minas Gerais. Provavelmente é o que esperava D. Manoel, para o que complicou o quanto pôde o simples processo de escolha proposto por D. Pedro no aviso régio em que era servido mandar criar nessa província um Governo Provisório.

Esse foi o motivo principal que justificou a movimentação das tropas, que agindo rapidamente, sob comando de José Maria Pinto Peixoto, na madrugada de 19 para o dia 20 de setembro, reuniu os eleitores de comarca, antes que dispersassem.

Para Joaquim Felício dos Santos estes eleitores não estariam de partida de Vila Rica. Para o autor:

“Dissolvido o collegio eleitoral no dia 19, ainda devião os eleitores esperar até o dia 1º de Outubro, designado para a nomeação do governo provisório, como determinára o aviso do príncipe regente. Era-lhes bem grande sacrificio, muitos d’elles trazião de viagem mais de cem legoas por caminhos quasi intransitaveis, atravessando espessas matas, expondo sua fortuna e vida a mil perigos. Mas n’esses homens dos primeiros tempos sobejava o patriotismo”²⁶⁷.

Não acreditamos nessa hipótese. Não estaria prevista a sua participação nas eleições de primeiro de outubro, à exceção dos que ganharam comissão para isto das Câmaras de suas vilas, caso dos eleitores do Serro. Caso estivesse prevista sua participação nas eleições, os tejuicanos não estariam preocupados em avisar seus eleitores de comarca. Eles já saberiam que estariam presentes nesta segunda eleição. A

²⁶⁶ Coleção APM.

²⁶⁷ *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 359.

parada do Tejuco estava a caminho de Vila Rica para informá-los, antes que deixassem a capital. Esses eleitores, provavelmente, poderiam estar se preparando para deixar Vila Rica. Somente essa possibilidade poderia explicar a movimentação de tropas na madrugada de 20 de setembro.

Nesta ocasião:

“Pelas cinco horas da madrugada (20 de setembro) os eleitores foram despertados em suas casas por um grande estrepito de cavaleiros, que pararam em suas portas, e declararam-lhes que a tropa os convidava a apresentarem-se promptly imediatamente na casa da câmara a fim de procederem n’esse mesmo dia à nomeação do governo provisório; e protestava não abandonar a praça do palácio, onde já se achava reunida, para zelar pela segurança dos eleitores e proteger a liberdade do voto enquanto se não concluisse a nomeação dos deputados do governo”²⁶⁸.

Os insurgentes deveriam temer a partida dos eleitores de comarca, pois de acordo com as instruções mandadas pelo Príncipe, estes senhores reuniam as condições ideais e necessárias para legitimar a escolha da Junta, pois haviam representantes de quatro das cinco comarcas de Minas entre eles. Na iminência de não estarem reunidos os eleitores no dia 1º, as tropas agiram. Era necessário aproveitar aqueles representantes de quase todas as regiões da província reunidos em Vila Rica. A demora deixava aberta a porta para outra ação do Governador D. Manoel, que todos deviam perceber, estava inviabilizando aquele processo eleitoral.

“Pouco tempo depois o capitão de engenheiros Carlos Martins Penna, em nome da tropa, dirigiu aos eleitores, à câmara e ao povo uma proclamação em que manifestava suas intenções com a insurreição”²⁶⁹.

O manifesto tinha o seguinte teor:

*“Habitantes de Vila Rica,
O Bravo Regimento da Cavalaria, está postado na praça desta capital, com os seus irmãos os Mineiros; o objeto desta reunião é fazer que quanto antes esta Província goze da felicidade que lhe promete um Governo Provisório já*

²⁶⁸ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 361.

²⁶⁹ Idem.

decretado pelas Cortes Geraes Extraordinárias Constituintes da Nação, e mandado executar pelo Príncipe Regente.

O methodo que a Câmara desta Villa tem adoptado trás muita demora, pois só com muito tempo se poderá ajuntar aqui os Representantes das Câmaras de Minas Novas, Piracatu, Campanha, Pitangui; São Carlos de Jacuhi e outras; agora porém nós temos aqui a representação de toda a Provincia pelos seus Elleitores, e estes homens, cujo Zello e patriotismo vão firmar para sempre a nossa felicidade ao Soberano Congreço da nação, legislando-nos, de certo desempenharão o melhor possível a Comissão do Governo Provisorio meramente executivo, hé por isto que a Tropa se ajuntou para que estes possam livres até da suspeita de algum insulto, ou movimento, escolherem o Governo que deve fazer a nossa felicidade, enquanto as Cortes o não Decretão, deveis estar certos da honra, probidade e patriotismo delles, muito mais quando o Povo, e Tropa pede a todos os bons Cidadãos queirão comparecer, para darem o seu voto nesta grande obra, assim como deveis estar certos, de que esta Tropa jamais dará hum passo que não seja dirigido ao nosso bem, e ao da Nação, cumprindo exactamente o que mandarem as Cortes, fonte segura nossa felicidade; e já certos desta, digamos todos,

Viva a Religião

Viva a Constituição

Vivão as Cortes

Viva El Rei Constitucional e sua Real Familia, e

O Governo Provizório que se vai instalar”²⁷⁰.

Mais uma vez, em nome da segurança dos eleitores a tropa iria “garantir” uma eleição. Contra o método que se mostrava em vias de não se realizar, a tropa propunha outra eleição. Os eleitores de comarca, representantes de “toda” a província e os “bons Cidadãos” que quisessem comparecer é que escolheriam a Junta Governativa.

Dessa maneira se deu a eleição.

“Pelas nove horas da manhã, reunirão-se na casa da camara todos os eleitores das comarcas, os vereadores e os homens bons da villa, a quem

²⁷⁰ Coleção AHU, doc 051 – Cópia nº5.

competia nomear os deputados do governo provisório, não se podendo esperar a chegada dos procuradores das camaras da capitania”²⁷¹.

A ata desta eleição tem o seguinte teor:

“Aos 20 de setembro de 1821 em Villa Rica em Casa de Câmara e Paço do Conselho da Villa, a onde forão vindos o Doutor Juiz de Fora Presidente, Vereadores e Procuradores da Câmara com todos os mais Cidadãos da Província, Eleitores de todas as Comarcas da mesma para o fim de Proceder a instalação do Governo Provisório desta Província, na forma do AVISO de quatorze de Agosto do corrente anno para o que havendo deliberado esta Câmara o intelligenciar-se com todas as outras da Província para o mesmo fim, desejando o dia primeiro de outubro, ou antes sendo possível, acontece, que a Tropa desta Capital da Província, todos os bens della, Elleitores das respectivas (sic) Comarcas, que então se achavão presentes, e sendo ahi acordarão enquanto a (...)ração (?) do número dos Membros, que devião compor a Junta Provisória, que esse fosse de dez membros, incluídos o Vice Presidente e Secretário e precedendo a escrutínio foi eleito com a pluralidade de 54 votos para Presidente o Ilmo D. Manoel de Portugal e Castro, achando-se no mesmo escrutínio o Exmo Revmo Bispo de Mariana com 42 votos, e o Desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcellos com 40 votos, o qual em outro escrutíneo, o que se procedeo para Vice Presidente foi elleito com a pluralidade de 78 votos aparecendo com 12 votos o Marechal Antônio José Dias Coelho, o Exmo Bispo com 5 votos, o Doutor Vigário Geral Marcos Antônio Monteiro, até os...com 1 voto...

Elleito o Coronel João José Lopes Mendes Ribeiro com a pluralidade de 78 votos...e, ultimamente para maior brevidade do voto, que não admitia interrupção se procedeo a Eleição dos últimos oito membros que estavam por Listar, as quais recolhidas acharão se ser o Número dessas de noventa e três, e passando-se apuração forão eleitos para membros por pluralidade o Desembargador Manuel Ignácio de Mello e Souza, com 58 votos, o Tenente Coronel Francisco Lopes de Abreu, com 49 votos, o reverendo Vigário da Piranga, Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro, com 40 votos, o Reverendo Vigário José Bento Leite Ferreira de Mello, com 39 votos, o Coronel José

²⁷¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 361.

Teixeira Pacheco, com 38 votos, o Capitão-Mór José Bento Soares com 35 votos, aparecendo empatado com 32 votos o Doutor Theotônio Álvares de Oliveira Maciel, o Coronel Antônio Thomaz de Figueiredo Neves, e o Capitão-Mór Custódio José Dias, os quais entrando em novo escrutínio para desempate saiu o Doutor Theotônio Álvares (...) (ilegível)”²⁷².

No aviso régio de agosto, D. Pedro ordenou que, no ato da eleição, o Governador:

“(...) logo proporá para o Comando da Tropa aquelle Official que julgar mais idôneo, para S. A. R. o Confirmar, e qual ficará abaixo das Ordens da Junta”²⁷³.

No dia da eleição o Governador não teve tanto controle do processo quanto queria o Príncipe e:

“(...) e sendo convidada toda a Tropa, que se achava postada para igualmente com Beneméritos Cidadãos darem o seu voto sobre a eleição, esta generosamente se comprometeo naquillo, que fizesse a Câmara, e todos os Cidadãos que se achavão juntos, e logo no mesmo voto foi unanimemente Eleita com plena satisfação para o Comando da Tropa na forma do AVISO de 14 de Agosto de 1821, o Tenente Coronel José Maria Pinto Peixoto²⁷⁴”.

Porém, seu nome não seria mandado para o Rio de Janeiro para confirmação, como previa o Aviso Régio, pois no mesmo ato:

“Acordarão mais, que o Governo acabado de se instalar podesse não só deliberar o que fosse conveniente para a prosperidade da Província como por em execução a sua deliberação participando-se a S. A. R. ficando este mesmo Governo diretamente responsável às Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa”²⁷⁵.

Ou seja, a Junta Governativa mineira estaria sujeita apenas às Cortes de Lisboa, não ao Príncipe D. Pedro e à sua Regência, ao qual apenas participaram esta decisão.

²⁷² Coleção AHU.

²⁷³ Documento já citado.

²⁷⁴ Coleção AHU.

²⁷⁵ Idem.

Segundo Felício dos Santos:

*“O ex-governador propoz que se levasse ao conhecimento do príncipe regente estas deliberações para elle sancional-as. Esta proposta foi rejeitada, e approvedo o arbitrio apresentado por Carlos Martins Penna, de communicar-as ao príncipe depois de executadas”*²⁷⁶.

O sargento-mor José Maria Pinto Peixoto, filho de Minas, chegou a Vila Rica no dia 16 de agosto, tendo saído do Rio de Janeiro no dia 10. Teria sido enviado por “patriotas” como chefe para promover a instalação da Junta Governativa na província. Sua ação mudou a posição das tropas de Vila Rica. À frente delas promoveu o movimento de 20 de setembro e liderou a criação do primeiro governo eleito da história de Minas Gerais. Logo seria nomeado Brigadeiro²⁷⁷.

²⁷⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino. Op. Cit*, p. 345.

²⁷⁷ Idem, p. 359-363.

Capítulo III

Capítulo III

O 14º deputado: sua trajetória, a da Junta e a da deputação mineira.

Em ofício de 18 de setembro de 1821, o Desembargador-Ouvidor Lúcio Soares Teixeira de Gouveia relatou os tumultos que tomaram conta da vila de Paracatu naquela ocasião, quando estavam sendo eleitos os representantes da comarca que iriam

participar em Vila Rica da eleição da Junta Governativa mineira. A eleição estava marcada para o dia 1º de outubro, porém, aconteceu em 20 de setembro de 1821.

Os três representantes de Paracatu que foram escolhidos na ocasião, representariam os povos das cinco freguesias da comarca, pois os eleitores constituintes de suas freguesias participaram dessa eleição junto com os “homens bons” da vila. Ou seja, a eleição para a Junta Governativa não foi realizada apenas pelos “homens bons” da vila de Paracatu que representavam apenas sua população, o que aconteceu nas demais vilas de Minas. Os representantes foram eleitos pelos “homens bons” e também pelos eleitores de freguesia da eleição constituinte. Estes representavam as cinco freguesias da comarca.

A eleição constituinte ainda não havia sido realizada na comarca de Paracatu, motivo pelo qual se encontravam ali reunidos os eleitores constituintes de suas freguesias. Além do mais, em toda a comarca de Paracatu só havia uma vila. Portanto, os termos da vila e da comarca de Paracatu coincidiam. Os três representantes eleitos, por um e outro motivo, representavam de fato todos os povos da comarca paracatuense e não apenas os cidadãos da vila de Paracatu.

Alguns eleitores constituintes representantes das populações das freguesias da comarca estavam congregados em Paracatu desde julho, uns, desde agosto, os outros, congregados em um colégio eleitoral que realizaria a eleição constituinte na comarca. Esse colégio eleitoral constituinte foi dissolvido no dia 24 de outubro sem que houvesse acontecido a eleição comarcã. Segundo o relato do ouvidor em ofício a D. Manuel de Portugal, datado de 4 de setembro, aquela eleição não havia ainda ocorrido, pois para isso ocorrer:

*“(...) se fazia necessário que Vossa Excelência quanto antes (...) determinasse o número de Eleitores que cabia nesta Comarca”*²⁷⁸.

Em 4 de setembro, o ouvidor reclamara da demora do então Governador-General em definir o número de eleitores que em Paracatu se deveria escolher. Por isso, os eleitores de freguesia, achavam-se há quase um mês na vila, sem poder proceder a eleição.

Naquela ocasião, o clima já era tenso em Paracatu. Em 4 de setembro, faltavam doze dias para o início da eleição de província que elegeria a bancada constitucional mineira, marcada para ter início no dia 16 de setembro de 1821. O Ouvidor da comarca, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia ainda escreveu ao Governador General de Vila Rica

²⁷⁸ Coleção APM, doc. 2, 18/09/1821.

tentando uma solução para o impasse, mas as distâncias entre Paracatu e Vila Rica anulavam qualquer chance de uma comunicação eficaz²⁷⁹.

A demora preocupava o Ouvidor, pois com os ânimos exaltados, os eleitores das freguesias:

*“Já por vezes algum se tem querido auzentar, (...) os tenho resolvido a esperar, estas circunstâncias e demasia na demora da Resposta de Vossa Excellência talvez motivada por algum acaso imprevisto, me poem na dura necessidade de dirigir este a Vossa Excelência por huma parada a fim de que haja teor de norma o que devo seguir nestas circunstâncias, e o partido o mesmo que devo tomar cazo alguns Se auzentem Sem esperar pella Resolução de Vossa Exa”*²⁸⁰.

Nesse ofício de quatro de setembro, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia reclamou que cumprira o que ordenara o Governador nas Instruções para as Eleições. A ordem era para que os párocos fizessem mapas da população de suas paróquias (freguesias) e para que o Ouvidor os unisse em um “Mapa Geral da Comarca”. Esse, enviado para Vila Rica, serviria de base para determinar o número de eleitores que caberia a cada comarca²⁸¹.

De acordo com Lúcio Teixeira, tudo isso havia sido feito. O mapa da comarca foi enviado a Vila Rica, de acordo com as instruções, e em 1º de julho, o Ouvidor já rogava que o Governador-General designasse o quanto antes o número de eleitores que caberia àquela comarca de Paracatu.

Em julho, enquanto esperava esta definição, o ouvidor havia dado ordem em todas as freguesias para que:

*“(...) procedendo-se sua eleição, para que pudessem fazer a Eleição da Comarca no princípio de Agosto, tivessem os Elleitores de todas as Parochias para que procedendo-se a elleição da comarca no princípio de agosto, tivessem os Elleitores tempo de acharem-se nessa Capital no dia quinze de Setembro que Vossa Excelência me annunciou estar destinado para a Junta da Província”*²⁸².

²⁷⁹ Esse pedido a D. Manoel teria de ser levado de Paracatu a Vila Rica e caso houvesse uma solução imediata do Governador, essa teria que ser transportada de volta a Paracatu, para que se realizasse a eleição de comarca. Os eleitores escolhidos deveriam, então, rumar para Vila Rica, onde deveriam chegar antes de 16 de setembro. Não seria possível percorrer tamanha distância em tão curto intervalo.

²⁸⁰ Coleção APM, doc 2.

²⁸¹ Acreditamos que o mapa ao qual nos referimos no capítulo anterior, possa ser o mapa geral da província.

²⁸² Coleção APM, doc 2.

Assim, desde o tempo determinado achavam-se na vila os eleitores das freguesias, a cada dia mais exasperados. Em 18 de setembro, segundo Lúcio Soares, enquanto já se realizavam as eleições de província em Vila Rica, iniciadas no dia 16, os eleitores das freguesias de Paracatu:

“(...) tem formado diferentes projetos, juntaram-se ontem todos o que me motivou cuidados, e se me apresentaram requerendo-me ou que fizesse a Junta não obstante Vossa Excelência não tens (?) designado o número, ou que (?) aliás lhes desse (?) faculdade para (?) se retirarem as suas Cazas, já me custou a conte-los, nestas circunstâncias sou novamente obrigado a levar a presença de Vossa Excelência o expendido rogando a Vossa Excelência decisão sobre este objeto”²⁸³.

Nessa ocasião, aventou-se a possibilidade da instauração de uma Junta Governativa na comarca²⁸⁴. Em 18 de setembro foram escolhidos os representantes da vila de Paracatu que tomariam parte na eleição da Junta Governativa mineira, esta eleição estava marcada para ser realizada em 1º de outubro, porém, foi realizada dia 20 de setembro, logicamente, sem a presença dos representantes paracatuenses.

Ana Rosa Cloclet da Silva analisa este caso de sedição em Paracatu e propõe uma explicação: nas vilas mais distantes, de Vila Rica e do circuito Rio-Minas, teria havido uma suscetibilidade maior a soluções diferentes da adesão, pura e simples, a D. Pedro e à tradição por ele representada. A autora acredita que, nesses lugares, teria havido um esboço de autonomismo em outro nível²⁸⁵. A autora propõe que se leve em consideração, nesses locais, a ação de potentados, que também seriam responsáveis pela diversidade que comportou a formação da unidade no processo de Independência do Brasil.

O viajante João Emanuel Pohl fez a seguinte descrição de Paracatu, após uma visita feita poucos meses antes da reunião eleitoral:

“A Vila de Paracatu do Príncipe é distante 200 léguas do Rio de Janeiro. Pertence às cidades de tamanho médio do Reino e conta cerca de 700 casas, em duas ruas largas, calçadas, uma ao lado da outra. As casas, apesar

²⁸³ Coleção APM, doc3.

²⁸⁴ SILVA, Ana Rosa. “O caso mineiro”. Op. Cit.

²⁸⁵ O que observamos no Tejuco, nos capítulos anteriores, se encaixa nesta observação.

de construídas de madeira e barro, são cobertas de telhas e, com exceção de oito assobradadas, são em regra térreas.

A cidade tem várias igrejas, a maioria em mau estado. Entre os edifícios mais distintos, está a Intendência ou edifício do governo, o tribunal junto com a cadeia, diante do qual há um símbolo da justiça punitiva, semelhante ao que mencionei ao descrever Barbacena.

O clero é numeroso. Consta exclusivamente de naturais da cidade. Os sacerdotes possuem muitos bens de raiz e dedicam-se a atividades econômicas “²⁸⁶. (Grifo nosso).

O ouvidor que sucedeu a Antônio da Costa Pinto na comarca de Paracatu escreveu acerca dos habitantes da vila, em 1826:

*“Os habitantes são activos, e industriosos, sem embargo de os taxar de indolentes o Pe. Casal na sua pouco exata Corografia, (...) apesar da falta de Estabelecimentos de instrução pública, (...) São religiosos, sem mescla de superstição, obedientes a Leis, e as autoridades sem servilismo (...)”*²⁸⁷. (Grifo nosso).

Aqueles paracatuenses, que segundo o referido ouvidor, eram obedientes a leis e a autoridades, sem servilismo surpreenderam ao viajante Pohl, com seu comportamento nas sessões do Judiciário local, de acordo com o estrangeiro:

*“Um sino, na cadeia, dá o sinal da audiência no dia de despacho, ao que aparecem as partes, de manto, e tratam de suas causas. O juiz profere as suas decisões e, às vezes, é interrompido por qualquer um dos presentes (a entrada é livre para todos). Aqui nenhuma idéia se tem das formas da justiça na Europa, sua dignidade e compostura”*²⁸⁸.

²⁸⁶ POHL, João Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro, 1951. Pp. 216 – 248.

²⁸⁷ RAPM, Anno II – 1897, 75. Sobre os habitantes do julgado do Brejo Salgado o ouvidor escreveu: “(...) no meio das convulsões políticas que abalrão as duas Províncias vizinhas tem se conservado constantes na obediência as Leis e adesão ao Systema Constitucional pela convicção de ser o melhor e mais adequado a este vastíssimo Continente”, p. 76. Este julgado, o mais setentrional da comarca, pelo que se pode deduzir, teve algum tipo de “contato” com as “convulsões políticas” das províncias vizinhas.

²⁸⁸ POHL, João Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro, 1951. Pp. 216 – 248.

Se numa audiência da justiça era esse o comportamento do público, imagina-se que nas revoltas de 1821/22, levadas a cabo por elementos da aristocracia local – autoridades civis e militares, clero e potentados – tenha havido grandes “perturbações da ordem”, como a correspondência dos ouvidores Lúcio Soares Teixeira de Gouveia e Antônio da Costa Pinto, deixam transparecer.

1

Revoltas em Paracatu

A mais ativa liderança desse processo de rebeldia teria sido Francisco Antônio de Assis. Como veremos, esse era vereador da Câmara Municipal de Paracatu. Segundo informou, em correspondência de 25 de fevereiro de 1822, o novo Ouvidor da comarca, Antônio da Costa Pinto²⁸⁹, Francisco Antônio de Assis, com o apoio do seu tio, o Vigário Joaquim de Melo Franco:

*“(...) pretende governar a Terra a seu arbítrio, segundo as suas más inclinações”*²⁹⁰.

O Vigário Joaquim de Mello Franco²⁹¹ seria um potentado importante na vila e na comarca. Devido ao fato de ter a:

*“Vara de Provisor unida à qualidade do Vigário da Igreja, não reconhece Superior, julgando que tudo lhe é permitido”*²⁹²,

De acordo com o Ouvidor Antônio da Costa Pinto, que denunciou estas ações sediciosas ocorridas a 25 de fevereiro de 1822, perpetradas pelos referidos potentados, o autoritarismo de Francisco Antônio de Assis já se manifestara por ocasião da eleição do Governo Provisório mineiro, ou seja, em 18 de setembro, como se referiu o Ouvidor da

²⁸⁹ Já que o antigo, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia havia deixado o cargo para tomar assento como deputado em Lisboa

²⁹⁰ SILVA, Ana Rosa. “O caso mineiro”, p. 537. Sua fonte é: “Movimento político em Paracatu (1822)”. RAPM, ano de 1898, vol. III, pp. 288-90.

²⁹¹ O Vigário também fora ouvidor, desde 1812. Antecedeu a Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. GONZAGA, Olympio. *Memória Histórica de Paracatu*. Uberaba, 1910, vol. III, pp. 288-290. Citado em: SILVA, Ana Rosa Cloclet da. “De comunidades a Nação”. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831).

²⁹² SILVA, Ana Rosa. “O caso mineiro”, p. 537. Op. Cit. Sua fonte é: “Movimento político em Paracatu (1822)”. RAPM, ano de 1898, vol. III, pp. 288-90.

comarca, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, conforme vimos. Na ocasião, Francisco Antônio de Assis teria procurado:

*“(...) com todo o empenho logo que chegaram aqui os Eleitores Paroquiais, inquietar os seus espíritos e movê-los a que se unissem para se Criar nesta Vila um Governo Provisório, no projeto de ser ele o Presidente, e com as suas seduções e convites particulares que fazia a alguns Oficiais de Milícias, ia causando uma grande revolução que felizmente se atalhou pela falta de união”*²⁹³.

A inquietação continuara, segundo o denunciante, mesmo após ter chegado a Paracatu a nova da instalação do Governo Provisional, na ocasião:

*“(...) ainda então aquele homem inquieto se atrevia a convidar os Eleitores (...) para nova Revolução, e Criação de novo Governo independente do legítimo”*²⁹⁴.

Segundo Ana Rosa Cloclet da Silva estes movimentos sediciosos de Paracatu, “divergentes de um referencial tipicamente mineiro”, introduziriam novas referências aos estudos sobre a construção da unidade provincial no processo de independência: a influência dos potentados locais no “jogo político da independência”²⁹⁵.

A situação de Paracatu acredita a autora, trás semelhanças com os casos similares ocorridos na Bahia no mesmo processo histórico. Em algumas vilas do Alto Sertão bahiano também teria sido forte a influência dos potentados locais na formação de Juntas Rebeldes²⁹⁶. Já analisamos as profundas relações entre a comarca de Paracatu e as províncias com as quais essa fazia fronteira: Goiás e Pernambuco²⁹⁷.

Paracatu também teria fortes relações comerciais com o sertão da Bahia no comércio de sal do sertão baiano²⁹⁸. Em 1826, o Ouvidor da comarca respondendo a um

²⁹³ Ouvidor Antônio da Costa Pinto, 25 de fevereiro de 1822. SILVA, Ana Rosa. “O caso mineiro”, p. 537. Op. Cit. Sua fonte é: “Movimento político em Paracatu (1822)”. RAPM, ano de 1898, vol. III, pp. 288-90.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Silva, Ana Rosa. “O caso mineiro”. Op. Cit.

²⁹⁶ Referências citadas por Ana Rosa em “De comunidades a nação”, p. 47: FILHO, Argemiro Ribeiro de Souza. *A Guerra de Independência na Bahia: Manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caitité)*, UFBA, 2003 (Dissertação de mestrado) e MATA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

²⁹⁷ Havia um grande comércio de gado e algodão, da freguesia de Paracatu, via Picada de Goiás, até São João del Rei; de lá, via Estrada Real, esses produtos ganhavam o mercado fluminense. TEIXEIRA, Edelweiss. Op. Cit.

²⁹⁸ TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos*. Op. Cit.

questionário enviado pelo Governo Provincial disse o seguinte acerca da economia da freguesia de Paracatu:

*“Depois que a extração do Ouro se fez deffícil, e laboriosa, por não haver abundância de Canas em que hoje consiste a principal riqueza do Paiz, e que são os pinhores de sua futura prosperidade, tendo os primeiros generos, e a Sola, e os couros que fabricão, facil exportaçam por terra para diversas Províncias do Império, e sendo a agua-ardente, e o assucar que se extrahem das Canas navegados sem embaraço pelos Rios Paracatú, e São Francisco abaixo”*²⁹⁹.

Para compreender um pouco mais, acerca das personalidades, os cargos que ocupavam, e as características dessa população é de suma importância analisar a ata da eleição de 18 e 19 de setembro, realizada em Paracatu para escolher os representantes daquela vila, e comarca, na eleição da Junta Governativa de Minas Gerais. Segundo esse documento:

*“(...) na seçam de dezoito do corrente mês em Câmara, e ajuntamento da Nobreza, e Clero saíram eleitos (...)”*³⁰⁰.

É interessante notar que o “ajuntamento” foi apenas da Nobreza e Clero. Não foi feita referência à presença do “Povo”, pois, normalmente, nas atas das eleições em outras vilas da província foram feitas referências ao “Clero, Nobreza e Povo”, o que serve de parâmetro para se ter uma idéia de como era a sociedade paracatuense.

Este “povo” era formado, segundo Pohl:

*“(...) na maioria, (por) negros livres e mulatos, aqui chamados pardos (...)”*³⁰¹.

Moravam:

*“Em ambos os extremos da cidade, (...) em cabanas, cujo aspecto anuncia a forte indigência dos donos, (...) em maioria negros livres (...)”*³⁰²,

os quais, ele achou muito “cortesês”. Segundo o viajante, sua “cortesia”:

²⁹⁹ RAPM, Anno II – 1897, 75.

³⁰⁰ Coleção APM, Cx. 85. Doc 46.

³⁰¹ POHL, João Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Op. Cit.

³⁰² Idem.

*“Vai ao ponto de que, por exemplo, não passam diante da casa do capitão-mor sem logo de longe tirarem o chapéu, como na Europa se costuma fazer diante das igrejas”*³⁰³.

Ou seja, na vida social da vila pairava um grande temor reverencial aos potentados e autoridades, por parte dos populares. Ao contrário de Pohl, não enxergamos apenas “civildade” nessa atitude que descrevera, mas também uma grande submissão às autoridades, aos potentados. Essa reverência não seria sinônima, apenas, de uma população refinada³⁰⁴. Os europeus tirariam o chapéu, na Europa, para o Senhor; os paracatuenses, para seus senhores.

Continuando a análise da ata da eleição de 18 e 19 de setembro encontramos que:

*“Aos 18 dias do Mês de Setembro de mil oitocentos e vinte hum anos nesta Villa e Câmara do Paracatu do Príncipe em as Casas do Conselho (...) o Doutor Desembargador Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, Ouvidor Geral e Corregedor dessa Comarca por convite da Câmara e os Juizes Ordinários Joaquim Pimentel Barbosa, Antônio Carlos Soares de Souza, e os Vereadores Manoel Ribeiro, o Alferes Anastácio Correa Barbosa, Francisco Antônio de Assis e o Procurador José Álvares de Souza, o Estado Eclesiástico, e mais homens bons, que costumão andar na Governança desta Villa e igualmente os Elleitores das Freguesias desta Comarca, para o effeito de se proceder a Elleições da Pessoa ou Pessoas que hão de assistir a Elleição do Presidente e mais Deputados da Junta Provisória desta Província (...)”*³⁰⁵.

Nessa eleição, decidiu-se pela escolha de três representantes. Na ocasião:

*“(...) forão elleitos o Coronel Antônio da Costa Pinto³⁰⁶, com vinte e seis votos, o Sargento Mór João Pereira Diniz com vinte e oito, e Theodósio Caetano de Moraes com treze, sendo estes os três que reunirão maior número de votos (...)”*³⁰⁷.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Se em sociedade era comum estas “civildades”, contraditoriamente, pelo que descreveu Pohl, nos mais solenes dos atos públicos, os da justiça, o comportamento dos participantes era muito pouco “civilizado”.

³⁰⁵ Coleção APM, Cx. 85. Doc 46.

³⁰⁶ Como vimos, em 25 de fevereiro de 1821 este Coronel estava ocupando o cargo de Ouvidor da comarca, denunciando Francisco Antônio de Assis, que nesta ata aparece como vereador, e seu tio, o Vigário Joaquim de Melo Franco.

³⁰⁷ Idem.

Estavam presentes nessa eleição os comarcãos paracatuenses que seriam eleitos a 22 de dezembro de 1821 para representar a comarca nas Cortes de Lisboa. O titular, então eleitor da freguesia de Desemboque, o Vigário Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick e o suplente, o então vereador Francisco Antônio de Assis³⁰⁸. Esse, o sedicioso sobrinho do Vigário Joaquim de Melo Franco. Francisco Antônio sonhara ser eleito Presidente de uma província que buscara instaurar em Paracatu em diversas ocasiões, entre o final de 1821 e o início de 1822.

Ao que tudo indica, o Vigário Hermógenes e o representante eleito e futuro Ouvidor, Antônio da Costa Pinto, presentes na eleição de 18 de setembro, não seriam parceiros na sedição intentada por Francisco Antônio de Assis. Nessa data o sobrinho do potentado-Vigário Joaquim de Melo Franco, teria convidado para tomar parte em seus planos, os eleitores de freguesia:

*“O tenente José Luís da Costa Araújo Arios (...) e aos alferes José Carneiro, José Lopes, o padre Miguel de Melo Chaves e o capitão João Pereira da Costa (...)”*³⁰⁹.

Outros motivos nos levam a fazer essa suposição, de que o Vigário Hermógenes e Francisco Antônio de Assis não pertenciam ao mesmo grupo político, ou de interesses. Voltaremos a esses motivos adiante.

Podemos perceber que nessa eleição de 18 de setembro, ao que tudo indica as normas enviadas para a realização da eleição nas vilas previam que se decidisse *in loco* o número de representantes que caberia a cada uma. No caso de Paracatu:

*“(...) se decidiu a pluralidade de votos que esta Câmara visto ser a única da Comarca não devia mandar menos de três procuradores (...)”*³¹⁰.

Desta vez os paracatuenses conseguiram eleger os seus representantes para a eleição provincial, porém como na eleição constituinte ficariam excluídos, pois enquanto realizava esta eleição, a Junta era eleita em Vila Rica. Seus representantes perderam a viagem até Vila Rica. Seu retorno a Paracatu deve ter provocado tensão, embora não temos documentos que o comprovem, pois traziam a notícia de que não teriam participado da escolha da Junta Governativa provincial.

³⁰⁸ Os nomes de ambos constam das assinaturas que estão no final do documento citado.

³⁰⁹ Coleção APM. Cx 85 – doc 46.

³¹⁰ Idem.

Além disso, também deveriam ser portadores de outra notícia que importava aos comarcãos: a eleição do Ouvidor da comarca, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia para deputado às Cortes de Lisboa. Como veremos adiante, esta eleição aparenta ter provocado desconforto entre o Ouvidor e os eleitores da freguesia de Desemboque.

Em seis de outubro, a Junta Governativa Provisional de Vila Rica emitiu uma ordem mandando que o Ouvidor de Paracatu dissolvesse o colégio eleitoral da comarca³¹¹. Com esta ordem os povos das freguesias da comarca de Paracatu estariam mais uma vez lesados em seu direito de representação, desta vez, da representação constitucional mineira³¹². Como não participaram da escolha da Junta Governativa, estes comarcãos vivificaram a situação de se verem completamente excluídos das novas instituições liberais: o governo provincial e as cortes constitucionais.

A ordem para dissolver o colégio eleitoral provocou nova onda de revolta entre os eleitores das freguesias, autoridades civis e militares da Vila de Paracatu. A longa duração do colégio eleitoral, que já se estendia por quase três meses, quando o mesmo foi dissolvido pelo Ouvidor-Deputado Lúcio Teixeira, provocava grandes perdas para os eleitores que:

*“Todos os dias queixão se os mesmos Eleitores desta demora, e lamentão grandes perdas que somente nesta ocasião em que devem ao trabalho de suas Culturas”*³¹³.

D. Manoel de Portugal e Castro já como Presidente da Junta Governativa de Minas Gerais negou que tivesse culpa no atraso e na não realização das eleições de comarca em Paracatu. Em correspondência com o Ouvidor-Deputado Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, D. Manoel afirmou que recebera o:

“Officio que Vossa Mercê dirigio em data de dezoito de Setembro próximo pretérito no qual expoem os motivos que deram causa a demora das Elleições dessa Comarca, fazendo-as dependentes de que por este Governo se

³¹¹ Coleção IHGB, doc. 2. Para se ter idéia da demora da comunicação entre Vila Rica e Paracatu, a ordem de dissolução do colégio eleitoral somente chegou a Paracatu dia 24 de outubro.

³¹² Apesar de já ter sido eleita a deputação mineira, entre 16 e 19 de setembro, não temos dúvidas de que aqueles eleitores de comarca esperaram uma ordem da Junta Governativa que os autorizasse a eleger um deputado próprio, da comarca “feita em província”. O ouvidor Lúcio Soares oficiou à Junta que a ordem de seis de outubro provocou novos tumultos na vila e comarca de Paracatu. Coleção IHGB, doc. 3.

³¹³ Coleção IHGB, doc. 5. O segundo semestre nesta região é o período de preparo da terra e da semeadura das culturas. A não realização destas tarefas era a garantia de um ano sem colheitas.

(?) lhe declarasse (?) o número de Elleitores que deverião nomear-se como V. Mercê tinha pedido no seu offcio de primeiro de julho”³¹⁴,

porém, D. Manoel afirmou que:

“(...) determinando as instruções Régias de Sette (?) de Março que se lhe remeterão, a maneira de proceder-se em semelhante matéria, escuzado era que se lhe fizesse a declaração que exigia”³¹⁵.

Assim o Presidente da Junta Governativa se escusou da acusação do Ouvidor de que ficara de definir o número de eleitores daquela comarca, sem tê-lo feito. D. Manoel inverteu a acusação, responsabilizando o Ouvidor pela não realização da eleição, pois, segundo o então Presidente da Junta Governativa, não haveria motivo para que Lúcio Soares demorasse:

“(...) as Elleiçoens por hum tal motivo, com grande (prejuízo) dos Elleitores de Parochias ahi congregados para semelhante fim (...)”³¹⁶.

D. Manoel continuou o ofício afirmando que:

“(...) no dia dezesseis do mês passado se dera princípio as Elleiçoens Provinciais para serem nomeados os deputados para as Cortes e se ultimarão a dezenove do mesmo mês”³¹⁷,

afirmando, ainda que não se contemplara:

“(...) esta Comarca por não se acharem presentes no dia quinze os representantes, como se lhe havia determinado, o que não obstante nem por isso (?) semelhante falta influisse no número de Deputados, porque se nomiarão attendendo-se a população da Província, acrescendo mais que não tendo essa Câmara, digo, essa Comarca número de habitantes a que competisse hum deputado, deveria ter-se unido à do rio das Velhas conforme as Instruções; a que lhe Servirá de regra cazo de não haver possa a futura Ordem em contrário”³¹⁸.

³¹⁴ Coleção IHGB, doc 2.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem. O governador fala que teriam que ter unido ao Serro, lá tinha uma rebarba, como já vimos, e aqui uma falta. De outra feita deveriam se unir para semelhante fim.

Como a comarca não tinha população suficiente para eleger sozinha um deputado constituinte, o Presidente ordenou ao Ouvidor que:

“A vista do exposto, emmediatamente que lhe for entregue o dito ofício fará recolher a seus domicílios os Elleitores que ahi se achão, communicando lhes quanto agora se lhe participa, pois convém que elles fiquem na intelligencia de que não foi por falta de providências deste (?) Governo que elles ahi se achão, tiverão a demora que Vossa mercê expõem”³¹⁹. (Grifo nosso).

Esta negativa do Presidente da Junta Governativa, insinuando uma culpa do Ouvidor no atraso da eleição, somado ao fato de que ele havia sido eleito deputado, mesmo estando ausente de Vila Rica nos dias 16 a 19 de setembro, deve ter colocado o Ouvidor na berlinda, tanto em nível provincial quanto com as Cortes de Lisboa³²⁰, pois ia contra seu “aferro constitucional”, quanto internamente, dentro da comarca, como pudemos notar. Discutiremos esse ponto mais adiante.

Com muitas dificuldades o Ouvidor conseguiu dissolver o colégio eleitoral da comarca de Paracatu. O Vigário de Desemboque, D. Hermógenes³²¹ e o outro eleitor desta freguesia, o Capitão José Martins Marques reagiram à dissolução. Com esta dissolução, ficaram:

“(...) assim excluidos os (...) Commarções do votto activo, e (...) nas decisões gerais dos Estados da Nação e degradados dos Direitos de Cidadãos que lhes competem”³²².

Em vista desses acontecimentos, os referidos eleitores da freguesia de Desemboque solicitaram, a bem dos “Direitos de seus outorgantes” e:

“(...) ressalva dos Suplicantes, que o Ex.mo. Escrivão da ouvidoria desta Commarca lhes passe Certidão (...) o dia, mês, e anno em que os Suplicantes apresentarão nesta Vila, e seu aferro à cauza Constitucional (...)”³²³,

³¹⁹ *Idem. Assinam o documento:* “Dom Manoel de Portugal e Castro – Presidente. Antônio Thomaz de Figueiredo Nunes. Theotônio Álvares de Oliveira Maciel”.

³²⁰ Logicamente a imensa distância que separava as Cortes de Lisboa da comarca de Paracatu e a dinâmica da política no Centro-Sul do Reino do Brasil, incluindo a escolha da bancada mineira de não seguir para Lisboa impediu que este caso da eleição na comarca de Paracatu tivesse repercussão nas Cortes, mas potencialmente houve esta possibilidade, o que pode ter influenciado o Ouvidor a querer provar seu “aferro constitucional”, realizando, como o fez, a eleição tardia na comarca.

³²¹ Coleção IHGB, doc 1.

³²² *Idem.*

³²³ *Idem.*

Além do que, suplicaram ao Ouvidor-Deputado que o mesmo:

“como Autoridade Civil mais graduada da Comarca”,

deveria:

“prezidir (?), e fazer (?) a Junta Eleitoral da mesma”³²⁴.

A pedido dos eleitores das freguesias foi oficiado à Junta Governativa que os mesmos desejavam realizar sua eleição de comarca, que se reuniram por meses para esse fim, e que teriam *“afferro à causa constitucional”*, o que foi feito nos seguintes termos pelo Ouvidor:

“Bem afim Certifico e ponho por fé que os Suplicantes se apresentarão nesta Villa em princípios do mês de Agosto para a Junta Eleitoral desta Comarca, e mostrarão afferro a Causa Constitucional, e instarão ao Desembargador Ouvidor para se proceder a referida Junta Eleitoral”³²⁵.

Há muitos questionamentos que podem ser levantados acerca da eleição de Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. Por quais motivos o Ouvidor fora eleito? Seria um prêmio de consolação para a comarca por não participar desta escolha da deputação? O Ouvidor teria ajudado a atrasar a eleição para fazer a comarca “em Província” e eleger um deputado em separado, coisa que não teria direito? Ele teria pretensões de ser este deputado eleito em separado? Como os eleitores das freguesias enxergaram esta eleição do ouvidor da comarca. Teriam desconfiado do Ouvidor?

Estas desconfianças com relação ao Ouvidor e todos os motivos que levaram à exclusão dos paracatuenses da eleição provincial constituinte e da bancada que foi formada nessa eleição estão relacionados com a atuação do velho governo provincial.

Porém, a exclusão dos mesmos comarcãos da eleição da Junta provincial, ocorrida a 20 de setembro, além de se relacionar com o velho governo³²⁶, relaciona-se com a forma como foi formado o novo Governo.

³²⁴ IHGB, doc. 1. *“Senhor Desembargador Ouvidor Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. Cumpra-se e Registre-se. O Escrivão intima a todos os Eleitores que se podem retirar a seus domicílios. Paracatu. Vinte e quatro de Outubro de mil Oitocentos, e vinte hum.*

³²⁵ *Idem.* “(...) passei o presente em cumprimento do Despacho retro posto a margem da petição dos Supplicants,(...)Antônio Lopes de Oliveira, Escrivão, Paracatu, 26/10/1821”.

³²⁶ Pois D. Manoel complicara o processo eleitoral, provocando atrasos que ajudaram, junto com o adiantamento da eleição do dia 1º de outubro, a excluir os representantes da vila de Paracatu nesse processo eleitoral de escolha da Junta Governativa.

Já a eleição de D. Hermógenes, ocorrida em 22 de dezembro de 1821 está relacionada com a atuação da Junta Governativa eleita a 20 de setembro de 1821, e não somente com a atuação de D. Manoel como Governador-General.

O destino do deputado eleito que como os demais representantes mineiros, não embarcou para Lisboa, além de relacionar-se com a atuação da Junta Governativa, relaciona-se com as grandes mudanças trazidas pelos decretos de setembro. Esses provocaram uma grande reviravolta política que determinou a trajetória da deputação do Vigário Hermógenes.

Os decretos de setembro provocaram um realinhamento de forças políticas entre as Cortes de Lisboa, as Juntas Governativas do Centro-Sul do Brasil, a Regência de D. Pedro e as autoridades das vilas e comarcas mineiras. Assim para compreender o destino de D. Hermógenes, temos que nos ligar a tão complexo e dinâmico processo político se quisermos compreender como se deu a sua eleição e a frustração da iniciativa de D. Hermógenes, pois ele nunca foi a Lisboa, e nem ao menos foi reconhecido como deputado constituinte.

Porém, para compreender os motivos da permanência do Vigário D. Hermógenes no Brasil, além desta observação da “grande política” temos que fazer uma redução no objeto observado e atentar para os interesses e para o jogo político locais, interiores à comarca de Paracatu.

Para desmanchar essa trama, primeiro voltaremos à criação da Junta Governativa mineira.

2

A formação e a atuação da Junta Governativa de Minas Gerais.

Enquanto se elegia, em Vila Rica, a Junta Governativa de Minas Gerais em 20 de setembro de 1821, em Portugal aprovavam-se os decretos nº 124 e 125. Uma interessante sincronia aconteceu entre esses dois processos políticos. Em ambos intentou-se uma construção política similar: uma nação constituída por unidades equivalentes as províncias que seriam ligadas entre si, “como partes de um todo”, porém, apenas submetidas às Cortes, “ao pacto social que se elaborava em Lisboa”.

No segundo semestre de 1821, chegavam notícias de Portugal sugerindo o fortalecimento desse projeto político, que é conhecido atualmente pela moderna

historiografia como “Integracionismo”. Segundo Vera Lúcia Bittencourt, com o fortalecimento dessa proposta no segundo semestre de 1821:

*“(...) a posição de Reino para o Brasil e de capital para o Rio de Janeiro tornavam-se difíceis de sustentar e preconizavam sérias dificuldades, ainda que não consensuais, para a atuação de D. Pedro, a partir do Rio de Janeiro”*³²⁷.

Conforme Valentim Alexandre este movimento de reconhecimento das Juntas Governativas provinciais e de sua ligação direta e exclusiva às Cortes de Lisboa, comprometia a autoridade da Regência pedrina e a manutenção de tribunais, relações e outras instâncias político-jurídicas no Rio de Janeiro, assim como o governo do próprio Príncipe Regente D. Pedro³²⁸.

Talvez por este motivo, para tentar controlar uma instância de poder que lhe escapava, é que D. Pedro tentara dominar o processo de criação da Junta Governativa em Minas Gerais, o que passou a fazer em agosto de 1821, em momento que sua regência passava por dificuldades, necessitando firmar-se, além de necessitar contar com um mínimo de constitucionalidade.

D. Pedro ordenou a eleição nos seguintes termos:

*“VAR e houve por bem Ordenar, que nessa Província se crie hum Junta Provisória para a Governar pelas Leis actuais, e Bases da Constituição Portuguesa, com subordinação e obediência a S.A.R., como Regente deste Reino do Brasil, interinamente, enquanto se não põem em execução o Systhema de Governos Provinciaes, que as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa decretasse para o Brasil, o que V.S. fará constar a Câmara dessa Capital da Província para que em acto de Vereança proceda a Eleição do Presidente, e mais Deputados da dita Junta”*³²⁹.

Ou seja, D. Pedro mandou criar uma Junta Provisória que teria uma difícil missão, equilibrar-se ao mesmo tempo, nas “Leis actuais” e nas novas leis que estavam sendo feitas, o que em Minas geraria uma série de problemas, principalmente no Distrito Diamantino, em relação às restrições impostas pelas leis excepcionais e

³²⁷ Bittencourt.

³²⁸ Citado em BITTENCOURT. Op. cit, p. 131. ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Porto: Afrontamento, 1993. P. 580.

³²⁹ Coleção AHU, doc. 74B.

restritivas do Distrito (e de Minas, em geral) que se chocavam com os direitos estabelecidos na constituição jurada em todo o Reino Unido.

Esses princípios haviam sido recebidos pelas Bases da Constituição Portuguesa, que também deveriam ser respeitadas, mas como estas “bases” eram bem gerais, e a constituição, propriamente dita não estava pronta, criou-se uma situação indefinida, onde o velho sistema institucional ainda persistia, e o novo ainda não havia sido completamente estabelecido. Os habitantes do Distrito Diamantino, a Junta mineira e até o Ouvidor de Paracatu sustentaram atitudes interpretando convenientemente as leis, amparados nas possibilidades abertas por essa indefinição. Lúcio Soares Teixeira de Gouveia usou o fato da constituição não estar pronta para realizar e tentar legitimar a eleição tardia do deputado da comarca de Paracatu³³⁰.

Segundo a ordem real do Príncipe Regente que mandou realizar a eleição da Junta em Minas, além de ter que guiar-se pelas bases legais díspares já referidas (as antigas e as novas leis), a Junta teria que manter-se subordinada e obediente ao Regente do Reino do Brasil. Como vimos no mesmo documento, segundo D. Pedro, sua regência seria interina e duraria apenas até que se estabelecesse o que chamou de “*Systhema de Governos Provinciaes*”, que as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa ainda iriam decretar para o Brasil.

A criação da Junta Governativa de Minas Gerais acabou sendo um processo tumultuado. Por isso, nenhum indivíduo, poder ou grupo político conseguiu ter controle sobre o mesmo. Distante de Vila Rica, o Príncipe Regente não pôde controlar as forças em jogo. O Intendente Câmara assim se referiu à formação do primeiro governo provincial eleito de Minas Gerais:

“(...) o povo mineiro, por estes e outros justos motivos, na instalação do seu govêrno provisório, concedeu-lhe todas as attribuições, com que pudesse operar livremente e com energia a bem da causa de 800.000 habitantes da província, e quis que o seu govêrno fosse deliberativo e executivo, com toda a submissão e dependência das Cortes, e quase nenhuma do ministério do Rio de Janeiro; todavia com obediência ao Príncipe Regente, mas somente no que ordenasse a bem da província. Tal foi o motivo de seus amplos poderes”³³¹.
(Grifo nosso).

³³⁰ Coleção IHGB, doc. 9.

³³¹ SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit, p. 367.

Estão relacionadas neste trecho citado as principais características do governo criado em 20 de setembro. Em primeiro lugar, o governo criado era deliberativo e executivo, ou seja, podia “interpretar” as leis e também podia fazê-las. Era um governo que se dizia submisso e dependente das Cortes. No entanto, quando esse legislativo alterou a organização das Juntas Governativas, diminuindo os poderes ali auto distribuídos desde o momento da formação desse organismo, a Junta de Minas Gerais passou a desobedecer as Cortes e não executou os decretos lisboetas.

Em 15 de fevereiro de 1822, referindo-se aos decretos 124 e 125, o Vice-Presidente da Junta Governativa mineira leu perante o Príncipe Regente uma “representação de Minas”, de que era portador. O documento constituía uma crítica aos decretos de 29 de setembro. A representação iniciava da seguinte maneira:

“Logo que se fizeram públicos os Decretos de 29 de setembro do ano passado sobre a nova forma do Governo Provisório e da retirada de S. A. R. deste Reino do Brasil para o de Portugal (decreto 125), foi tal a comoção do Povo e Governo da Província de Minas Gerais que julgamos ter a hidra do Despotismo erguido o seu colo para os reduzir à pior estado do que aquele de que acabavam de sair, pelos atos da venturosa Regeneração Política garantida pela instalação das Cortes Gerais e Extraordinárias em Lisboa (...). Olhando pois para a nova forma dos Governos Provisórios (decreto 125) (...) observa-se à primeira vista um sistema desorganizado, dividindo-nos e estabelecendo quantas autoridades independentes umas das outras (...), sem que o Povo ache apoio em alguma para segurança individual e de propriedades, quanto mais que os Generais encarregados do Governo das Armas, novos Cônsules e Colossos do Despotismo, que suplantem sem remédio os Direitos do Cidadão, que inutilmente procurará socorro nas Cortes através de duas mil léguas, sendo talvez reduzido a pó pela força armada (...)”³³².

Enquanto ainda eram aprovados os decretos em Lisboa, os integrantes da Junta Governativa mineira decidiram, não por unanimidade, que não deviam qualquer obediência ao ministério do Rio de Janeiro e nem mesmo ao Príncipe Regente³³³.

³³² SILVA, Ana Rosa. “O caso Mineiro”, op. Cit, p. 530.

³³³ D. Manoel foi contra esta decisão. SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Op. Cit. SILVA, Wlamir, op. Cit.

A Junta Governativa foi um governo de coalizão. A maioria, segundo Estilaque Santos, teria sido formada por simpatizantes do Liberalismo, embora o velho Governador General, D. Manuel de Portugal e Castro tenha sido eleito Presidente da Junta. Os dois principais candidatos a Presidente da Junta foram autoridades ligadas ao antigo sistema político: O Governador, D. Manuel de Portugal e Castro, e o Bispo de Mariana, Frei José da Santíssima Trindade. O Governador contemporizara, revendo sua posição, aceitando a criação da Junta e compondo-a com os liberais da província. Os Liberais teriam se unido à estrutura proposta, fortalecendo-se neste processo³³⁴.

Os representantes eleitos nas vilas de Minas Gerais rumavam para Vila Rica quando a Junta foi eleita, e suas atribuições definidas. Algumas vilas nem ao menos haviam realizado sua eleição nesse momento e os integrantes da Junta Governativa eleita tiveram que buscar seu reconhecimento nas vilas da província, o que foi feito através de um comunicado no qual os membros da Junta explicavam os motivos que os levaram a eleger “apressadamente” a Junta Governativa e por meio de “representações” que as vilas deveriam enviar a Vila Rica. Posteriormente, em data indefinida, entre 23 de setembro e 1º de outubro, os camaristas de Vila Rica explicaram seu apoio à eleição de 20 de setembro. Segundo eles, embora:

*“(…) se tivesse determinado a instalação do mesmo para o dia 1º de outubro próximo futuro com tudo a urgência de circunstâncias a fizeram abreviar dando-se por esta Câmara todos os passos de providência, e socego auxiliada pela Tropa fazendo a mesma Câmara para este fim convocar aos Eleitores de todas as Comarcas, que então se achavam e todos os Cidadãos e bons da Villa a seu Termo, as quais prontamente concorrendo seguros do Justo fim para que erão convocados se ultimou sair desejada obra e assinaram”*³³⁵.

Na mesma ocasião, numa tentativa de salvaguardar-se de futuros questionamentos, já que foi a Câmara de Vila Rica a que mais esteve relacionada a esse processo de eleição da Junta, sendo os “homens bons” de seu termo, junto aos eleitores das comarcas, os legitimadores da eleição, os camaristas emitiram ordem para que:

“(…) se Requisitassem os Offícios do Governo das datas de vinte e dois e vinte e três do corrente assim como os mais officios de todas as Câmaras, que

³³⁴ SANTOS, Estilaque, op. Cit.

³³⁵ Coleção AHU, doc 105.

participação e hanssim procedido a nomeação dos que havião (...) para a Eleição do dito Governo”³³⁶.

Os camaristas de Vila Rica enviaram comunicação às vilas da província explicando os motivos da eleição e pedindo o reconhecimento do governo criado. Em geral, não se demonstra entusiasmo com a criação da Junta nos ofícios que as Câmaras Municipais enviaram a Vila Rica reconhecendo a mesma. É o caso do ofício da vila de Sabará, no qual podemos ler:

“Ilmos Srs.

Asseguramos a VVSS o recebimento do Offício de 26 de Setembro próximo passado e que fica em nossas vistas todo seu constituído. Deus Guarde a VVSS por muitos anos.

Sabará, em Câmara de 3 de outubro de 1821”³³⁷.

Em Tamanduá a notícia foi melhor recebida, porém sem um grande entusiasmo:

“O Senado da Câmara de N. S. do Tamanduá deve a satisfação da comunicação que lhe foi dada das (...) circunstâncias que prevenirão a instalação do Governo Provisional da Província (...), e tendo já anuído com toda a adesão a causa geral debitando e protestando ao Exmo Governo a sua obediência se refere a tudo isso (?) poupando aqui expressões que (?) nunca se proporcionarão ao seu contentamento agradou a VVSS a atenciosa participação”³³⁸.

Posteriormente, quando se efetivou o rompimento da Junta com as Cortes e, principalmente, com o Príncipe Regente, agravou-se o isolamento dos mineiros. Nesse momento, uma série de questionamentos foi apresentada sobre forma da criação e a própria legitimidade da Junta. De acordo com os camaristas de São João del Rei a Junta não teria legitimidade, pois fora criada em situação tal que acabou sendo:

“(...) a vontade dos Povos inconsiderada, e nulamente anunciada no dia vinte de setembro (...)”³³⁹.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Coleção APM, doc 04. 03/10/1821.

³³⁸ Coleção APM, doc 05, 19/10/1821.

³³⁹ São João del Rei, 15, abril de 1822. Fonte: *As Câmaras Municipais e a Independência*.

Outros problemas

Além de ter dificuldades em ser reconhecida como legítima pelas câmaras mineiras, a Junta Governativa teve outras dificuldades nos três primeiros meses de existência. A herança do antigo Governador-General foi uma delas, e o próprio D. Manoel, Presidente da Junta, outra.

Após algumas semanas de conflitos e de desentendimentos, em 13 de novembro de 1821, o Presidente da Junta Governativa de Minas, D. Manoel de Portugal e Castro pediu demissão de seu cargo, sendo prontamente aceito o seu pedido pelos demais integrantes da mesma. Em carta às Cortes de Lisboa, os deputados da Junta justificaram a sua aceitação do pedido de demissão de seu Presidente. Nela, os deputados fizeram uma recapitulação de toda a trajetória de D. Manoel, como Governador-General, e depois como Presidente da Junta Governativa. Os deputados haviam:

“(...) com profunda mágoa recordado os horrorosos males, que ameaçarão esta Capital, e Província desde o momento, em que os Beneméritos, e leaes Portugueses deste continente principiarão a expressar os mais ardentes desejos de imitar seus Irmãos Europeus, abraçando e cooperando com elles, para a Causa geral da Regeneração Política da Nação Portuguesa, males, e dezastres, incalculáveis que forão eminentes por halucinação, e excesso do Excelentíssimo Senhor Presidente, então Governador, e Capitão General, prottestando oppor-se a Instalação do Governo Provisional, preparando trota de cavalaria da primeira e infantaria da Segunda nos dias 19 de Agosto e 20 do mesmo, praticando os excessos protegendo as facções e partidos das classes ínfimas, molatos e negros em seu apoio”³⁴⁰.

Os deputados da Junta denunciaram as atitudes anticonstitucionais de D. Manuel de Portugal. Alegavam que o governador utilizou-se de sua relação com as classes ínfimas e das movimentações de tropas que realizou para debelar a crise e evitar a criação de uma Junta Governativa na província. Uma vez criada a Junta, a 20 de

³⁴⁰ Coleção AHU, doc 117.

setembro, contra sua vontade, através da ação de tropas rebeladas lideradas pelo Coronel José Maria Pinto Peixoto, vindo do Rio de Janeiro no dia 16 de setembro e eleito D. Manoel Presidente da mesma, não teria cessado sua ação desestabilizadora:

“Sendo com admiração e espanto percebido algumas vozes vagas de que o mesmo Excelentíssimo Senhor projetava fazer desolver o Governo Provisional depois de legalmente instalado a Votos da Província, o que parecendo inverosímil, retornou acreditável pelos frequentes discursos que o mesmo (inseria) nas Sessões já pronunciado, que elle não podia ser instalado por efeito de Decreto das Cortes de dezoito de Abril próximo, e sem Ordem de sua Alteza Real, como afirmando, que elle não podia ter as atribuições declaradas no termo da instalação, e só as de antigo Governo de qual apenas fazia diferença no número das Tenças, (...)”³⁴¹.

Segundo os deputados da Junta Governativa, D. Manuel planejava dissolver o novo Governo provincial, pois não reconhecia a legalidade de sua eleição fazendo referência ao Decreto de 18 (24) de abril para justificar essa sua opinião. No decreto, em seu artigo primeiro, lemos:

“Serão havidos como legítimos todos os Governos estabelecidos ou que se estabelecerem nos Estados Portuguezes do Ultramar (...)”³⁴².

Porém em seu epílogo prescreve:

“A ocupação violenta da Junta Governativa (...) será considerada como declaração de Guerra feita a Portugal”³⁴³.

Para D. Manoel, o que teria tornado a eleição ilegítima seria o fato de que uma revolta de tropas garantiu a escolha em 20 de setembro, contra sua vontade, em rito diferente daquele que ele recomendara e fixando uma data diferente daquela estipulada pelo Príncipe Regente, 1º de outubro. Segundo seu ponto de vista, não seria a ausência dos eleitores das vilas o que poderia invalidar o processo realizado, mas a ilegalidade da ação das tropas.

Ainda segundo os deputados da Junta, D. Manoel afirmava que o novo governo não poderia ter as atribuições declaradas no termo da instalação. Para D. Manoel,

³⁴¹ Idem.

³⁴² Coleção IHGB, doc. 09.

³⁴³ Idem.

deveriam ter sido mantidas as funções do antigo governo. A única diferença que concebia entre os dois governos era no número das “Tenças”, ou salários pagos. No antigo governo, a folha de pagamento tinha um funcionário principal e agora, previa-se a indicação de dez.

As acusações contra D. Manoel foram se tornando mais graves na representação-denúncia enviada às Cortes pelos seus colegas Deputados da Junta Governativa, segundo os quais, o Ex-Presidente chegou a:

“(...) proferir palavras de vingança, terror, e ameaça na Sessão”³⁴⁴.

D. Manoel também teria ameaçado, em plena sessão o “Comandante da Tropa e Brigadeiro José Maria Pinto Peixoto”³⁴⁵:

“Dizendo que este Comandante e outros lhe havião de pagar, de que se lhe pedia no dia seguinte declaração e suppondo, responder-se não tivera animo tal, sem atenção de offender a alguém”³⁴⁶.

Ou seja, não demonstrou arrependimento de seu ato, no dia seguinte e nem se importou em ofendê-los, reafirmando sua ameaça contra o Comandante da Tropa e Brigadeiro José Maria Pinto Peixoto. Da denúncia de uma ameaça, a representação-denúncia passa ao relato de uma tentativa de assassinato de um dos membros da Junta, na qual o Ex-Presidente e pessoas ligadas a ele estiveram envolvidos. Segundo o relato, D. Manoel:

“(...) corroborou com a participação que se acha porventura do atentado contra a vida do Senhor Deputado Secretário de Governo, facto bastante divulgado e concordante com as anteriores ideas e (...) maiormente sendo (acusa)do de assacínio hum seu familiar (...)”³⁴⁷.

Em nove de novembro, o Secretário de Governo, João José Lopes Mendes Ribeiro, tendo sido avisado de atentado contra sua vida pelo próprio mandatário, exigiu que o então Presidente da Junta assinasse um termo de “segurança de vida” para a garantia do Secretário-Deputado, conforme preveria a lei. O referido Secretário teria sido ameaçado, de acordo com depoimentos dos demais deputados, pois isso ocorreu em público, nas sessões de 15 e 16 de outubro e, novamente, na época do pedido de

³⁴⁴ Coleção AHU, doc 117.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Idem.

garantia de vida de João José, diante da apresentação de “cartas” nas quais se vêem o pedido; e a denúncia, além do pedido para que fossem registradas no “Livro das Atas do Governo”.

Esta foi uma denúncia gravíssima e que punha em risco a ordem pública, visto a influência de D. Manoel de Portugal e as condições em que se encontrava a situação política e social na convulsionada província. Por essas e outras:

“(…) indicações as quais sobejamente convencem de ter o Excelentíssimo Senhor Presidente ainda as mesmas intenções oppositoras ao Systema Constitucional que podem produzir as (horrendas) consequências da Anarchia, e gravíssimos danos que infelizmente se vio soffrer a Província de Pernambuco por semelhante causas”³⁴⁸.

Assim sendo:

“E por quanto nas arriscadas e urgentes circunstâncias em que se acha a tranquilidade, e segurança pública da Província, não seja possível adaptar outras medidas eficazes a prevenir o mal, do que o livrar-se da causa do mesmo o Governo Provisional, em exercício do poder, que a voto dos povos lhe conferiu³⁴⁹ determinou aceitar a Demissão que pediu o mesmo Excellentíssimo Senhor Presidente em data de hoje”³⁵⁰.

Aceita a demissão de D. Manuel restava encaminhar a denúncia grave para a justiça e então aparecia um outro problema. Para qual justiça? Para a das Cortes no distante Reino de Portugal? Enviá-lo ao Príncipe Regente, cuja autoridade não reconheciam? Ou fariam eles mesmo justiça? Enviá-lo ao Príncipe Regente do qual não reconheciam a autoridade? Eram todas opções ruins. Os deputados nem mesmo quiseram que o caso tivesse publicidade, por isso, sustaram as:

“(…) diligências requeridas por hum e outro, evitando o escândalo, e emoções, que poderão seguir-se de seos processos, guardando-se em cautelas os Requerimentos apresentados e na Secretaria do Governo não separando

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Questionamos o quanto o voto dos povos subsidiara este governo.

³⁵⁰ Coleção AHU, doc. 117.

Certidão a Pessoa alguma sem despacho, ou determinação expressa desse mesmo Governo para constar mandarão fazer o presente, que assignão”³⁵¹.

Em mais um documento datado de 10 de dezembro, os membros da Junta justificam que a demissão foi aceita por causa das:

“(...) doutrinas que espalhou (...) e para fazer prevenir qualquer falsa interpretação com que se (possa?) (...) Macular a conduta do Governo”³⁵².

Segundo outro documento da Junta, igualmente enviado às Cortes de Lisboa, acerca do mesmo episódio, os deputados da Junta afirmam que mesmo se D. Manuel não tivesse pedido demissão, eles o teriam demitido para dar uma resposta à indignação daqueles habitantes que o reconheciam anticonstitucional, por todos esses motivos, os deputados da Junta estavam certos do:

“(...) quanto era bastante para que o Ex-Governador fosse excluído da Presidência, ainda quando não pedisse sua demissão”³⁵³.

Sem a presença de D. Manuel de Portugal e Castro na Junta Governativa, teve início um segundo momento do primeiro governo eleito da história de Minas Gerais. Era a primeira vez que mineiros governavam de fato a sua província. Já no primeiro dia desse novo governo, D. Manuel, já como Ex-Presidente, parece ter tido a chance de dificultar um pouco mais a vida de seus ex-companheiros de Junta Governativa.

Um dia após a demissão de D. Manuel, depois de algumas semanas de espera em Vila Rica, apresentou-se diante da Junta, em plena sessão:

“(...) o Bacharel João Ferreira Sarmiento Pimentel para lhe serem cumpridas pelo Governo Provisional da Província de MG as duas provisões de que vinha Munido para tomar Posse do Lugar de Ouvidor, e Provedor da comarca do Rio das Velhas, para que fora despachado por Decreto do Príncipe Real de treze de Maio do Corrente Anno deixou de verificar-se a dita posse por estar ainda provido, aquelle lugar até Março do futuro Anno de mil oitocentos e vinte dous, como porém estivesse vago o de Ouvidor da Comarca de Piracatu do Príncipe, por haver sido eleito Deputado das Cortes Lúcio Soares Teixeira

³⁵¹ Idem.

³⁵² Coleção AHU, doc. 120.

³⁵³ Idem, doc. 121.

de Gouveias, que já se mandou recolher para partir para Lisboa, e sendo de absoluta necessidade prover aquele lugar provisoriamente, O Governo tomou a deliberação de nomear (...) o mesmo sobredito(...)" ³⁵⁴.

O lugar de Ouvidor da comarca do Rio das Velhas pertencia a ninguém, menos do que ao Vice Presidente da Junta Governativa de Minas Gerais, Vasconcellos. A Junta Governativa, como foi visto, não deu cumprimento à ordem de D. Pedro, indicando Sarmento para a vaga que estava sendo aberta em Paracatu com a saída de seu Ouvidor, eleito deputado, e que já recebera ordem da Junta para se aprontar para partir para Lisboa.

A atitude da Junta Governativa de indicar Sarmento para o ouvidoria de Paracatu pode de alguma maneira ter influenciado a decisão do seu Ouvidor-Deputado, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, que daí a onze dias, a 25 de novembro, marcou a reunião dos eleitores da comarca e vila. Porém antes de voltar a essa eleição de Paracatu, primeiramente focalizaremos a disputa pela comarca do Rio das Velhas.

Os deputados da Junta Governativa argumentaram que não deixariam o Bacharel João Ferreira Sarmento Pimentel tomar posse do lugar de Ouvidor da comarca do Rio das Velhas, por que:

“(...) o Lugar de Ouvidor da dita Comarca não se acha ainda vago, e se o actualmente provido he impedido no exercício de Vice Presidente onde Governa (?) pode acabar o impedimento antes de acabar o tempo da Serventia do dito Lugar” ³⁵⁵.

Ou seja, o governo interino da província, a Junta Governativa, da qual o titular da ouvidoria do Rio das Velhas era Vice-Presidente, poderia terminar antes que tivesse fim, o prazo de sua designação para o cargo de Ouvidor. Ou seja, o cargo de Ouvidor de Sabará, segundo essa linha interpretativa, não estaria vago. Porém, ao contrário dessa, a ouvidoria de Paracatu estava para ficar vaga, pois seu titular, eleito deputado às Cortes, já:

“(...) fora mandado retirar na forma das Reais Ordens, ficando aquela extensa Comarca sem Ministro de Letras, tanto mais necessário, quanto mais he distante desta Capital, e a onde a falta de Ministro letrado será muito

³⁵⁴ Coleção AHU, docs. 095 a 098.

³⁵⁵ Idem.

prejudicial aos interesses dos particulares, e suas actuais circunstâncias aos da Causa Pública e boa administração das suas rendas maiormente, por ser lugar limítrofe com as Províncias de Goiás e São Paulo” ³⁵⁶;

Por todos esses motivos e:

“(…) attendendo as imperiosas (?) circunstâncias de urgente necessidade, por unanimidade de votos se determinou empregar interinamente no Lugar de Ouvidor, Provedor e mais (...) da Comarca de Piracatu ao mencionado Bacharel João Ferreira Sarmento Pimentel pelo tempo de três annos e o mais que decorrer (?) enquanto Sua Magestade, e as Cortes Gerais, Constituintes da Nação Portuguesa a Quem se vai parte não determinarem o contrário(…)” ³⁵⁷.

O novo governo de Minas Gerais exercia seu poder sobre todas as matérias e questões que tinham que ser resolvidas na província. Além disso, tinha controle *de fato* de tropas postadas em Vila Rica, sendo que logo criaria um “Corpo de Caçadores” próprio, sob comando direto da Junta. Esse mesmo governo, pelo que podemos perceber, também pretendia manter controle sobre as autoridades do Judiciário.

Segundo os deputados da Junta Governativa, o bacharel Sarmento aceitara o cargo em Paracatu, para depois de se reunir com D. Manoel e recusá-lo, tendo feito esta declaração diante do Príncipe Regente.

Essa pode ter sido uma forma que o Príncipe Regente teria encontrado para desmanchar parte do poder de Junta? Ou seria apenas uma perseguição a um rival ou desafeto, no caso, o Vice-Presidente Vasconcellos? O Bacharel Sarmento fora provisionado para o cargo desde 13 de maio. Por qual motivo o Príncipe desejara retirar do Cargo o Ouvidor de Sabará? Por que demorou tanto a tentar fazê-lo? O Vice-Presidente da Junta seria um dos mais influentes liberais da província e, após a demissão de D. Manuel, a maior autoridade de uma Junta Governativa que obstava a autoridade da Regência pedrina.

³⁵⁶ Idem. A afirmativa de que a região seria limítrofe a São Paulo e Goiás é interessante para os fins da pesquisa, pois dá a entender que havia algum risco na ausência de “ministro Letrado” nesta parte da província. Ambas eram províncias com problemas de fronteira com Minas Gerais.

³⁵⁷ Idem.

O bacharel indicado para o cargo de Ouvidor de Sabará, Sarmento, em 16 de novembro de 1821, diante Deputado da Junta, João José anunciou em tom ríspido:

*“(...) tenho a honra de devolver a Vossa Senhoria a Portaria por que fui nomeado Ouvidor da Comarca de Piracatu, na forma que de mim se exige, esperando da bondade de V. S., o faça afim constar ao Mesmo Governo, a Quem novamente suplico a entrega dos títulos que apresentei de Ouvidor da Comarca de Sabará, a qual poderá verificar-se em mão de quem apresentar para esse efeito, procuração minha, pois que enfadado já, com demora de vinte e tantos dias nesta Terra, de esperar pelas Decisões do Governo Provisional, eu quizera fosse esta a última graça a dever-lhe”*³⁵⁸.

4

O Ouvidor de Paracatu e a eleição de D. Hermógenes.

Apesar de ter dissolvido o colégio eleitoral de Paracatu, no final de outubro, cerca de um mês depois, o Ouvidor Lúcio Soares Teixeira anuiu ao pedido feito pelos eleitores da freguesia de Desemboque, entre eles, D. Hermógenes, para que se fizesse a eleição da comarca de Paracatu, “tomada como província”. Para este fim, o Ouvidor reconvocou o colégio eleitoral da comarca, marcando a sua reunião para o dia 15 de janeiro de 1822. Porém esse se reuniu, “repentinamente”, antes do prazo estipulado, a 20 de dezembro, quando foi, enfim realizada a eleição na comarca de Paracatu. A agitação política que tomava conta do Rio de Janeiro e de Vila Rica após a chegada oficial e divulgação dos “decretos de setembro”, ocorrida em princípio de dezembro na capital do Reino do Brasil, pode ser sido o motivo desse “adiantamento” da eleição em Paracatu³⁵⁹.

³⁵⁸ Coleção AHU, doc. 98.

³⁵⁹ O próprio Hermógenes não participara desta eleição, como se pode perceber em documento de 29/12/1821. Provavelmente apenas os eleitores presentes em Paracatu a 20 de dezembro, e, quem sabe, os ‘homens bons’ da vila devem ter tomado parte nesta eleição “repentina”. Os documentos que temos que temos são todos cópias, provavelmente devem ser aquelas que D. Hermógenes mandara fazer, às quais já nos referimos anteriormente. A ata da eleição, propriamente dita, não estava junto aos demais documentos no IHGB, por isso não temos o nome dos eleitores que tomaram parte nessa eleição. D. Hermógenes, ao quer tudo indica, não conseguiu a cópia da ata de sua eleição, um grande motivo para não ter partido para Lisboa, além dos outros que os demais deputados mineiros tiveram.

Em 25 de novembro de 1821, o Ouvidor-Deputado Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, apresentou uma proposta ao “Clero, Nobreza e Povo” da vila, através de sua Câmara Municipal, que foi aceita, para que se houvesse:

“(…) nesta Villa a Elleição de hum Deputado que vá no Soberano congresso Representar esta Comarca visto que ella não (tomara?) parte na Eleição de Província: Certo no Constante aferro dos Povos desta Comarca tem mostrado a Sagrada Causa Constitucional”³⁶⁰.

O Ouvidor teria muitos motivos para mudar de opinião e realizar essa eleição em Paracatu. Lúcio Soares Teixeira pode ter se agastado com D. Manuel que o acusou de incompetência, se não de má fé. O Ouvidor-Deputado também pode ter cedido à pressões dos potentados da vila de Paracatu, ou dos eleitores de comarca. Ou pode não ter gostado da forma como a Junta Governativa estava procedendo, indicando um substituto para seu cargo antes que Lúcio Soares tivesse deixado, por si só, o cargo. A viagem a Portugal para representar a província nas Cortes era um sacrifício custoso que nem todos estavam dispostos a enfrentar. Além do que Lúcio Soares não participara da própria eleição e talvez nem quisesse a difícil incumbência.

Por um ou outro motivo, ou por uma conjugação deles, ele mudara de opinião quanto à realização de uma eleição em separado na comarca de Paracatu, tomada em Província. Lúcio Soares Teixeira pode ter se convencido da justeza do argumento utilizado por D. Hermógenes quando este, a 26 de outubro o “aconselhou” a presidir o referido colégio eleitoral. A 25 de novembro o Ouvidor usou a mesma argumentação que D. Hermógenes usara na ocasião em que pediu a realização da eleição:

“(…) na certa inteligência de que esta Comarca (?) tem reclamado os seus mais Sagrados direitos: Direitos garantidos pella Sabedoria, (...) das Cortes”³⁶¹.

E continuou na argumentação, afirmando que agia em defesa do:

“Sagrado Direito de Representação Nacional de que fomos privados”³⁶².

Sendo assim a eleição foi marcada para o dia 15 de janeiro de 1822. Era importante, ainda que ficasse claro o:

³⁶⁰ Coleção IHGB, docs. 17 a 23.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Idem.

“(...) constante aferro a Sagrada Causa Constitucional que elles se Prestavão (...) de modo que se não negaram a mais esse Sacrificio para ultimação de sua Cauza em que tanto Se interessa a Reputação desta Comarca”.

Ou seja, a falta da realização daquela eleição com a decorrente ausência da participação dos povos da comarca nas decisões que estavam mudando a estrutura política de todo o Reino Unido de Portugal e Brasil, ameaçava a reputação de toda a população da comarca que segundo esse argumento do Ouvidor, poderia ser tida como anticonstitucional.

A eleição foi marcada nos seguintes termos:

“O Desembargador e Ouvidor desta Comarca Lúcio Soares Teixeira de Gouveia (...) o presidente (...) da Câmara Joaquim Pimentel Barbosa, Eleitores desta Parochia, Estado Eclesiástico Militar, Nobreza e Povo (...) a vista do Decreto das Cortes de 18 de Abril e o Artigo 47 da Constituição (...) as Cortes da Nação Representar esta Comarca, visto que fora poluída³⁶³ (?) a Elleição da Província por se não achar no dia 15 de Setembro em Villa Rica os seus Elleitores como se havia determinado; (...) sendo lhes pelo dito Desembargador – Ouvidor (...) que sejam convocados os eleitores das Parochias e que se achem aqui até o dia 15”³⁶⁴. (Grifos nossos).

Nesse documento o Ouvidor dirigiu-se aos “Eleitores desta Parochia, Estado Eclesiástico Militar, Nobreza e Povo”, usando uma fórmula complexa para expressar a composição social da sociedade política da comarca de Paracatu. Dessa vez, além dos eleitores de paróquia de quem não podia, obviamente deixar de fazer referência, o Ouvidor fez menção expressa ao “Estado Militar”, em verdade, “Eclesiástico Militar”, e ao “Povo”, aos quais não teriam feito referência anteriormente. A diferença entre as expressões que usara nos meses anteriores e nesta feita, dá a entender que novos elementos políticos emergiram na luta política na comarca e que a situação política cambiara rapidamente, em alguns meses para um quadro onde outros setores sociais teriam emergido. Na mesma ocasião, em outro documento, o Ouvidor se dirige aos:

³⁶³ Somente os representantes de Paracatu e Serro consideraram a eleição dos deputados “poluída”, já a eleição da Junta Governativa foi considerada poluída por uma infinidade de vilas. CMI.

³⁶⁴ Coleção IHGB, docs. 17 a 23. A eleição foi marcada em 25 de novembro de 1821, para se realizar em 15/01/1822.

“Eclesiásticos e Militares, Nobreza e Povo”³⁶⁵.

Mais uma vez para anunciar que os moradores dessa:

“(...) comarca (...) não tem os seus (?) legítimos Representantes que irão tomar parte na Representação Nacional da Província”³⁶⁶.

Segundo o ouvidor, todos haviam sido testemunhas do “*Ressentimento geral*” quando foi nomeado o Governo Provisional. Aproveitando a oportunidade, Lúcio Soares Teixeira defendeu-se das insinuações de D. Manoel de Portugal:

“Eleitores de Paróchia; (...) inteirados dos motivos que demorarão a Eleição desta Comarca (...) vos serão patentes os registros dos ofícios que dirigi ao Governo desta Província(...) fazendo vós justiça a sua (?) conduta gerada sempre pela moderação e boa fé instado (?) a tempo que tendo tido a honra de presidir a Esta Comarca; estareis Convencidos(...), não prosedeo de omissão minha esta falta (...) agora como Sabeis (...)”³⁶⁷.

O Decreto de 18 de abril (publicado a 24 do mesmo) previa situações como a da comarca de Paracatu. Previa a forma como deveria ser feita a eleição nas comarcas distantes das províncias maiores. Porém havia um problema legal que ameaçava a realização da eleição na comarca, ou o seu reconhecimento posterior:

“He (...) que a População desta Comarca talvez pela inexatidão dos mapas não dê (...) a trinta mil habitantes (...), que motivou a deliberação do Governo Provisional (...)”³⁶⁸,

porém para esta deficiência o Ouvidor tinha uma solução. Basear a eleição no:

“(...) artigo 33 da constituição (...) Sabedoria das Cortes (...) todos os cidadãos tendo voto na Representação Nacional não podendo mais (...) tão Sábia e Justa deliberação ficando excluída da Representação Nacional uma Comarca inteira. Eis aqui V.S.S. o motivo que me obrigou a convocar-vos; Eu estou inteiramente convencido de que devemos nomear p/ esta Comarca hum

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Coleção IHGB, docs. 17 a 23.

Deputado pois que deste artigo prescindimos os desejos da Nação (...) pelo órgão dos seus Sábios Deputados Reunidos.

(...) pois que não tendo (...) hum Eleitor desta Comarca não fomos nella Representados e não podemos ser privados do Direito que nos dá o Artigo 33 da Constituição (...).

São estes Senhores (?) em Suma os motivos que me obrigão a propor-vos que se tome a Resolução de nomiar-se hum Deputado; que desta Resolução se dê parte mui circunstanciada ao Soberano Congresso que ao Depois se participe tão bem a Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil ultimamente ao Governo Provisional desta Província (...)” ³⁶⁹.

A reunião do colégio eleitoral que elegeu D. Hermógenes como Deputado constituinte pela comarca de Paracatu na verdade pode ter sido mais um “ajuntamento eleitoral” ³⁷⁰ do que uma eleição constitucional ³⁷¹. A eleição aconteceu entre os dias 20 e 22 de dezembro de 1821, às vésperas da partida da deputação mineira para o Rio de Janeiro, de onde os deputados embarcariam para Lisboa.

Na ocasião, o Ouvidor-Deputado Lúcio Teixeira já recebera ordem da Junta Governativa provincial para partir para Lisboa, e esse pode ter sido o motivo do adiantamento da eleição. Lúcio Soares pode ter desejado fazê-la antes de sua partida para Lisboa, até porque o deputado que seria eleito, também teria que ultimar seus preparativos se quisesse acompanhar os seus colegas da bancada provincial de Minas Gerais na viagem à Europa³⁷².

A eleição foi marcada em 25 de novembro por iniciativa do Ouvidor-Deputado Lúcio Teixeira, sem a autorização prévia da Junta Governativa mineira. A Câmara Municipal da vila de Paracatu foi o órgão que recebeu e deu consecução a essa iniciativa da ouvidoria da comarca.

A eleição do deputado da comarca de Paracatu fora marcada para a distante data de 15 de janeiro, no entanto acabou sendo realizada antes do previsto, provavelmente

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Parece que esta reunião acabou sendo incorporada pela Câmara Municipal, realizando-se na forma de um ajuntamento de diversos setores sociais, não só de eleitores de comarca.

³⁷¹ Estamos nos referindo a uma eleição constitucional nos moldes da que previa a lei eleitoral que foi aplicada às demais comarcas da província.

³⁷² Há outra possibilidade: Uma vez em Lisboa, Lúcio Teixeira poderia ser acusado de não ter “aferro ao constitucionalismo”. Na série de acusações e desconfianças que cercaram a eleição na comarca, o Ouvidor-Deputado poderia ter recebido uma imputação de culpa de algum oponente. Talvez Lúcio Soares pensasse que a eleição do deputado comarcão o livraria desta pecha.

por motivos que diziam respeito mais às questões internas à província de Minas, à comarca de Paracatu e a seu ouvidor.

Já os motivos que levaram à permanência de D. Hermógenes, assim como dos outros deputados mineiros no Brasil, além dos problemas regionais e locais, se devem a outras mudanças que tem a ver com toda a monarquia luso-brasileira.

Entre o dia 25 de novembro, quando foi marcada a eleição de Paracatu e o dia 15 de janeiro, quando essa seria realizada, teve início uma profunda re-hierarquização nas relações entre as Cortes de Lisboa, a Regência de D. Pedro, as diversas Juntas Governativas do Reino do Brasil, elites regionais, tropas e povo³⁷³. Essa re-hierarquização se deveu principalmente a chegada e divulgação, no Brasil, dos dois “decretos de setembro”, o de número 124, que determinava um “sistema provincial” para as províncias do Brasil e o decreto 125 que determinou o retorno de S. A. R. o Príncipe Regente para a Europa.

Além dos motivos gerais que levaram toda a bancada mineira a permanecer no Brasil, D. Hermógenes teve a oposição de parte da aristocracia de Paracatu, que obistou a liberação de verbas da Câmara Municipal da vila para que pudesse partir para Lisboa, uma vez que a sua eleição como não foi reconhecida pela Junta de Minas, não contou com os recursos da província, como previa a lei.

5

D. Hermógenes, sua região e seu tempo.

D. Hermógenes era um vigário-potentado. Exerceu todas as atividades sociais, políticas e econômicas que os potentado laicos exerciam em seu tempo. Era um rico fazendeiro, ocupara vários cargos públicos, laicos (civis e militares) e religiosos. Era advogado provisionado³⁷⁴ e professor. Foi um dos maiores vultos políticos da história da atual região do Triângulo Mineiro³⁷⁵. Foi um sacerdote do seu tempo e do seu espaço. Naquela época não era incomum que os sacerdotes tivessem família e que tivessem

³⁷³ Acreditamos que este processo de profundas re-hierarquizações também tenha ocorrido entre as regiões da província de Minas Gerais, assim como entre essas e as esferas de poder às quais acabamos de nos referir, as Cortes, a Regência de D. Pedro e a Junta Governativa mineira reordenando, entre outras coisas, a percepção acerca do que seria centro e do que seria periferia.

³⁷⁴ Coleção IHGB. Desde 1812.

franca participação na vida política e econômica³⁷⁶. D. Hermógenes, que teve extensa prole, foi o pai do Barão de Ponte Alta³⁷⁷.

D. Hermógenes era senhor de terras nas proximidades do arraial de Desemboque, porém disputava sesmarias mais a Oeste, na atual região do Pontal do Triângulo Mineiro. Na época a região era uma importante frente agrícola. Além das terras da região, D. Hermógenes disputava também o controle da fundação de novas paróquias, principalmente pelo fato de que elas representavam a criação, provavelmente, de novas freguesias, o que diminuiria muito a sua capacidade de influir nos interesses que, certamente, tinha em vista: mão de obra, terras, cargos e impostos.

O Vigário de Desemboque tinha o controle da jurisdição eclesiástica de toda a região compreendida entre os rios Grande e Paranaíba, até o ano de 1820, quando foi criada a freguesia de Uberaba, o que retirou de sua jurisdição todo o Oeste do atual Triângulo Mineiro. O vigário disputava também contratos de impostos e, possivelmente o controle sobre a mão de obra indígena aldeada.

Para conhecer os interesses e disputas com os quais D. Hermógenes estaria envolvido em 1821, quando foi eleito deputado, tivemos que conhecer, em linhas gerais, como se deu a conquista e colonização da freguesia o qual o vigário de Desemboque teria sido um grande potentado. Na época a região de Desemboque era uma periferia da sociedade luso-americana. A conquista e colonização da região teria se dado dentro dos moldes de um movimento de expansão territorial que desde o final do século XVII estaria em curso no Centro-Sul do Brasil. D. Hermógenes teria sido um pároco-potentado inserido:

“(...) numa sociedade que, para além de seu sentido comercial e de suas relações escravistas, pautou-se em valores e práticas de Antigo Regime”³⁷⁸.

³⁷⁵ Este Cônego foi um importante potentado local, foi pároco do Desemboque de 12 de abril de 1814 a 26 de dezembro de 1861, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro do Serro do Frio, bispado de Mariana, recebeu as ordens de presbítero em São Paulo, no dia de setembro de 1809, para muitas legislaturas foi eleito deputado às Assembléias Provinciais Mineiras. Em 1856, “vigorando a lei política da conciliação com grandes círculos, ocupou uma cadeira na Assembléia Geral Legislativa”(…), Tendo sido eleito deputado às Cortes que se reuniram em Lisboa, não chegou a ir tomar assento Por ter-se declarado, logo após, a Independência do Brasil”. In: Borges Sampaio, Antônio. ‘Cônego Hermógenes – Breve notícia sobre o Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick, Vigário de Desemboque’, Uberaba: *História, Fatos e Homens*. Op. cit., pp. 231-238.

³⁷⁶ WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987. GRAHAM, Richard. *Op. Cit.* Era comum, especialmente para os sacerdotes de sua região terem mulheres, que chamavam de “comadres”. Eschwege. *Op. Cit.*

³⁷⁷ Sua mãe era nascida na vila de Paracatu. Hermógenes teria tido, só com sua “comadre”, dez filhos. O Brão de Ponte Alta era filho natural de D. Ludovina Clara dos Santos, nasceu em Desemboque, no dia 16 de maio de 1816 – morreu em Uberaba, em 25 de setembro de 1903. SAMPAIO. *Op. Cit.*, p. 266.

³⁷⁸ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política de Antigo Regime. Revista almanack brasileiro, N. 02,

O sistema que caracterizava o Antigo Regime em Portugal, e nas capitanias do Brasil teria assumido a forma de “mercês reais, de doações e mercês régias, concessão de direitos monopolistas, concessão de privilégios a indivíduos e grupos corporativos e isenções a outros setores”³⁷⁹.

A expansão colonial gerara:

“(...) excepcionais recursos, em fontes de rendimento e em ofícios, fornecidos pela expansão colonial africana e asiática”³⁸⁰.

Somente mais tarde é que esse processo de expansão chegou às terras americanas, essa:

“(...) expansão permitia à Coroa, além de dispor de recursos, ordenar, a distribuição destes ofícios e destas fontes de rendimento, ordenando, desta maneira, espaços e Homens hierarquicamente, comandando-os à partir de Lisboa”³⁸¹.

Teria sido:

“(...) com base na expansão, nos rendimentos que ela produzia, nas terras que ela abria a um enquadramento político e militar, nos empreendimentos organizativos e administrativos que ela possibilitava, a coroa podia produzir novas formas de remunerar e de organizar”³⁸².

Como já discutimos, o sistema que caracterizava o Antigo Regime em Portugal, e nas capitanias do Brasil, teria assumido a forma de:

“(...) mercês reais, de doações e mercês régias, concessão de direitos monopolistas, concessão de privilégios a indivíduos e grupos corporativos e isenções a outros setores”³⁸³.

Nos documentos sobre as disputas no Sertão da Farinha Podre sempre são feitas referências a trajetórias administrativas de indivíduos, grupos sociais e territórios.

novembro de 2005.

³⁷⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Revista almanack brasileiro, N. 02, novembro de 2005.

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ IDEM. Após 1808 a expansão continuara, porém, como veremos nos documentos, comandada a partir do Rio de Janeiro.

³⁸² HESPAÑA. *Op. Cit.* p. 496.

³⁸³ Idem.

Elencam-se nestes documentos, monopólios, privilégios, hierarquias e direitos. Estes, na região estudada, eram constantes objetos de disputas entre potentados, grupos sociais, funcionários e governadores das capitanias.

Territórios, grupos e indivíduos, teriam sido hierarquizados, e re-hierarquizados, da mesma maneira que os serviços que eles prestavam, em espirais de poder e de *status* que eram a garantia, a partir das diferentes localidades, da coesão do Império³⁸⁴. Para a região estudada eram importantes localidades de diferentes tamanho, importância e *status* político, tais como a cidade do Rio de Janeiro, vilas, como Vila Rica, Vila Boa, Paracatu, Tamanduá, São João e São José del Rey, arraiais, como o Desemboque, Araxá, além de capelas, com seus pequenos núcleos de povoação, como Uberaba.

Nos quadrantes centrais do Centro-Sul da América portuguesa, essa expansão foi levada a cabo pelos planaltinos paulistas, inicialmente, e na região do Sertão da Farinha Podre, na década de 1810, segundo os mesmos moldes, discurso e mentalidade, pelos geralistas que migravam para lá³⁸⁵. Caso de D. Hermógenes e de seus principais rivais. O principal deles parece ter sido o Major Eustáquio, com quem empreendeu uma bandeira exploratória através das ricas terras da Farinha Podre, no início da década de 1810³⁸⁶.

Havia uma expansão para Oeste em curso, uma colonização agrícola. Esta expansão:

*“(...) ao tecer cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder e de patrocínio, nas conquistas sucessivas que abriram à colonização os nacos de terra daquele espaço de fronteira, teriam viabilizado o acesso dos “descendentes dos primeiros conquistadores” e dos “homens principais” a cargos administrativos, sesmarias, clientelas*³⁸⁷.

A região era no período uma frente agrícola, até então, pouco explorada. Após 1808 parece crescer o fluxo de circulação de pessoas e mercadorias na região, Eschwege e muitas outras testemunhas oculares e participantes descreveram este incremento³⁸⁸.

Caio Prado Júnior escreveu acerca do povoamento da região:

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ Geralistas ou generalistas era como eram chamados os habitantes de Minas nos documentos pesquisados sobre as disputas na Farinha Podre.

³⁸⁶ Caiapós, perigo, cobra na cama.

³⁸⁷ BICALHO, op. cit.

³⁸⁸ Sobre as mudanças empreendidas Por D. João no Brasil, ver : HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1972.

*“Esta última área compreendida entre os rios Grande e Paranaíba e que passará para Minas em 1816, estava escassamente povoada ao longo da estrada que conduzia para São Paulo, e um pouco mais na sua extremidade oriental”*³⁸⁹.

Este povoamento ‘ao longo da estrada’, era formado por exímias glebas onde se localizavam aldeias de índios mansos. Aos poucos, na década de 1810, suas terras foram sendo liberadas para colonos (posseiros), que também se apropriavam de sua mão de obra.

Após os primeiros colonos se estabelecerem na região, outros, de maior porte econômico e social, parecem ter se animado a adentrar aquele sertão. Mais a Oeste dos índios mansos, no atual Pontal do Triângulo mineiro, havia um dique à colonização, indígenas antropófagos, os caiapós.

Vários conflitos percebidos na região parecem decorrer da sobreposição de novos a velhos colonos, refletindo trajetórias diferentes, muitas vezes rivalizantes, apesar de ambas serem populações de geralistas. Logicamente os primeiros que chegaram acham-se mais no direito de possuir as terras do que os que vieram depois, pela primazia e por arriscar suas vidas e fazendas neste empreendimento. As migrações alteravam, paulatinamente, hierarquias estabelecidas, gerando conflitos e alianças.

A agricultura e a pecuária aí se instalaram com grande sucesso, tornando-se fornecedora do importante mercado do Rio de Janeiro, via Sul de Minas. O gado e o algodão da Freguesia de Desemboque descia para São João del Rei, e daí ia à Corte. Neste movimento, a produção agro-pecuária local, integrava-se no circuito comercial Sul de Minas-Rio de Janeiro³⁹⁰.

A capitania de Minas Gerais, naquele período, e desde o final do século XVIII, e até o XX, sofreu o que Caio Prado chamou de “demografia centrífuga”. Segundo o autor a:

*“(...) importância do fato é tanto maior que ele constitui correntes que se perpetrarão no correr do XIX, fornecendo o traço essencial da evolução demográfica desta parte do país”*³⁹¹.

³⁸⁹ Prado Júnior. Op. cit., p. 59.

³⁹⁰ OLIVEIRA. Op. cit.

³⁹¹ Prado Júnior. Op. cit., p. 81. Com esta declaração, Caio Prado externa que desconheceria ou desconsideraria as relações que a região teria com outras regiões fora do eixo Rio-Minas-São Paulo.

Principalmente, no final do século XVIII e início do XIX, levas de migrantes se deslocaram de Minas Gerais, paulatinamente em busca das fertilíssimas terras da região, fugindo da pobreza do solo e de seu esgotamento³⁹². No rastro, e na clientela³⁹³ de pioneiros, outros seguiram e se arrancharam na região que até 1816, pertenceu a Goiás³⁹⁴.

A partir de 1816, com a transferência para Minas Gerais, os julgados de Araxá e Desemboque passaram a fazer parte da Comarca de Paracatu. Essa era a mais jovem comarca das Minas Gerais, criada no final do século XIX. Estava situada na margem esquerda do rio São Francisco. Seu limite Norte era a capitania/província de Pernambuco. Fazia fronteira com Goiás a Oeste, e com o acréscimo dos julgados de Araxá e Desemboque, transferidos de Goiás para Minas em 1816, a comarca de Paracatu passou a fazer limite, ao Sul, com São Paulo pelas margens do rio Grande e, pelo Pontal do Triângulo Mineiro, a Sudoeste com Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). À Leste a comarca fazia divisa com as comarcas mineiras de Sabará e Serro do Frio.

Havia grandes anecúmenos na comarca de Paracatu e alguns sertões povoados, como o Sertão da Farinha Podre, onde D. Hermógenes e o Major Eustáquio disputavam terras, cargos, mão de obra e impostos³⁹⁵. Havia apenas a vila de Paracatu em todo esse território. Araxá e Desemboque lutavam muito para conquistar a distinção de vila³⁹⁶. Mesmo no interior da comarca de Paracatu, diferentes trajetórias micro-regionais fizeram de seus cinco julgados regiões muito diferentes. Algumas comunidades eram rivais, caso de Araxá e de Paracatu, e de Desemboque e Araxá. Dentro da região transferida para as Minas Gerais havia duas comunidades principais, nos arraiais de Araxá e Desemboque. Suas trajetórias eram diferentes, enquanto uma havia sido a sede do poder goiano, Desemboque, a outra lutara para ser de Minas Gerais, Araxá³⁹⁷.

³⁹² Sobre o processo de esgotamento do solo da região metalúrgico- Mantiqueira, sobre sua pobreza natural, as técnicas de produção, e, as migrações que geravam: Prado Júnior, Caio- *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000.

³⁹³ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

³⁹⁴ Referência: CUNHA MATOS. *Op. cit.* SAMPAIO. *Op. cit.* PONTES. *Op. cit.*

³⁹⁵ Idem. Apesar de transferida para Minas em 1816 a região continuou pagando impostos à capitania de Goiás.

³⁹⁶ ESCHWEGE. *Op. cit.*

³⁹⁷ Eram comuns as escaramuças, e outros atritos entre forças, funcionários das capitanias e potentados. Desemboque, como títere Goiana. Araxá, como baluarte fronteiriço da soberania mineira, parte do termo da Vila de São José del Rei, e, depois de 1789, da Vila de Tamanduá. As fontes de águas da região de Araxá e Salitre eram parte do território atribuído ao potentado Ignácio Correia Pamplona, chefe político nestas vilas das Minas. Seu título honorífico era *'Mestre de Campo Regente e guarda- mor das terras e águas minerais dos distritos de Pium-í e Bambui e as campanhas do Campo Grande, Picada de Goiás, Salitre, Araxá, Rio das Velhas (Desemboque), Paranaíba, e suas anexas'*. PONTES, *Op. cit.*, pp. 55 a 65.

Eschwege deixou registrado o ciúme que as comunidades de Desemboque e Araxá sentiam uma da outra. Rivais que eram, ambas desejavam se tornar vila. Os colonos/conquistadores geralistas que desejavam a transferência da região para Minas Gerais remeteram de Araxá, com altos gastos, um plenipotenciário ao Rio de Janeiro, em 1811³⁹⁸. Já em 1816 conseguiram sua passagem para Minas Gerais.

Diversos documentos dão conta das teias de relações que teceram, e, das trajetórias que alegaram para garantir seus direitos. Através de uma petição a Dom João VI enviada junto a um plenipotenciário à Corte, no Rio de Janeiro, amparado com os respectivos empenhos do General de Vila Rica, o “povo” de Araxá alcançou o Alvará de 1816, que transferiu a região para Minas gerais. Esse Alvará recebeu parecer favorável do Barão de Eschwege que esteve pessoalmente na região para poder informar melhor o governo de Vila Rica.

Esse quadro nos permite sugerir que todas as comunidades que compunham a comarca de Paracatu, tendo trajetórias e interesses, muitas vezes diversos, teriam também demandas diferentes. Caso D. Hermógenes houvesse partido para Portugal, poderia defender alguns desses interesses. Interesses dos habitantes de toda a comarca de Paracatu, ou de parte deles.

No caso, o deputado poderia levar reclamações de D. Manoel e, talvez, até do ouvidor da comarca. Reclamações da aristocracia de Paracatu, ou contra parte dela. Reclamações sobre a situação de sua freguesia e a de Araxá. Ambas, embora transferidas para Minas, estavam sob intervenção goiana, pois a esta província é que pagavam impostos. As tropas de Goiás ainda tinham postos nas duas freguesias³⁹⁹.

D. Hermógenes poderia, no entanto, participar de discussões mais gerais, relativas à organização da monarquia, assim como defender os seus interesses particulares. No caso, provavelmente poderia representar contra seu maior rival na Região da freguesia de Uberaba, recém criada: o Major Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, segundo Eschwege, um usurpador das terras dos indígenas mansos, explorador de sua mão de obra. Esses bens poderiam interessar também a D. Hermógenes. Seu genro, Antônio Borges Sampaio, declarou acerca das terras dos indígenas que:

³⁹⁸ ‘Efetivamente, os moradores de São Domingos de Araxá, molestados com o governo goiano, pela criação de julgado daquele nome, no território da sua freguesia, aos 20 de dezembro de 1811, dirigiram a D. João um extenso requerimento, pedindo a desanexação dos dois julgados – Araxá e Desemboque – da capitania de Goiás e sua imediata incorporação à de Minas Gerais’. PONTES, Op. cit., p. 69.

³⁹⁹ TEIXEIRA, Edelweiss. *Op. Cit.*

“(...) estas terras ‘sitas ao longo da antiga estrada de Goiás, que de tempo imemorial foram reconhecidas da propriedade de algumas hordas d’índios (...) se contém desde o rio Grande até o Paranaíba estendendo-se para cada lado da mesma estrada légua e meia”⁴⁰⁰.

Major Eustáquio, foi descrito por Varnhagem como um verdadeiro ladrão dos direitos dos indígenas. O major era o seu “tutor”, era o ‘Regente dos índios’ das 18 aldeias ao longo da Estrada dos Paulistas. Varnhagem assim o descreveu:

“Nas regiões afastadas das capitais das capitanias, particularmente os sertões, encontram-se quase sempre alguns súditos que, pôr sua inteligência ou pôr sua riqueza, são superiores aos vizinhos e, de certo modo, conseguem sujeitá-los, embora poucas vezes em benefício da própria comunidade. Também nessa região, um desses tais instituíra-se em soba, cujas ordens valiam, em geral, mais do que as do governador, e cujo chicote se exercia mais e mais sobre os pobres índios. Ele comunicou-me o projeto que tinha em mente, de tomar pouco a pouco aos índios o seu distrito, para distribuí-lo entre os portugueses, sob o pretexto de que o rei deles não auferia lucro. Como encontrasse na minha pessoa, porém, um defensor dos índios, já que lhe afirmava que tudo faria para que continuassem na posse tranqüila de sua propriedades e de seus direitos, mostrou-se muito descontente.”⁴⁰¹

As terras destes indígenas eram em barreiros salitrosos, cheias de “invernadas” e furnas riquíssimas. Segundo Borges Sampaio:

“(...) como estas hordas de índios fossem diminuindo em número, e o S. M. Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira fôsse encarregado Por portaria do Exmo. Marquês de Palma então governador da Província de Goiás, de Goiás de explorar e acomodar os novos colonos’, após a transferência da região para Minas Gerais, em 1816, o Major Eustáquio, contrariando o desejo de Eschwege, propôs que algumas dessas hordas de índios, que ainda existiam entre o rio das Velhas e o rio Paranaíba. D. Manuel de Portugal e Castro anuiu a esta representação e ‘Por um despacho mandou que o Reg^a dos mesmo índios fizesse mudar essas hordas de índios (...) ficando recolhido ao Patrimônio

⁴⁰⁰ SAMPAIO, op. cit., p. 109.

⁴⁰¹ ESCHWEGE, Op. cit., p. 126.

*Nacional aquele território evacuado das ditas hordas(...) ficou sendo de livre concessão e aquisição*⁴⁰².

Foram intensas as disputas por estas terras. O Major Eustáquio foi o maior desbravador de todo aquele sertão, como não podia deixar de ser, alegando ter participado de uma verdadeira “guerra viva”, quando da “conquista”. O major assim se referiu à sua trajetória (e a dos colonos que liderava):

‘Os moradores das campanhas da Farinha Podre, Prata, e suas anexas (...) humildemente expõe que eles, sem despesa alguma do Real Erário, sim à sua custa, com evidentes riscos de suas vidas e famílias, descobriram, povoaram e se estabeleceram nas referidas campanhas, até então incultas e só habitadas pelo gentio bárbaro e isto debaixo da inspeção e disposições, e políticas do cap. Antônio Eustáquio da Silva (...) experimentando nestes descobrimentos grave deterioração de seus bens (...) os suplicantes não puderam segurar-se e manter-se cada um nas suas propriedades com a competente Carta Régia de concessão, respectivas medições e confirmações(...) tornando todo dia o desaproveitamento de suas terras que ganharam à custa de tantas fadigas e despesas, pela intrânsia de outros mais poderosos que depois do suplicante se vão transportando por ali’.

Além de terras havia outros interesses em jogo, na disputa entre os dois potentados. Podemos perceber alguns dos interesses conflitantes através de uma carta de 1820, enviada do Rio de Janeiro, que deu conta a D. Hermógenes dos sucessos de seu rival. A carta tem o seguinte teor:

“Dou a Vmce. parte que pouco antes da Cinza, chegou aqui o C. Antônio Eustáquio da Silva, vindo munido de empenhos do General de Vila Rica, e o que sei é que dentro de um mês... alcançou um decreto de sua Majestade, que houve por bem criar uma nova freguesia no Sertão da Farinha Podre de Santo Antônio de Uberaba, que é sobre que Vmce. contende; cujo decreto foi cumprido pela Mesa de Consciência no dia 10 do corrente. Igualmente alcançou dois avisos dirigidos ao bispo para este nomear dois vigários, um para a dita freguesia que é o Padre Antônio José da Silva, e para

⁴⁰² SAMPAIO, op. cit., p. 109.

*outra freguesia mais abaixo*⁴⁰³ (Prata) *mais abaixo, que também quer fazer, ao Padre Fortunato de Miranda. – Alcançou duas portarias régias para o Governador de Vila Rica lhe dar quatrocentos mil réis, - e o Governador de São Paulo outros quatrocentos para vestir, e dar ferramenta aos índios da Farinha Podre. – Alcançou por um decreto de 11 do corrente o pôsto de S. M. Agregado ao Regimento de Cavalaria de Milícias da Vila de Sabará, com soldo. – é o que tem conseguido e anda na pretensão de alcançar isenção dos dízimos do Sertão da Farinha Podre; por ora não conseguiu...*⁴⁰⁴.

D. Hermógenes era responsável pela jurisdição eclesiástica de toda a Freguesia de Desemboque. Com a criação da freguesia de Uberaba (que correspondia ao termo de uma paróquia), em 1820, conforme vimos em carta citada, toda a porção mais rica de sua jurisdição iria para as mãos de outro vigário, no caso, para o Vigário Antônio José da Silva, sobrinho do Major Eustáquio⁴⁰⁵.

Além de muitas outras mudanças, a criação desta nova freguesia supunha a criação de um novo cargo de Juiz de Sesmarias. Hermógenes estava disputando sesmarias naquela região, justamente com o Major Eustáquio, que como veremos em outro documento, requereu para si o cargo de Juiz de sesmaria da nova freguesia, mesmo antes da criação da mesma.

A chegada de novos colonos, mais abastados, teria gerado sérias preocupações para os velhos colonos, pois estavam estabelecendo fazendas em terras que já tinham sido distribuídas, mas que não tinham sido ainda demarcadas, por causa dos custos do deslocamento do Juiz de Sesmarias de Desemboque até o Prata ou até Uberaba.

Portanto, a criação da freguesia de Uberaba teria aberto a possibilidade para o Major Eustáquio regularizar a propriedade de velhos habitantes que se sentiam ameaçados pela constante migração que estava em curso, de novos migrantes que estavam indo para a região, vindos de Minas, Homens mais ricos e com mais recursos e amizades importantes, caso do Hermógenes.

Como vimos, as distâncias eram um fator de limitação à distribuição da justiça na freguesia de Desemboque, motivo pelo qual foi criado mais uma freguesia, a de

⁴⁰³ Refere-se ao Prata.

⁴⁰⁴ “Em 22 de março de 1820, Felipe Pinheiro da Silva, em carta que do Rio de Janeiro escreveu ao Padre Hermógenes Cassimiro de Araújo, Vigário da Freguesia do Desemboque. PONTES. *Op. Cit.*

⁴⁰⁵ Ambos eram de Vila Rica, o Major era de um de seus distritos, Glaura.

Uberaba. A distância de Vila Boa de Goiás foi usada como argumento para que as freguesias de Araxá e Desemboque pudessem ser transferidas para Minas. Como foram anexadas à comarca de Paracatu, que ficava distante dos arraiais de Araxá e de Desemboque, a distância continuou sendo um empecilho para que aqueles novos habitantes de Minas tivessem suas necessidades satisfeitas.

Se nesse quadrante as distâncias já seriam um grave problema, que dirá do restante do Reino Unido de Portugal e Brasil. Esse foi um dos grandes dilemas que os decretos de setembro geraram para os habitantes da América portuguesa. Os decretos permitiram que ficasse nítida a diferença de interesses entre os portugueses de um e outro Continente. A partir de então cresceu a movimentação em torno do Príncipe Regente e a idéia de comandar a Regeneração portuguesa através do Rio de Janeiro, caminho que levaria à independência e a criação de uma nacionalidade diferente da portuguesa: a brasileira⁴⁰⁶.

Os decretos foram recebidos com consternação na província de Minas Gerais. Os mineiros, segundo o Intendente Câmara esperavam muito das Cortes de Lisboa, confiavam-lhe a sorte da monarquia e do Reino Unido. Em declaração ao povo do Tejuco, no início de 1822, dizia a respeito o Intendente Câmara:

*“Erão n’esse tempo as côrtes o poderoso paladio, com a protecção das quaes contavão os desconfiados mineiros. Erão finalmente as Côrtes a divindade tutelar e bemfazeja, que com suave voz chamava os homens à igualdade e à virtude; - terror dos déspotas e dos malvados, ao seu menor sobrececho tremião o crime e a tyrannia; o coração do brasileiro era sua perpétua morada; as suas solennes promessas um evangelho; e a sua preconizada constituição a arca da aliança, que devia unir em apertados vinculos os portugueses do novo e do antigo mundo”*⁴⁰⁷.

No entanto:

“(...) um genio malfazejo e impolitico pretende transtornar as bases do novo pacto social, debaixo do sinistro auspicio do decreto de (...) de setembro de 1821.

⁴⁰⁶ Sobre a criação da nacionalidade brasileira: BERBEL, Márcia. *Op. Cit.* Sobre a movimentação em torno do Príncipe e os diferentes projetos políticos que conflitavam no período: BITTENCOURT. *OP. CIT.*

⁴⁰⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 365. Sem data.

Ou seja, os decretos corroeram a confiança que havia nas Cortes de Lisboa. Por isso, a partir da divulgação dos decretos de setembro, ocorreram grandes mudanças nas relações entre as Cortes, a Regência de D. Pedro, a Junta Governativa mineira, tropas, povo e elites das vilas mineiras, o que fez dos meses de dezembro de 1821 e janeiro de 1822, um período de profundas rearticulações políticas.

Estas rearticulações podem não ter tido influência na aceleração da eleição na comarca de Paracatu, que acabou acontecendo, “repentinamente”, entre 20 e 22 de dezembro de 1821, pois entre a chegada dos decretos no Rio de Janeiro e o início da eleição em Paracatu, no dia 20 de dezembro de 1821, passaram-se apenas 11 dias, intervalo improvável para que essa notícia fosse levada do Rio de Janeiro a Paracatu.

Muito provavelmente, os decretos de setembro não foram a causa da aceleração da eleição do deputado da comarca de Paracatu. Mas como o impacto desses decretos reordenara a situação política no Centro-Sul do Reino do Brasil, acabaram sendo decisivos na atitude dos deputados mineiros de permanecer no país, aliando-se aos projetos de D. Pedro, e esta foi uma decisão definidora para a trajetória da deputação de D. Hermógenes.

Segundo Vera Lúcia Nagib Bittencourt, os decretos de setembro, teriam sido recebidos “oficialmente” no Rio de Janeiro em dezembro, quando no dia nove chegou ao Rio o navio Infante D. Sebastião. Em 11 de dezembro eles foram publicados pela *Gazeta Extraordinária*⁴⁰⁸. Houve muita movimentação política naquela Corte, alimentada, por exemplo, pelo folheto *O despertador brasiliense* que foi publicado no dia doze de dezembro⁴⁰⁹.

Em Minas Gerais, de acordo com a visão dos integrantes da Junta Governativa, a notícia chegou oficialmente:

“*Pelo Correio de 28 de 12/ 1821 (...)*”,

quando:

⁴⁰⁸ BITTENCOURT. *Op. Cit.*

⁴⁰⁹ Sobre a imprensa e práticas de leitura no Brasil, também sobre a cultura política da independência, com o foco entre 1820 e 1822, ler: NEVES, Lucia Maria B. P. Corcundas e constitucionais. No caso da citação acima, p. 126. VILLALTA, Luiz Carlos- “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: Souza, Laura de Mello e (org)- História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Volume 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 331-385.

“(...) recebeu o Governo Provisório de Minas Gerais um aviso dirigido pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar com as duas Cartas de Ley do 1º de outubro de 1821 (...)”⁴¹⁰.

Segundo Vera Lúcia Bittencourt, o debate sobre o “sistema de províncias” que era discutido nas Cortes de Lisboa, durou todo o segundo semestre de 1821 no Rio de Janeiro. Vários recursos teriam sido empregados nesse debate como panfletos, correspondência pessoal, relatos⁴¹¹.

Essa rede extra-oficial encarregou-se de levar as notícias sobre a chegada dos decretos ao Rio de Janeiro até Minas Gerais, antes do que a rede oficial:

“Alguns dias antes (da chegada oficial dos decretos) corrião notícias do Rio de Janeiro que anunciavão commoções Perturbadoras entre a Tropa e o Povo (e o) regresso de S. A. R. (...)”⁴¹²,

estas:

“(...) Notícias influirão tanto nos ânimos dos habitantes desta Villa, e Província, que o Governo Perplexo sobre o que devia obrar excedeo (?) de tomar medidas fortes para ao menos atalhar o progresso de tão perigosas novidades (...)”⁴¹³,

pelo que os integrantes da Junta julgaram:

“(...) prudente (?) adiar (?) a expedição das Ordens, o que deo princípio para se reunirem os Elleitores, a fim de (...) os membros do Governo Provisório, na conformidade (...) Decreto de 29 de Setembro”⁴¹⁴. (Grifo nosso).

Ou seja, a Junta Governativa suspendeu a execução do decreto 124, o que deu início a um movimento de reunião de “Elleitores” para que fosse realizada a eleição de uma nova Junta Governativa, “na conformidade” do decreto 124, o que fez com a Junta tivesse de usar de “medidas fortes”, para ao “menos atalhar o progresso de tão perigosas novidades”.

⁴¹⁰ Coleção AHU, doc 133.

⁴¹¹ BITTENCOURT. *Op. Cit.* P.131.

⁴¹² Coleção AHU, doc 133

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Idem.

Os integrantes da Junta contrariaram assim um princípio que defendera anteriormente, o de ter:

*“(...) sempre a mira nas sábias Deliberações do Augusto, e Soberano Congresso para com energia, e pontualidade as observar, e fazer cumprir (...)”*⁴¹⁵.

Segundo os integrantes da Junta, os decretos os teriam “afligido infinitamente”⁴¹⁶, pois essa legislação:

*“(...) quer ser oposta a brevidade, com que as leis devem ser executadas, foi sem dúvida muito apositada (...)”*⁴¹⁷.

Com sua ação repressora, os membros da Junta acreditavam que:

*“(...) se evitou a terrível anarquia, que começava a desenvolver-se pelos partidos, e que sem dúvida proseguiria senão se suspendesse o cumprimento da referida carta de Lei, a qual cada hum pretendia dar a intelligência que bem lhe parecia (...) que só se dirigia a lançar de Novo a ferros a Província, ressuscitando o anterior despotismo, visto que criando três diferentes poderes (...)”*⁴¹⁸.

A tensão provocada pelos decretos na província de Minas Gerais foi tão grande e o medo da anarquia social e do despotismo, tão intenso, que a própria Junta Governativa acabara tendo de procurar apoio e orientação na liderança de D. Pedro e na autoridade de sua regência, o que terminou por dividir os membros do governo mineiro⁴¹⁹. Nesse sentido, foram “proféticas” as palavras do Intendente Câmara acerca da reação dos mineiros aos decretos:

*“A mesma opinião que os impellio a entregarem-se com todas as potencias da alma às côrtes, há de leval-os ao Principe Regente”*⁴²⁰.

Esta é uma afirmação que vale para a Junta Governativa mineira, refratária, desde sua formação à autoridade da regência de D. Pedro, teve que capitular, pois:

⁴¹⁵ Coleção AHU, doc. 92.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Coleção AHU, doc. 135.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ “O caso Mineiro”. *Op. Cit.*

⁴²⁰ *Memória do Distrito Diamantino. Op. cit.*, p. 366.

*“Logo que se fizerão publicos os Decretos das Cortes de 29 de Setembro do anno passado sobre a nova forma dos Governos Provisórios, e da retirada de S.A.R. deste Reyno do Brasil para o de Portugal foi tal a commoção do Povo, e Governo da Província de Minas Gerais, que julgarão ter a hydra do Despotismo erguido o seu collo para os reduzir a peor estado do que aquelle, de que acabarão de sahir, pelos actos da venturosa Regeneração Política garantida pela installação das Cortes Gerais e Extraordinárias em Lisboa (...)”*⁴²¹.

assim, não tendo como manter controle da situação sozinhos, os membros da Junta Governativa:

“(...) tomando (...) consideração o estado de desgosto, em que todos se achavão e as funestas consequências, que desgraçadamente resultarião da execução d’aquelles Decretos, propôs-se a enviar-me a esta Corte para ser o órgão de comunicação dos sentimentos, que os animão a procurar na Augusta Presença de V.A.R. o remédio a tantos males (...)”.

Com os decretos de setembro estaria terminado o período de poder “interino” das Juntas Governativas. A partir deles se estabeleceria o esperado “Systhema de Governos Provinciaes”. Porém, nos decretos de setembro também estaria subentendido que a regência pedrina seria interina e, pelo visto, as Cortes de Lisboa davam por terminada a tarefa de D. Pedro no Brasil. O poder da Junta Governativa mineira e o da regência pedrina foi ameaçado pelos decretos⁴²². Por isso foi possível a sua aproximação. No entanto uma parte dos integrantes da Junta Governativa não se rendeu ao poder da Regência.

D. Pedro permaneceu no Brasil e passou a arregimentar forças para um possível enfrentamento com as Tropas do General Avillez, comandante das tropas fiéis às Cortes que estavam estabelecidas no Rio de Janeiro. Nesse contexto, aumentaram as articulações entre as Câmaras Municipais das vilas das províncias do Centro-Sul do Brasil, capitaneadas pelas ações da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, em menor grau, da cidade de São Paulo⁴²³.

⁴²¹ Coleção AHU.

⁴²² Outros setores também viram-se ameaçados, e não somente das elites.

⁴²³ BITTENCOURT. *Op. Cit.*

Os habitantes do Brasil não queriam que um oceano separasse os “brasileiros” dos órgãos superiores da administração e da justiça do Reino Unido. Uma vez efetivadas as decisões contidas nos decretos de setembro, o Rio de Janeiro deixaria de ser Corte e o Brasil, provavelmente de ser um Reino. As suas províncias teriam ligações políticas apenas com Portugal principalmente com as Cortes de Lisboa.

Ao contrário do que ordenava os decretos de setembro, os integrantes da Junta mineira queriam que cada província tivesse:

“(...) em si todos os Tribunais competentes, e indispensáveis a commodo de seus habitantes”.

Enquanto os deputados da província de Minas Gerais estavam a caminho, e depois no Rio de Janeiro, tomando parte nas articulações políticas, em Paracatu, D. Hermógenes lutava para conseguir os recursos que o levariam para Lisboa. A distância o fazia estar sempre defasado em relação a acontecimentos que davam-se a dezenas, às vezes centenas de léguas de onde estava.

Por exemplo, como o “colégio eleitoral de Paracatu” reuniu-se repentinamente, em 20 de dezembro de 1821, D. Hermógenes distante dali, não pôde tomar parte em sua própria eleição, conforme pudemos deduzir do documento que analisaremos a seguir. Em 20 de dezembro o Vigário estava em sua paróquia em Desemboque, a centenas de quilômetros de Paracatu, onde ocorreu a eleição. No bilhete abaixo, datado de 29 de dezembro de 1821, exatos sete dias depois de sua eleição como deputado, D. Hermógenes ainda pensava que a eleição seria em 15 de fevereiro:

*“Apresento-lhe as cópias inclusas das quais verá o que se deliberou pelo Senado desta Câmara e que (?) no dia 15 de janeiro próximo futuro (ir para ?) Paracatu para Reunido com os demais Eleitores procederem a nomeação do Deputado desta Comarca”*⁴²⁴.

Se D. Hermógenes não sabia sobre sua eleição, muito menos deveria dar notícia dos decretos de setembro. Em 29 de dezembro, data em que foi escrito o bilhete citado, havia apenas vinte dias que a notícia teria chegado, oficialmente ao Rio de Janeiro. Grandes mudanças estavam sendo preparadas na vida de D. Hermógenes, em 29 de dezembro, sem que o sacerdote-potentado o soubesse: em Paracatu, em Vila Rica e no

⁴²⁴ Desemboque, 29 de Dezembro de 1821 Ilmo Reverendo Vigário Hermógenes Cassimiro de Araújo Eleitor da Parochia do Desemboque. Coleção IHGB.

Rio de Janeiro. A conjugação de todas essas forças determinariam a trajetória de sua deputação, como veremos.

Enquanto escrevia este bilhete em Desemboque, a 29 de dezembro, o Vigário D. Hermógenes já havia sido eleito deputado constituinte havia sete dias. As grandes distâncias da comarca de Paracatu impunham uma cronologia da defasagem de uns acontecimentos em relação a outros que se davam, embora concomitantemente, defasadamente, uns em relação aos outros.

Esta situação era comum a toda a província de Minas Gerais, umas regiões em relação às outras. Era comum entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, a província que tinha ligações mais rápidas com Minas, o que dirá em relação às outras províncias do Brasil. O problema das distâncias também impôs diversas assincronias entre processos que aconteciam nas partes americana e européia do convulsionado complexo político luso-brasileiro naquele processo de crise, entre 1820 e 1822.

Para estudar o processo de crise luso-brasileira, que deu origem ao Brasil como país independente, Estado e nação, é preciso estar atento às distâncias e prazos, considerando em cada evento uma cronologia da defasagem em relação a acontecimentos concomitantes, porém separados pela distância. É preciso estar atento à época do ano em que se deram, às estações do ano, às condições de transporte.

Podemos então, com bases em tais pressupostos concluir que no dia 3 de janeiro, quando a Câmara Municipal da vila de Paracatu oficiou à Junta Governativa a eleição de D. Hermógenes, apenas cinco dias após o deputado eleito escrever o bilhete analisado anteriormente, concluir que o referido constituinte não estaria presente em Paracatu, pois seria impossível cumprir este percurso tão celeradamente, sendo dezembro a “época das águas”, e, portanto das cheias dos rios.

A ata da eleição não foi encontrada pela pesquisa, apesar de terem sido encontrados diversos outros documentos acerca da eleição de D. Hermógenes. A eleição na comarca de Paracatu foi oficiada à Junta Governativa mineira nos seguintes termos:

“A Câmara desta Villa e Comarca do Paracatu tendo a distincta honra de levar a Prezença de V. Ex. aqui em observância do Decreto das Cortes Geraes e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa de 18 de abril de 1821, Se acordará (?), e deliberam pellos três Estados, Clero, Nobreza e Povo, reunidos perante a mesma no dia 25 de Novembro do S. Anno sobre a

nomeação de hum Deputado que representará a Comarca nas Cortes visto que fôra excluída da Nomeação da Província e se considerava um representante Legítimo, cujo character fosse conferido pellos votos desses Comarcões (?) Outorgantes (...), repentinamente em sessão permanente e que reunidos (...) procederão as Eleições nos dias 20, 21 e 22 do corrente, ficando (...) para Deputado o Vigário Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick, natural da Freguesia da Senhora da Conceição do Mato Dentro da Comarca do serro Frio e domiciliado nesta, e para Substituto Francisco Antônio de Assis, natural desta Villa na forma que indica a Cópia inclusa das Actas das Elleições, que se remete a V. Excelências (...) na conformidade do artigo 4º do S. Decreto V. Exas. se (dignam) apresentar as Cortes instruído da mesma cópia do (...) Deputado fazendo-lhe arbitramento (?) de ajuda de custo na forma do mesmo Decreto.

Na conformidade da lei, foi pedido ao governo provincial a ajuda de custo para as despesas da viagem até Lisboa e para a estadia do deputado naquela Corte, conforme prescrevia o decreto de 18 (24) de abril de 1821:

“A mesma Câmara desejando com seos concidadãos cada vez mais ajustar as suas medidas, as deliberações de V. Excelências propoem em dúvida, Se depois de feito (...) o arbitramento de ajuda de custo ao Deputado, ella se pode considerar authorizada (se) lançar mãos das rendas públicas desta Comarca por este fim considerada em Província mesmo aqui (...) Deputado a quantia (?) se lhe for arbitrada, ou elle deve seguir a recebê-la na (...) Geral da Junta da Fazenda Nacional da Província”.

Porém como a comarca fora considerada “em província”, a Câmara de Paracatu fez um questionamento à Junta, perguntando se a comarca não poderia “adiantar” seiscentos mil réis das “rendas públicas da comarca” para depois receber a mesma quantia na Junta da Fazenda Nacional da Província. Como a eleição fora desautorizada pela Junta Governativa por não ter a comarca 30.000 habitantes, mas a metade, ou menos, era provável que além da eleição não ser reconhecida pela Junta, que esta não pagasse as despesas de viagem de seu deputado. Caso a Junta Governativa respondesse positivamente em relação ao reembolso das despesas de Viagem de D. Hermógenes, estaria tacitamente reconhecida a eleição na comarca de Paracatu.

A eleição teria sido feita sem a autorização da Junta, amparada apenas nas decisões de autoridades locais, no caso, principalmente na decisão do ouvidor Lúcio Soares Teixeira. Segundo os camaristas de Paracatu, o ouvidor teria agido dessa maneira para que seus comarcãos não fossem impregnados por uma mancha:

“(...) indelevel que em todos os tempos, lugares, circunstâncias (...) de manchar o character de Cidadão que pensão ser dignos de hum tal nome e que tudo tem sido deliberado ao mesmo passo com aquella moderação (...) com a mais profunda reverência as Leis (...)”.

Nesta comunicação, pela primeira vez, a 3 de janeiro de 1822, a Câmara de Paracatu reconheceu a autoridade da Junta Governativa “como órgão de seus concidadãos”, cumprimentou seus integrantes pela eleição e fez:

“(...) confições de sua decidida obediência”.

O sedicioso vereador Francisco Antônio de Assis, eleito suplente de D. Hermógenes, foi um dos subscritores do documento.

Entre 27 e 29 de janeiro de 1822, reunidos em “Câmara Redonda”, já sem Francisco Antônio de Assis como vereador, estavam:

“(...) em os Paços deste Conselho aonde fôra vindo o Juiz Presidente desta Câmara Cypriano da Silva Mascarenhas aos mais Vereadores e o Alferes Anastácio Correa Barbosa que fazia vez de procurador comigo Escrivam ao diante nomeado (...)”,

quando, “uniformemente” acordaram em:

“(...) Câmara Redonda, que (...)por empréstimo do Cofre das terças partes dos rendimentos desta Câmara a quantia de Seiscentos mil Reis para alimentos do Senhor Deputado de Cortes desta Comarca considerada em Província, Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick, que serviram Somente no caso de que o Excelentíssimo Governo Provisional da Província tome o expediente segundo (...) actuar e Extraordinárias Sircunstâncias de empate e desaprovaçam do dito deputado, que então poderá Servir-se da dita quantia de Seiscentos mil Reis para o seu transporte para Lisboa, com obrigaçam de Representar ao Soberano Congresso a fim de que o mesmo mande

depor pelos respectivos cofres da Naçam, pelos quais deveria ser alimentado da dita (?) Câmara, ficando outro sim aceito Senhor Deputado obrigado a Restituir da Cabeça da Província a dita quantia de Seiscentos mil reis no caso de que assim o Excellentíssimo Governo Como se deve esperar lhe mande prestar ajuda de custo na conformidade do quarto artigo do Decreto de dezoito de abril de 1821”⁴²⁵.

Decididos a gastar os recursos do “cofre das terças”, as autoridades “mandaram” que fosse cumprida a ordem de entregar a quantia requerida. Para infortúnio de D. Hermógenes, o Tesoureiro do referido cofre era Francisco Antônio de Assis, que recusou-se a fazê-lo, em 29 de janeiro de 1822, alegando que:

*“Não cumpro o mandado Retro por ser contrário à disposição da Ordenação Livro primeiro, título Setenta, parágrafo Segundo (...)”*⁴²⁶,

segundo o qual:

*“(...) corregedores, Juizes ou Vereadores (...)”*⁴²⁷,

terão as rendas pelas quais forem responsáveis

*“(...) sempre guardada sem a dispenderem em Coiza alguma, posto que (...) lhe seja mandado, sob pena de pagarem de suas Cazas”*⁴²⁸.

Continua o tesoureiro em seu argumento, definindo que:

*“Na conformidade desta Ley não há aqui autoridade Legitima para sem Ordem Superior dispor deste dinheiro”*⁴²⁹,

e que, além do mais:

“(...) como em qualidade de Thezoureiro me (...) importa a responsabilidade ao Caso de contravenção, me he igualmente conferido o direito de fiscalizar os motivos de qualquer ordem em constrário: por isso, quando haja necessidade pública, tam urgente, que a tal extremo force a (?) em

⁴²⁵

Hermógenes assinou o documento.

⁴²⁶ Coleção IHGB.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Idem.

oppor a dita Ley, e a que a Câmara já bem onerada (?), de novo seja sobrecarregada de hum empréstimo illuzório, visto que não tem podido, e jamais poderá satisfazer, a que contrariou, devia parecer-me Ser manifestada para com conhecimento de Cauza Saber se cabe exceção de Regra (?)”.

Ou seja, o tesoureiro não liberaria a verba requerida a menos que uma autoridade competente lhe mandasse fazê-lo, pois temia pagar com as rendas de sua “casa” a quantia dispendida, achando-se no “direito de fiscalizar os motivos de qualquer ordem em contrário”, além de considerar o empréstimo algo fantasioso, pois a Câmara “não tem podido, e jamais poderá satisfazer” o referido empréstimo. O tesoureiro queria que a questão fosse decidida por alguém com conhecimento de causa.

Francisco Antônio de Assis tentara eleger-se Presidente de uma Junta Governativa que intentou proclamar em Paracatu em diversas ocasiões, desde que começaram a chegar àquela vila os eleitores de freguesia para a eleição de comarca, no final de julho de 1821, vereador-suplente de deputado, segundo o novo ouvidor da comarca de Paracatu, Antônio da Costa Pinto⁴³⁰, com:

*“apoio de seu Tio Vigário Joaquim de Melo Franco (que por ter a Vara de Provisor unida à qualidade do Vigário da Igreja, não reconhecem Superior, julgando que tudo lhe é permitido) pretende governar a Terra a seu arbítrio, segundo as suas más inclinações”*⁴³¹.

Em 23 de fevereiro de 1822, os camaristas se reuniram para discutir a alegação de Francisco Antônio. Sua análise da situação foi feita nos seguintes termos:

“Auto de Vereança em que em Câmara Redonda se veio tratar de satisfazer a dívida do Thezoureiro das terças partes, que se há pedido por empréstimo a quantia de Seiscentos mil reais para o Senhor Deputado Seguir para as Cortes tudo como abaixo se declara.

(...) aos 23 de fevereiro do dito anno nesta Villa e Comarca do Paracatu foram vindo o Juiz Ordinário Presidente e Guarda –moa Antônio Roquete Franco e os mais Vereadores e Procuradores da mesma Câmara, e mais Clero e Nobreza e commigo Escrivão adiante nomeado, e Sendo Ahy, depois de de lida a dívida com que sahio o thezoureiro do Cofre das terças partes francisco

⁴³⁰ Como o ouvidor recusou a arma-lo Cavaleiro, Francisco Antônio de Assis ficou ainda mais fora do controle das autoridades constituídas. SILVA, Ana Rosa. “O caso Mineiro”, *op. Cit.*

⁴³¹ “O caso mineiro”. *Op. Cit.*

Antônio de assis, sobre o Mandado que se havia passado para se tomar por empréstimo do referido Cofre das terças partes, para desta Câmara a quantia de Seiscentos mil Reys que por medida de precaução, se tinha deliberado em Câmara Redonda de vinte Sette de Janeiro próximo passado do corrente anno adiantar ao Senhor Deputado.

Suposto a Ordenação citada (?) pelo dito thezoureiro não seja aplicável as terças partes offerecidas, e nam aceitas por sua Majestade, com tudo Acordarão que a dita medida por hora se não puzesse em prática Senão depois da decisão do Excellentissimo governo Provisional desta Província de Minas Gerais, a quem immediatamente se participa por huma Parada (?) para a qual oficia esta Câmara ao Comandante de Linha deste Destacamento José Baptista Franco, pedindo-lhe um soldado hábil para esta diligência”⁴³².

Ou seja, os camaristas não concordaram com o tesoureiro, enviando seu questionamento para a Junta Governativa solvê-la. Mandaram um soldado rápido levar a comunicação até Vila Rica. Porém, quando retornou, esse mensageiro, provavelmente, trouxe a seguinte mensagem:

I.R. S. Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick

Meu caro amigo do C.(?).

A sua Estimadíssima (?) do passado me cauzou com prazer por saber notícias do meu antigo, e sempre lembrado amigo, e companheiro. Eu dou a V. os meus sinceros parabéns por ser escolhido para o mais alto cargo da Nação, Me quanto a mim he sem par na graduação, e agora já mais alguém tirará a V. a justa satisfação, deve ter com tal escolha feita pelo Povo, e apurada tantas (?).

O Governo julga inexequível a nomeação por falta da necessária população nessa Comarca a qual só se podia unir a imediata para proceder numa eleição de Deputado como tudo melhor se observará dos Offícios que vão a Câmara.

Os Senhores (?) seos Collegas tomarão a resolução de não seguirem para Lisboa como o terá visto no espelho extraordinário.

Enquanto aqui estiver etc, etc..

⁴³² Coleção IHGB.

Com a assignatura de hum dos Deputados do Governo Provincial de Minas Gerais.

Havia acabado o projeto de D. Hermógenes de participar dos debates em Lisboa. A deputação mineira não partiu para Lisboa. Permaneceu no Rio de Janeiro e aquiesceu aos planos de fortalecimento da Regência e da *Causa Brasílica*: acatou a criação de um Conselho de Estado e a convocação de uma Assembléia Constituinte brasileira. Os integrantes da Junta que permaneceram em Vila Rica, não aceitaram esta decisão da deputação constituinte e do Vice-Presidente da Junta.

A Junta Governativa de Minas Gerais passou a ficar cada vez mais isolada e pressionada, tomando atitudes radicais que levaram o Príncipe a viajar até aquela província, entre março e abril de 1822, dando fim *in loco* à mesma.

D. Hermógenes não teve sua eleição reconhecida. A memória dessa passagem de sua vida quase desapareceu. Não fosse o cuidado de seu genro, Antônio Borges Sampaio, que enviou a cópia dos documentos relativos à eleição para o IHGB, essa pesquisa, provavelmente, não teria existido.

Quando D. Hermógenes morreu, foi publicado um necrológio nos jornais, que reproduzimos abaixo. Como em outras biografias suas, à exceção do livro de Antônio Borges Sampaio, não é feita referência a sua eleição:

1861 – Fallece no Dezemboque o conego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick, que parochiou essa freguesia durante 47 annos, 5 mezes e 7 dias, desde 19 de Abril de 1814 até o dia de sua morte. “Era natural da antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Matto Dentro e filho legítimo do Capitão Manoel Ferreira de Araújo e Souza e de D. Joaquina Rosa de Sant’Anna. Recebeu ordens de presbytero em São Paulo a 20 de Setembro de 1809 e adquirio reputação de bom pregador”. O cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick tinha condecorações das ordens de Christo e da Rosa e foi durante quasi meio seculo um dos vultos mais notáveis de Minas Geraes, mormente na zona do Oeste onde seu nome era verdadeiramente popular, não faltando tradições honrosas para tornál-o respeitável⁴³³ ”.

⁴³³ Ephemérides mineiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Documentos:

1.1 Fontes primárias manuscritas:

A H U – Coleção Arquivo Histórico Ultramarino: Lisboa.

Código:13872.

Caixa: 188 – doc 27.

“Ofícios, representações, autos de juramento relativos às Cortes Extraordinárias e a eleição dos novos governadores de Vila Rica e Mariana – 12 processos.

118 documentos. Do documento 054 ao 170 do CD, N°. 54, documentos de Minas Gerais, da coleção digital do AHU. Projeto Resgate: Ministério da Cultura.

A P M – Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte.

Arquivo Público Mineiro

Fundos: Seção Colonial, Documentos Avulsos da Capitania, Câmara de Ouro Preto, Arquivo Histórico Ultramarino.

Inventário do fundo: Câmara Municipal de Ouro Preto.

CMOP- CX. 85. Eleição da Junta Governativa. 1821/01/09- 1821/09/19

Série 1: Correspondência recebida.

1821/09/21 – 1833/12/10.

CMOP- ½. CX. 01.

Série 1: Correspondência recebida.

Subsérie 8: Força Pública.

1821/11/18- 1862/11/06. CMOP- 1/8- CX. 01.

Correspondência recebida.

Subsérie 9: Governo Imperial e Assembléia Geral.

1822/ 12/10- 1829/12/31. CMOP- 1/9- CX. 01.

Subsérie 10: Documentos diversos (irmandades, sociedades, outras províncias, etc...).

1821/11/08- 1832/08/11. CMOP- 1/10- CX. 01.

Série 3: Documentação interna.

Subsérie 5: Documentação administrativa.

1822/12/02- 1829/02/28.

Atas de eleições, algumas acompanhadas de avisos:

Subsérie 6: Eleições de Ouro Preto e seus distritos.

1821/03/18- 1831/11/13.

Eleições. CMOP- 3/6- CX. 01

CMOP ½. CX. 01. Barbacena 1821/09/21.

Doc. 02. Campanha. 1821/08/02.

Doc. 06. Ouro Preto. 1821/06/21.

Doc. 07. Sumidouro. 1821/06/24.

Doc. 08. Ouro Preto. Paróquia. 1821/06/21.

Doc. 15. Pouso Alto. Paróquia. 1821/07/15.

Doc. 18. Inficionado. Freguesia. 1821/07/29.

Doc. 21. Catas Altas. Freguesia. 1821/07/29.

Doc. 22. Cabo Verde. Paróquia. 1821/07/29.

Doc. 31. Santana do Bambui. Freguesia. 1821/08/04.

Doc. 32. Ibitipoca. Paróquia. 1821/ 08/08.

Doc. 39. Campanha. ?. 1821/09/10.

Doc. 40. Tejuco. Comarca. 1822/09/08.

Doc. 46. Paracatu. Comarca. 1821/09/19.

Inventário do fundo: Câmara Municipal de Paracatu.

CMP- 04. Rolo 01. Flash 01.

1796- 1822. Cartas de usança, editais, ordens e mais papéis.

1800- 1839. Registro de cartas de exame, provisões e cartas de usança.

CMP- 07. Rolo 02. Flash 01.

1809- 1822. Vereadores e acórdãos da Câmara, posse de ministros e oficiais da mesma.

CMP- 09. Rolo 02. Flash 01.

1821- 1847. Auto de eleições paroquiais.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Rio de Janeiro.

Documentos sobre o Cônego Hermógenes:

- 96 documentos manuscritos diversos, correspondência pessoal e oficial, relativos à Guarda Nacional, veriança, honras honoríficas e à eleição de Deputados (Entre eles, os documentos relativos à eleição às Cortes de Lisboa, todos, cópias). Todos estes documentos foram remetidos ao IHGB pôr Antônio Borges Sampaio, fazem referência a diversos assuntos, principalmente, ao Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick.

- Documentos sobre a eleição às Cortes de Lisboa:

Arm. 1, Prat. 1 Escan. 6, Pasta 111/2-4. Fundo Coleção IHGB. São 17 páginas onde estão copiados, um após o outro, em ordem cronológica, todos os documentos relativos à eleição constituinte na comarca de Paracatu.

1.2 Fontes primárias iconográficas

Costa, Antônio G. (Org.) Cartografia da Conquista do Território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Costa, Antônio G. (Org.) Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMF; Lisboa: Kapa Editorial 2004.

França, Antônio Francisco. Mapa de todo o Campo Grande, 1760. In: Costa, A.G. (Org.) Idem, 2004.

Anônimo. Mapa da divisa entre as capitanias de Goiás e Minas Gerais, 1770. In: Costa, A.G. (Org.) Idem, 2004.

Anônimo. Mostra-se neste mapa a divisa entre as capitanias de Goiás e Minas, 1780. In: Costa, A.G. (Org.) Idem, 2004.

Anônimo. Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe de Legião Ignácio Correya Pamplona, 1784. In: Costa, A.G. (Org.) Idem, 2004.

1.1. Fontes Impressas:

1.3.1 Revistas

RAPM:

Ano I – Fascículo 1 – Janeiro a Março de 1896.

-Primeiras administrações electivas em Minas Gerais. Eleição da a primeira Junta do Governo Provisório de Minas Gerais a 20 de setembro de 1821. (Funcionou de 21 de setembro de 1821 a 23 de maio de 1822). Pp.97- 117.

-Representantes Mineiros eleitos de 1821 a 1896. Pp. 23- 95.

Ano I – Fascículo 4 – Outubro a Dezembro de 1896.

-O cônego Hermógenes: Apontamentos ou breve notícia sobre o cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick, vigário de Desemboque, Estado de Minas Gerais, feitos pôr Antônio Borges Sampaio.

Ano II – 1897.

-Catequese e civilização dos indígenas da Capitania de Minas Gerais. 1801

-Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha Maria 1ª a cerca de limites entre Minas Gerais e Goyaz. 1793. Pp. 372- 389.

Ano IV – 1901.

-Limites entre Minas e Goiás. Projeto de 17 de agosto de 1861. Theófilo Otoni.

Ano IX – Fascículos III e IV – Julho a Dezembro de 1904.

-Requerimento dos moradores de S. Domingos do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas. 1815.

-Quilombolas: Lenda mineira inédita, pôr CARMO GAMA. Março de 1900.Pp. 827- 866.

Ano X – Fascículos I e II – Janeiro a Junho de 1905.

Ano XIV – 1909.

-“Collecção dos Officios que as Camaras, e mais Authoridades da Província de Minas Geraes tem dirigido a Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil; com as providências que o Mesmo Augusto Senhor foi servido dar durante a sua estada naquella Provincia”. P. 349-406.

RABN:

“Notícia diária e individual das marchas [,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhos Mestre de Campo, Regente [,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote etc. etc. etc.” In: Anais. Rio de Janeiro, 108:47-113, 1988.

Outras publicações:

Bertran, Paulo (Org., Ed.). Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783, mandada fazer pôr Provisão Régia do Conselho Ultramarino, datada de 20 de julho de 1782, que estipulava ao segundo vereador das Câmaras vilarengas do mundo lusitano, escrever cronologicamente os fatos e casos mais notáveis da história da colonização portuguesa. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996.

Cunha Matos, Raimundo José da. Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). 2 volumes. Belo Horizonte: Publicações do APM, 1981.

Eschwege, Wilhelm Ludwig von, 1777- 1855. Brasil, Novo Mundo/ W. L. von Eschwege; tradução Domício de Figueiredo Murta, estudo crítico de João Antônio de Paula. – Belo Horizonte: Centro de estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996. 276.

Moraes, Joaquim Almeida Leite. Apontamentos de viagem / J. A Leite Moraes; introdução, cronologia e notas Antônio Cândido. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Pontes, Hildebrando. História de Uberaba e a civilização no Brasil Central. Uberaba: Academia de letras do Triângulo Mineiro, 1978.

Pohl, João Emanuel. Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicada pôr ordem de sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro. Ministério da educação e saúde: Instituto Nacional do livro. Rio de Janeiro, 1951.

2. Livros e Artigos:

ALENCASTRO, Luiz F.- *O trato dos viventes – formação do Brasil do Atlântico Sul séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho- *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

IDEM- “Potentados e bandidos: os motins do São Francisco”. In: Revista do Departamento de História, n.º 9, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, junho de 1989, pp. 74-85.

IDEM- *A geografia do crime – violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANDERSON, Benedict- *Nação e Consciência nacional*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

ANDRADE, Francisco- *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na Primeira Metade do Século XIX*. Belo Horizonte. UFMG. 1995.

ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil -1711*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1982.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento- *Mitologia da mineiridade – o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, sob orientação do prof. Azis Simão, São Paulo, 1986. (mimeo).

ÁVILA, Cristina e Gomes, Maria do Carmo (coord)- “Cartografia e Inconfidência: considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha”. In: *Análise & Conjuntura*. Volume 4, nºs 2 e 3, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, maio/dez de 1989, pp. 373-392.

AZEVEDO, Célia M. Marinho- *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARATA, Carlos Almeida. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América. 2000.

BARBOSA, Waldemar- Negros e quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte: edição do autor, 1972.

IDEM- *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. APM, 1971.

IDEM- *Dicionário da terra e da gente de Minas*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

BARROS, Ilmar- *O Tempo Saquarema*. São Paulo. 1990.

BERBEL, Márcia Regina- *A nação como artefato – Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821 – 1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

IDEM & MARQUESE, Rafael de Bivar – “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824”. Texto apresentado no Departamento de História da FFLCH/USP em setembro de 2005, no seminário: Seminário Internacional “Brasil: de um Império a Outro (1750-1850)”, no temático da FAPESP: “A fundação do Estado e da Nação: Brasil c.1780-1850”.

BLOCH, Marc- *Introdução à História*. Rio de Janeiro: Publicações Europa-América, 1976.

BOBBIO, Norberto- *Dicionário de Política*. São Paulo, Brasiliense, 1974.

BOSCHI, Caio César- *Os leigos e o poder (irmandades leigas e política colonizadora em Minas gerais)*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

IDEM- “Os Códices coloniais do Arquivo Público Mineiro”. In: *Revista do Departamento de História*, nº 9, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, junho de 1989, pp. 21-30.

BOXER, C. R- *O Império Colonial Português (1415-1825)*. 2ª edição, Lisboa, Edições 70, 1981.

BURKE, Peter (Org.)- *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAIXET, Carlos- *O Triângulo Mineiro: da agropecuária à industrialização*. Belo Horizonte. FACE-UFMG. 1996.

CARVALHO, Theophilo Feu. *Comarcas e Termos (1709, 1915)*, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1922.

CARVALHO, José Murilo- *A Construção da Ordem, a elite política imperial*. Editora Campos. Brasília. 1980.

IDEM- *Teatro de Sombras. A Política Imperial*. Rio de Janeiro, 1988.

CERTEAU, Michel- *A Escrita da História*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger- *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Memória e Sociedade, 1990.

IDEM- (org)- Práticas de Leitura. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

CHIARAMONTE, José Carlos – *La Ilustración en el Rio de la Plata- cultura eclesiástica y cultura laica durante el Virreinato*. Buenos Aires, Puntosur, 1989.

IDEM- “Formas de identidad en el Rio de la Plata- luego de 1810”. In: *Boletín del* Instituto de Historia Argentina y Americana ‘Dr. Ravignani’. Tercera Série, nº 1, 1º semestre de 1989, pp. 71-92.

COSTA, Antônio G. (Org.) *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMF; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.

COSTA, Irani del Nero- *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

COSTA, Joaquim- *Toponímia de Minas Gerais Com Estudo da Divisão Territorial Administrativa*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1970.

COSTA, Waldir. *Araxá: da maloca ao palácio*. Araxá: Independente, 1950.

COUTO, José Vieira. *Memória Sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. (Com um apêndice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição...)*. 1801.

D’ ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli- “Considerações sobre a formação do espaço urbano Setecentista nas Minas”. In: Revista do Departamento de História, nº 9, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, junho de 1989, pp. 130-140.

DELUMEAU, Jean- *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1978].

DUTRA, Eliana Regina de Freitas- “Inconfidência mineira- memória e contra- memória”. In: Varia História. N} 12, Belo Horizonte, dezembro de 1993, pp. 66-79.

FERREIRA, Aurélio B. H- *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Manoel Rodrigues- *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001.

FERREIRA REIS, Artur César. *As Câmaras Municipais e a Independência*. Vol. I, 1973.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida- “Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil Colonial”. In: *LPH: Revista de História*. Nº 5, Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, 1995, pp. 56-87.

IDEM- “Tributação, sociedade e a administração fazendária em Minas no século XVIII”. In: IX Anuário do Museu da Inconfidência. Ouro Preto, Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1993, pp. 96-110.

IDEM- *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa- Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. Dissertação de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Sob orientação do Prof. Dr. Fernando Antônio Novais. São Paulo, 1996.

IDEM- *Barrocas famílias- vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

FRADE, P.; Lopes, A- (org.) *Dicionário Chorográfico e Estatística Chorográfica de Distâncias do Estado de Minas Gerais*. 2ª. Edição, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1917.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; organizadores. *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Prefácio: A. J. R. Russel Wood. Pp. 11- 19.

Capítulo 9: Maria de Fátima Silva Gouvêa. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645- 1808). Pp. 285- 315.

Quarta parte: As conexões imperiais.

Capítulo 10: João Fragoso. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790- 1820. Pp.319- 338.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho- *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto- “Ordem, Liberdade, Mineiridade.” In Conferência em busca de um leitor. Rio, Livraria José Olympio Editor, 1964. Foi nesta exposição, que o sociólogo pernambucano cunhou o termo “mineiridade”.

FRIEIRO, Eduardo- *O Diabo na Livraria do Cônego*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1957.

FURTADO, Celso- *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Nacional, 1986.

FURTADO, Júnia Ferreira (Org.)- *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

Ler o capítulo de A. J. R. Russel-Wood: Precondições e precipitantes do movimento de independência da América Portuguesa.

IDEM- *Memória sobre a capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. José Vieira Couto. Estudo crítico, Transcrição e pesquisa histórica: Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: FJP, 1994.

IDEM- “Historiografia Mineira: Tendências e contrastes”. IN: *Revista Vária História*, Revista do Departamento de Historia da FAFICH/ UFMG. Número 20.

IDEM- *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996.

IDEM- “O Outro Lado da Inconfidência Mineira: Pacto Colonial e Elites Locais”. In: LPH: Revista de História. Nº 4, 1993/1194, pp. 70-91.

IDEM- *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999.

IDEM- *Chica da Silva e o contratador de diamantes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque- *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1995.

IDEM- *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1993.

IDEM- (org.)- *Historia Geral da Civilização Brasileira*. 7ª edição, Tomos I e II, 1º e 2º Volumes, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1993.

GELLNER, Ernest- *Naciones y nacionalismo*. Madrid, Alianza Editorial, 1994.

GIANOTTI, Maria- *O Coronelismo, uma política de compromissos*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

GINZBURG, Carlo- *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

IDEM- *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Orgs.). *Liberdade Por um fio – história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Gonçalves, Andréa Lisly- “Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX”. In: Termo de Mariana: história e documentação. Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998, pp. 13-26.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro- *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831- 1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUERZONI FILHO, Gilberto- *Política e Crise do Sistema Colonial em Minas Gerais (1768-1808)*. Ouro Preto, Imprensa da Universidade de Ouro Preto, 1986.

HESPAÑA, Antônio Manuel (prefácio)- *Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII*. Lisboa, Cordoaria nacional/ Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

IDEM & SILVA, Ana Cristina Nogueira da – “A Identidade portuguesa”. In: Mattoso, Jos’e & Hespanha, Antônio Manuel (direção)- *História de Portugal*. Volume 4 (O Antigo Regime). Lisboa, Editora Estampa, pp. 19-37.

HOBBSAWM, Eric J.- *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1990.

IDEM- *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

IDEM & Ranger, Terence (org)- *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

IANNI, Otávio- *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco- “Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira”. In: Acervo: Revista do Arquivo Nacional_ Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Volume 4 nº 1, jan/ jun de 1989, pp. 7-13.

IDEM- “Periodização da História de Minas”. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Nº 29, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, julho de 1970, pp. 181- 194.

IDEM- “A questão regional: a hegemonia inacabada”. In: Revista de Estudos Avançados. Volume 7, nº 18, São Paulo, maio/agosto de 1993, pp. 43-63.

JANCÓS, István- “A Sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 387-437.

IDEM- “Identidades políticas coletivas no desdobramento da crise do Antigo Sistema Colonial”. *Paper* apresentado no XVIII Simpósio nacional de História “História e Identidades”. Associação Nacional de História- ANPUH, Recife, 23 a 28 de julho de 1995, Campus da Universidade Federal de Pernambuco.

IDEM & PIMENTA, João Paulo Garrido- “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Mota, Carlos Guilherme (org) – *A Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 200, pp. 127- 175.

JANOTTI, Maria- *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo.Brasiliense. 1984.

LATIF, Mirian de Barros- *As Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1991.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo. Símbolo. 1979.

LIBBY, Douglas. *A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte. CEDEPLAR. UFMG. 1982.

IDEM- “Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX”. In: *Revista do Departamento de História*, nº 9, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1989, pp. 149-160.

LINHARES, Maria Yedda Leite- “O Brasil no século XVIII e a idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência”. In: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte, Conselho Estadual de cultura de Minas Gerais, 1979, pp. 147-171.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade, seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MARTINS, Humberto E. de Paula- “Formação e desenvolvimento sócio econômico do Triângulo Mineiro”. In: *Revista Varia História. Revista do Departamento de História da FAFICH/ UFMG* Número 19. Novembro 1998.. Pp. 164- 182.

MATOS, Raimundo- *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1979. vols. 1 e 2.

MATTOS, Ilmar Rohloff de- *O tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS,1994.

MAXWELL, kenneth- *Mais malandros: ensaios tropicais e outros: coletânea de artigos: site no*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IDEM- *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IDEM- *A devassa da devassa. Inconfidência mineira: Brasil- Portugal – 1750- 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MELLO E SOUZA, Laura de- *Os desclassificados do ouro: pobreza nas Minas Gerais do século XVIII*.

MONTANDON, Rosa Maria Spinoso de- *Dona Beja. Desvendando o mito*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme S. S. - *1822 – Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

IDEM- *Nordeste – 1817; estrutura e argumentos*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

IDEM- *Idéia de Revolução no Brasil (1789 – 1801)*. São Paulo: Ática, 1986.

IDEM- (org). *Viagem Incompleta. 1500- Formação: histórias- 2000. A Experiência Brasileira*. Introdução. Carlos Guilherme Mota. Pp. 11- 29.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá- *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NABUT, Jorge. “O Brado Retumbante da Academia e do SESC” In: *Lavoura e Comércio*, 27-09-1972, Uberaba, MG.

IDEM. *Desemboque Documentário Histórico e Cultural*. Uberaba. Arquivo Público de Uberaba. 1986

NOVAIS, Fernando- “Condições da Privacidade na Colônia”. In: NOVAIS, F. (Coord. Geral); SOUZA, Laura de Mello (Org.) *História da Vida Privada na América portuguesa: - Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IDEM-(coord.ger.) *História da Vida Privada no Brasil*- São Paulo. Cia.das Letras. 1997.

IDEM- *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*. 6ª edição, São Paulo, Editora Hucitec, 1995.

Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das- *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira- *A independência e a construção do Império*. São Paulo: Atual, 1995.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de- *De volta ao sertão: Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro*. Paracatu, MG: Edições Buriti, 1994.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba. Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio- *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PRIORE, Mary del- *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

RAMOS, Cornélio. *Catalão de ontem e de hoje: curiosos fragmentos de nossa história*. Catalão, Goiânia: Kalil, 1984.

REIS, João José- *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

RIBEIRO, João- “Cláudio Manuel da Costa”. In: *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Organização: Domicio Proença Filho; artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar...(et. Al.)- Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1996, pp. 5-26._

RODRIGUES, André Figueiredo- ‘Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo’. Dissertação: mestrado USP. 2002. Orientadora: Laura de Mello e Souza.

ROMANO, Ruggiero- *Mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

RUSSEL- WOOD, A. J. R.- “Centros e Periferias no Mundo Luso- Brasileiro, 1500-1808”. In: Revista de História, Volume 38, nº 36, São Paulo, ANPUH/ Humanitas Publicações, 1998, pp. 187-249.

IDEM- “O Governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural”. In: Revista de História, Ano XXVIII, Volume LV, São Paulo, 1977, pp. 25-79.

SALGADO, Graça- *Fiscais e meirinhos- a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro/ Brasília, Editora Nova Fronteira/ Pró- Memória, Instituto Nacional do Livro, 1985.

SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: História, Fatos e Homens*. Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Uberaba, 1908.

SANTOS, Benedito Quintino dos- “Limites e divisão territorial do Estado”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Volume I, Belo Horizonte, 1943/44, pp. 128-150.

SANTOS, Douglas- *A invenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Estilque F. dos. *A Monarquia no Brasil – o pensamento político da Independência*. Vitória, EDUFES/CEG, 1999. Esta negociação pode ser percebida nas fontes primárias consultadas em toda esta pesquisa.

SCHWARTZ, Stuart B. “ ‘Gente da terra brasileira da nação’ . Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: Mota, Carlos Guilherme (org)- *A Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500- 2000). Formação: histórias*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2000, pp. 103-125.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da – *O Modelo espacial do Estado moderno- reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa, Editora Estampa, 1998.

SILVA, Ana Rosa Clotet da – “Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro”. In: Jancsó, István (org.) : *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Huditec: Fapesp, 2005.

IDEM- “Identidades em construção”. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831”. Revista digital Almanack Braziliense. Sítio: almanackbraziliense.online.google.

IDEM- “De Comunidade a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais”. Revista digital Almanack Braziliense. Sítio: almanackbraziliense.online.google.

SILVA, Rogério Forastieri- *Colônia e nativismo – a História como ‘biografia da nação’*. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

SILVEIRA, Marco Antônio- *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Gerais*._Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

SIRINELLI, Jean-François & BERSTEIN, Serge- “A cultura política”. In: Rioux & Sirinelli (org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 349- 363.

SOUZA, Francisco Belisario Soares- *O sistema Eleitoral no Império*. Brasília, Senado.

SOUZA, Laura de Mello e- *Desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

IDEM- *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

IDEM- *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

IDEM- (org). *História da vida privada no Brasil I cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P- *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

IDEM- *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORGAL, Luís Manuel Reis- *Tradicionalismo e contra- revolução. O pensamento e a acção de José da Gama Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973. Introdução: O movimento contra-revolucionário português. Vectores de formação.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de- *História Geral do Brasil- antes da sua separação e independência de Portugal*. Revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, 10ª edição integral, Belo Horizonte/ São Paulo, Editora Itatiaia/ Editora da Universidade de São Paulo, Volume 2, 1981.

IDEM. *História da Independência do Brasil*. Capítulo II. Reunião das Cortes de Lisboa, suas primeiras resoluções até fins de 1821 e nomes dos deputados do Brasil. Pp. 89- 101.

IDEM. *História geral do Brasil*. Tomo V. Volumes 5 e 6.

VASCONCELOS, Diogo- *História média de Minas Gerais*. Editora Itatiaia, Brasília, INL, 1974.

VEIGA, João Paulo Xavier da. *Efemérides mineiras. 1664 –1897*.

VERSIANI, Carlos- *Cultura e Autonomia em Minas (1768- 1788)- A Construção do ideário não colonial*. Dissertação de mestrado em História Social apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Carlos Guilherme Mota, 1996. (mimeo).

VILAS BOAS, Crisoston Terto. “A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da Bibliografia”. LPH: Revista de História. Número 5, 1995.

VILLALTA, Luiz Carlos- “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: Souza, Laura de Mello e (org)- *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 331-385.

IDEM- *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos).

ZEMELLA, Mafalda P- *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª edição, São Paulo, Editora Hucitec/EDUSP, 1990.

3. Obras de referência:

. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais”, ambos da revista digital *Almanack Braziliense*, que pode ser consultada *on line*, pelo site: almanackbraziliense.online.google .

Frade, P.; Lopes, A- (org.) Dicionário Chorográfico e Estatística Chorográfica de Distâncias do Estado de Minas Gerais. 2ª. Edição, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1917. Santos, Benedito Quintino dos- “Limites e divisão territorial do Estado”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Volume I, Belo Horizonte, 1943/44, pp. 128-150. Matos, Raimundo- Corografia Histórica da Província de Minas Gerais. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1979. vols. 1 e 2. Silva, Ana Cristina Nogueira da – O Modelo espacial do Estado moderno- reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime. Lisboa, Editora Estampa, 1998. Santos, Douglas- A invenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Oliveira Mello, Antônio de- De volta ao sertão: Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro. Paracatu, MG: Edições Buriti, 1994.